

VILMA RECHE CORRÊA

**ORAÇÃO RELATIVA:
O QUE SE FALA E O QUE SE APRENDE
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

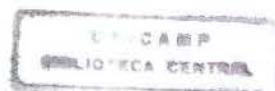
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Mary Aizawa Kato

Co-orientadora

Prof.^a Dr.^a Shana Poplack

Campinas
Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem
1998



UNIDADE	-BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	35471
PROC.	335/38
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/10/98
N.º CPD	

CM-00117153-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

C817o Corrêa, Vilma Reche
Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil / Vilma Reche Corrêa. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.

Orientador: Mary Aizawa Kato
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - sintaxe. 3. Linguagem - estudo e ensino. 4. Aquisição de linguagem. I. Kato, Mary Aizawa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Agradecimentos

Este trabalho se iniciou por inspiração da Prof.^a Dr.^a Mary Aizawa Kato, que, para minha sorte e apesar de seus inúmeros encargos, tornou-se minha orientadora de tese. A ela devo a extrema boa vontade, a amizade e a competente orientação com que me estimulou durante todo o percurso da tese e dos trabalhos complementares do doutorado.

De igual modo agradeço à Prof.^a Dr.^a Shana Poplack, co-orientadora, por seus ensinamentos e pelo apoio com que sempre me favoreceu. Menciono, em especial, o período em que estive sob sua orientação na Universidade de Ottawa. Incluo aqui os colegas pesquisadores do Laboratório de Sociolinguística dessa universidade: Darin Howe, Daniele Turpin, Ejike Eze, Elisabete Malvar e Keltie Purcell, que mais de perto me acompanharam, oferecendo-me apoio técnico e suporte psicológico.

Devo um agradecimento todo especial ao querido amigo Honorius Lacombe, pelo calor humano com que nos recebeu em sua casa e pelas discussões em torno dos estudos sobre a linguagem durante o período em que estivemos no Canadá a serviço desta tese.

Meu especial agradecimento à Prof.^a Dr.^a Maria Marta Pereira Scherre pelas inúmeras sugestões advindas de discussões em torno de tópicos do estudo e ao Prof.Dr. Gilberto Chauvet por sua boa vontade em trabalho de revisão do inglês.

Para a minha bem-amada família, que durante estes anos de doutorado cedeu incontáveis horas da atenção que poderia ser apenas sua, para que este trabalho fosse realizado, aqui fica registrado meu reconhecimento pela compreensão afetuosa que sempre demonstrou.

Este trabalho foi financiado por
uma bolsa de estudos do CNPq.

Sumário

Índice de Tabelas e Gráficos	viii
Resumo	x
Preliminares	
1- O problema.....	01
2- Variação e competição de gramáticas.....	08
3- O português do Brasil como língua de tópico.....	09
Capítulo 1 - Orações relativas: variação translingüística	
1- Introdução.....	13
2- Estudos sobre variação nas relativas de outras línguas.....	14
2.1- A oração relativa no inglês indiano sul-africano.....	14
2.2- As relativas no francês de Montreal.....	18
2.2.1- Lefebvre & Fournier (1978).....	18
2.2.2- Bouchard (1982 a-b).....	22
2.2.3- Lefebvre (1982): “ <i>À propos de la fille dont que je sors avec ou l’acquisition des constructions relatives avec WH</i> ”.....	26
Capítulo 2 - Relativas no português do Brasil e sua representação	
1- A Representação da relativa padrão	29
2- Hipóteses sobre o estatuto do <i>que</i> no português do Brasil.....	34
2.1- A tese do <i>que</i> como complementizador	34
2.2- A tese do <i>que</i> como pronome relativo	39
3- O estatuto da categoria vazia da relativa.....	44
4- A posição de extração.....	49
Capítulo 3 - Metodologia	
1- Introdução.....	54
2- Os <i>corpora</i>	61
2.1- Narrativas de escolares do 1º. Grau.....	61
2.2- Dados do 2º. Grau.....	62
2.3- A fala urbana culta.....	63
3- Os grupos de fatores.....	66
Capítulo 4 - Onde (não) está a preposição das relativas?	
1- As primeiras relativas.....	72
2- As narrações orais de não-escolarizados, escolares e adultos cultos.....	73
3- As relativas nas narrativas escritas de escolares e adultos cultos.....	79
4- Discussão.....	83

Capítulo 5 - Aprendendo as relativas no 2.º Grau

1- Um experimento em sala de aula.....	86
1.1- O tipo de pronome relativo.....	88
1.2- A função relativizada no 2.º Grau.....	90
1.3- O fator sexo na aquisição da relativa no 2.º Grau.....	91
1.4- Diferenças por série no 2.º grau.....	92
2- Relativas no 2.º grau: análise das regras variáveis.....	93
3- Variação, hipercorreções e procedimentos de esquivagem da relativa padrão.....	95
4- Professores do 2.º Grau: o que aceitam como padrão?	102
5- Discussão.....	106

Capítulo 6 - As relativas do falante culto

1- Introdução.....	110
2- A fala culta em cinco capitais brasileiras.....	111
2.1- Função do pronome relativo dentro da oração relativa.....	112
2.2- Animacidade do antecedente.....	114
2.3- Preposição do antecedente e preposição requerida pelo relativo.....	115
2.4- Preposição requerida pelo pronome relativo.....	116
2.5- Tipo de inquérito.....	118
2.6- Sexo do informante.....	119
2.7- Análise pelas regras variáveis.....	121
3- A fala culta em São Paulo.....	124
3.1- Distribuição dos fatores.....	126
3.2- Análise pelas regras variáveis.....	129
4- Discussão.....	134

Capítulo 7 - Relativas de Sujeito e de objeto

1- Relativa de sujeito.....	138
1.1- Propostas de representação.....	138
1.2- Dados empíricos.....	142
2- Relativas de objeto.....	147

Capítulo 8 - Conclusões.....

Anexo	158
-------------	-----

<i>Summary</i>	159
----------------------	-----

Referências Bibliográficas

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 4.1.	Distribuição dos tipos de relativa por série do 1.º grau, não-escolarizados e falantes universitários em narrativas orais	74
Tabela 4.2.	Relativas de sujeito e de objeto direto por nível de escolaridade: dados da fala.	76
Tabela 4.3.	Relativas de sintagmas preposicionais distribuídas por função em narrativas orais	78
Tabela 4.4.	Tipos de relativa distribuídos por nível de escolaridade em narrativas escritas	79
Tabela 4.5.	Distribuição dos PPs com e sem preposição em narrativas escritas de escolares e adultos de nível universitário	82
Tabela 5.1.	Distribuição das relativas por tipos de pronome relativo - 2.º grau	88
Tabela 5.2.	Relativas distribuídas por função - 2.º grau.....	91
Tabela 5.3.	Relativa padrão: ocorrências por sexo no 2.º grau	91
Tabela 5.4.	Emprego de relativa de PP por série do 2.º grau.....	92
Tabela 5.5.	Análise das Regras Variáveis da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de pronome relativo com preposição em contexto de sintagma preposicional - redações de alunos do 2.º grau	94
Tabela 5.6.	Distribuição de relativas que fogem à estratégia padrão em exercício de preenchimento de lacunas - 1.º ano do 2.º grau	97
Tabela 5.7.	Resultado de teste de aceitabilidade de relativas por professores de 2.º Grau	103
Tabela 6.1.	Distribuição por tipo de estratégia e por função do relativo em cinco cidades brasileiras - NURC	111
Tabela 6.2.	Distribuição por tipo de estratégia e por função do relativo em cinco cidades brasileiras - NURC	113
Tabela 6.3.	Distribuição por tipo de estratégia e por animacidade do antecedente em cinco cidades brasileiras	115
Tabela 6.4.	Distribuição por tipo de estratégia e por emprego da preposição em cinco cidades brasileiras	116
Tabela 6.5.	Distribuição por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo	117
Tabela 6.6.	Distribuição por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo	118
Tabela 6.7.	Distribuição por tipo de estratégia e por sexo do informante	119

Tabela 6.8.	Análise das Regras Variáveis da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de pronome relativo com preposição em contexto de PP -NURC: cinco capitais brasileiras	122
Tabela 6.9.	Distribuição das ocorrências de relativas de PP em estratégias padrão e vernacular -NURC - São Paulo	127
Tabela 6.10.	Análise das Regras Variáveis da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de relativa padrão. NURC - São Paulo	129
Tabela 7.1.	Tipos de sujeito em orações relativas - NURC	143
Gráfico 4.1.-	Tipos de relativa por grau de escolaridade - dados orais	75
Gráfico 4.2.-	Relativas de sujeito e de objeto direto por escolaridade - dados da fala.....	76
Gráfico 5.1.-	Tipos de relativo em estratégia padrão - 2.º Grau	88
Gráfico 5.2.-	Percentagem de uso da relativa padrão por sexo - 2.º Grau ..	92
Gráfico 5.3.-	Emprego da relativa de PP por série do 2.º Grau	93
Gráfico 5.4.-	Probabilidade de uso da relativa padrão por série no 2.º Grau	95
Gráfico 6.1.-	Probabilidade de uso de relativa padrão em cinco cidades brasileiras	123
Gráfico 6.2.-	Probabilidade de ocorrência da relativa padrão por função - São Paulo.....	130
Gráfico 6.3.-	Probabilidade de ocorrência da relativa padrão de acordo com as funções do antecedente e do relativo - São Paulo.....	131
Gráfico 6.4.-	Probabilidade de ocorrência da relativa padrão por faixa etária - São Paulo.....	132
Gráfico 6.5.-	Probabilidade de ocorrência da relativa padrão por profissão - São Paulo	133

Tabelas e gráficos transcritos de outros autores:

<i>Table 6.28: Frequency of use of three relativization strategies in indirect object, oblique, and genitive positions, across time periods. (Tarallo, 1983).....</i>	37
<i>Graph 6.14: Frequency of use of three relativization strategies in indirect object, oblique, and genitive positions, across time periods (Tarallo, 1983).....</i>	38
Gráfico 3.4: Sujeito Nulo segundo o tipo sintático da oração (%) (Duarte, 1995)	141
<i>Table 4.4: Distribution of relatives in the data with percentage and probability of resumptive preonoun usage (Tarallo, 1983).....</i>	148
<i>Table 3: Change in BP clitic system (Kato, 1994a.)</i>	149

RESUMO

No português do Brasil existem estratégias de relativização variando em frequência de uso. A variante preposicionada, para determinados falantes, deve ser aprendida por meio da educação formal.

Quando a relativização é de funções preposicionadas, a estrutura padrão ocorre sob certas condições de ordem social: escolaridade, sexo, idade, profissão, nível de formalidade.

Como a variação só poderá ocorrer se estiver prevista pela gramática da língua e, num sentido mais amplo, dentro da gramática das línguas, aos fatores de ordem social somam-se os de ordem lingüística. Estes dados, particularmente, indicam que, se a função a ser relativizada for um adjunto adverbial dentro da relativa e não um complemento de outros termos dessa oração, o monitoramento da fala aumenta. Se o antecedente e o termo relativizado tiverem funções diferentes, a necessidade de se refletir sobre o que se vai falar também aumenta. Se ambos os fatores lingüísticos ocorrerem simultaneamente, criam-se as condições lingüísticas mais favoráveis ao uso da relativa padrão.

Os dados empíricos comprovam que são consumidos anos de escolaridade antes que a relativa preposicionada, padrão, possa ter uso produtivo. Essa estratégia praticamente não é usada mesmo por muitos que freqüentaram os bancos escolares. Alunos do ensino médio, quando induzidos a usá-la, podem rejeitar essa estratégia, substituindo-a por outras construções sintáticas. Podem ainda produzir hipercorreções e hesitações na fala.

A grande dificuldade que os alunos apresentaram para aprender a produzir uma relativa do tipo padrão deve-se, segundo este trabalho, à diferença entre as estratégias dos dois tipos de relativa. Essa diferença está na posição sintática que o termo a ser relativizado ocupa. Esse termo, na relativização padrão, deve ser extraído de dentro da sentença, mas na vernacular ele se encontra fora, numa posição mais acessível, porque dispensa o uso da preposição. A diferença entre as formas variáveis se encontra, portanto, no limiar entre o estritamente sintático e o discursivo.

O perfil do falante, traçado por meio do levantamento dos fatores que condicionam as formas variantes no quadro das construções relativas, traz implicações de ordem metodológica para o ensino do português no Brasil, uma vez que revela uma realidade em que o ideal lingüístico e a norma culta não coincidem.

Palavras-chave: Sociolingüística, língua portuguesa: sintaxe, linguagem: estudo e ensino, aquisição da linguagem.

PRELIMINARES

“a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente o que é e como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva”.
A. Houaiss (1960:73)

1. O Problema

O Brasil é um país considerado monolíngüe, apesar de sua variadíssima composição étnica e de suas dimensões continentais. O orgulho, legítimo, que muitos brasileiros sentem disso tem permanecido intocado, graças à inconsciência de que, escondido pelo mito da língua nacional única, encontra-se um dos males que mais afligem o sistema educacional brasileiro: a suposição de que o português é uma língua homogênea.

Contrariam essa suposição pesquisas recentes sobre o português falado no Brasil, o desenvolvimento da sociolinguística e estudos sobre as realidades socioculturais brasileiras, que recuperam a história do multilingüismo e multidialetalismo do país, reconsiderando a presença de línguas indígenas, africanas, européias e outras na composição do português brasileiro (Mattos e Silva, 1992).

Bortoni-Ricardo (1984) levanta essa questão e descreve a variação lingüística no português do Brasil (PB) como um *continuum* em cujas extremidades se colocam, de um lado, os dialetos rurais falados em áreas isoladas e, de outro lado, a variedade padrão falada em áreas urbanas pelos grupos sociais com alto nível de instrução. Ela mostra, em entrevistas com falantes de dialetos rurais de áreas isoladas, como pode haver problemas de comunicação entre falantes do português, segundo seus exemplos, devido a vários fatores, destacando-se o léxico.

Enquanto os lingüistas cada vez mais se convencem de que o Brasil é um país de uma diversidade lingüística bem maior do que desejam os defensores da língua “pura”, a escola ainda enxerga o aluno como alguém que deve aprender português e esquecer de vez a língua “corrompida” que trouxe de casa, adotando um conceito de língua padrão relacionado à classe de prestígio, que promove o uso da língua de uma minoria de

falantes como sendo a melhor, a única que tem valor, e exclui a da grande maioria, considerada inferior. Esse conceito não leva em conta a adequação da língua ao contexto em que é usada. Nas sociedades em que a língua padrão leva em conta o contexto da fala, essa variedade é usada apenas em situações de formalidade. Outras variedades são consideradas mais adequadas para situações informais¹.

Muitos países bilingües vão ainda mais longe e têm adotado políticas educacionais que estimulam o bilingüismo e mesmo o multilingüismo, o que torna seus cidadãos muito melhor preparados, mais versáteis, para sobreviver no mundo altamente competitivo de hoje. Esses países não consideram necessária a exclusão desta ou daquela língua.

Qual o falante do PB que ainda não falou ou pelo menos não ouviu frases como as abaixo?

(A)

Manga é a fruta que mais gosto.

Este é um trabalho que me dediquei de corpo e alma.

É admirável a lealdade que João tem procedido e que tem dado tantas provas.

Dê-me o troco do dinheiro que você pagou a entrada.

É um caso que todos estão interessados.

Xadrez é um jogo que nunca pude aprender suas regras.

Língua extinta é aquela que não possuímos prova de sua existência.

(Almeida, 1965, p. 192-3)

Elas contêm orações relativas semelhantes às que se seguem e que foram coletadas recentemente:

(B)

(i) Uma boa causa é aquela que você faz parte dela.

(ii) Como é que fazem um banheiro que as portas não fecham?

(iii) Esses professores que a gente vai entrar em contato com eles são novos.

1. Apud Bortoni-Ricardo (op. cit.). Distinção proposta por Giles & Powesland (1975)

A frase (i) estava escrita em letras garrafais num cartaz à beira de uma autopista; (ii) foi falada entre risos e em alto e bom som num ônibus interestadual (e, diga-se de passagem, imediatamente registrada em papel) e (iii) foi ouvida numa reunião de profissionais do ensino. Estas três foram usadas com segurança e naturalidade, como frases autênticas do português. O mesmo não aconteceu com as primeiras, que fazem parte de um exercício gramatical, encabeçado pelo verbo “CORRIJA”. Se as frases do bloco (B) pertencem ao português, se são usadas com naturalidade pelos falantes, o que se pergunta é o que estaria acontecendo para que as frases do bloco (A), de idêntica estrutura, precisem ser “corrigidas”.

Essa questão envolve as relações entre fala e escrita, entre o que se usa e o que é recomendado em determinadas circunstâncias. No PB, a variedade do português preconizada pela escola, que se encontra nos manuais de aula, baseia-se sobretudo na escrita e é normalmente considerada como português padrão. A outra variedade, a coloquial, aproxima-se desta em muitos pontos, mas há alguns em que ambas são muito diferentes.

Tal é o caso das construções relativas, que apresentam três formas variantes, apresentadas abaixo.

1) o falante do PB pode usar uma forma de relativização padrão, como nas frases em (1):

- (1) a. A foto de que eles gostaram
b. O menino cujo pai viajava muito

O pronome relativo (que, quem, o qual, onde), nessas frases, aparece acompanhado da preposição e é nisso que elas se diferenciam das frases comentadas acima. Nessas construções, a posição antes ocupada pelo termo relativizado, dentro de relativa, não pode ser preenchida, como na frase agramatical (2):

- (2) *A foto de que eles gostaram dela
* O menino cujo pai dele navega muito

Se o termo for um sujeito ou um objeto direto, teremos relativas como (3.a.b.):

- (3) a. O menino que esteve aqui
b. O menino que eu vi ontem

Essas frases² poderiam ser simplesmente consideradas do tipo padrão, mas, em vista de suas formas variantes (4), com o lugar deixado pelo termo relativizado sendo ocupado por um pronome lexical, mais coisas devem ser ditas numa descrição mais rigorosa dessas estruturas. Em outras palavras, (1) e (3) podem ou não ter a mesma estrutura superficial.

2) as orações encaixadas de (4) e as do Bloco B, acima, são conhecidas como relativas com pronome lembrete ou resumptivas e são consideradas como pertencentes à fala, pesando sobre elas um estigma social.

- (4) a. O menino que ele esteve aqui
b. O menino que vi ele ontem

3) usadas coloquialmente, as relativas sem preposição são também conhecidas como relativas cortadoras, das quais são exemplos todas as frases relativas do bloco A, acima.

2. Kato (81) apontava para a dificuldade em se propor uma estrutura que representasse as relativas de sujeito e objeto pelo fato de tanto a relativa cortadora como a padrão terem o mesmo output fonético: ambas têm uma categoria vazia na posição relativizada da sentença e nenhuma das duas precisa de preposição em Comp ou na relativa.

Seria essa categoria vazia um vestígio de um sintagma nominal movido para a posição do Complementizador, no início da frase, ou uma categoria pronominal nula in situ? Essa resposta está diretamente relacionada com a questão crucial da estrutura das relativas: qual o estatuto da partícula introdutora da relativa?

Em resumo, se o termo relativizado for um termo preposicionado, um sintagma preposicional, além da forma padrão (5), o PB ainda apresenta mais duas, consideradas não-padrão: (6), com as mesmas características de (4), isto é, com a posição relativizada preenchida por um pronome resumptivo; e (7), em que essa posição ocupada pelo termo relativizado da oração relativa é deixada vazia mas a preposição está completamente ausente.

- (5) a. As informações a que ele tinha acesso (cv)³
 b. O menino cujo pai (cv) viajava muito
 c. A foto de que eles gostaram mais (cv) (=1))
- (6) a. As informações que ele tinha acesso a elas
 b. O menino que o pai dele/dessa criança viajava muito
 c. A foto que eles gostaram mais dela
- (7) a. As informações que ele tinha acesso (cv)
 b. O menino que o pai (cv) viajava muito
 c. A foto que eles gostaram mais (cv)

O problema é que as relativas de sujeito e de objeto direto, em (3), têm o mesmo *output* fonético da estratégia não-padrão (7), em que o termo relativizado é um sintagma preposicional (PP): tanto as relativas de sujeito e de objeto (3.a-b.), como as relativas de PP em (7) iniciam-se por um único tipo de introdutor, a partícula que, e não há preposição em posição alguma:

- (3) a. O menino que (cv) esteve aqui
 b. O menino que eu vi (cv) ontem
- (7) a. As informações que ele tinha acesso (cv)

3. Essa abreviatura significa “categoria vazia” e pertence à metalinguagem do gerativismo. Significa que aquela posição sintática está vazia.

Essa variedade torna as relativas do PB um campo bastante interessante para uma análise sociolinguística. Visto que a escola privilegia a modalidade escrita, a tendência é rotular as estruturas da língua oral, consideradas como pertencentes a uma língua “sub-padrão”, como erro gramatical, como vimos acontecer com as frases do grupo (A).

O sistema escolar determina qual variante linguística os alunos devem aprender, mas esses objetivos pedagógicos estão em conflito com o saber linguístico da população em geral, por desconsiderar formas variantes vivas, em pleno uso. Acrescente-se a este um outro problema: a norma prescritiva, ou pedagógica deveria constituir-se da associação entre o uso linguístico e ao “padrão ideal” aceito pela classe socialmente privilegiada (Castilho, 1986). Poderíamos afirmar com segurança que o que se prescreve como padrão é realmente o que os falantes cultos, os professores de português, por exemplo, conhecem e usam em classe?

Embora estudos sobre a diversidade linguística estejam em andamento, ainda não temos um quadro completo da norma culta vigente. Explica-se assim por que gramáticas ensinam que é errado mesmo o que é falado pelos falantes de nível cultural de prestígio.

Esta pesquisa se insere entre os trabalhos que se preocupam com a descrição da norma culta brasileira e vai examinar os vários empregos de relativas, o que as crianças falam, o que acontece na escola enquanto adquirem a forma aceita como a melhor, o que os adultos cultos produzem.

Poderíamos nos perguntar, inicialmente, quem usa qual das estratégias e em que circunstâncias. Pesquisas anteriores mostraram que as camadas sociais mais populares não usam a forma padrão para os PPs⁴ (cf. Lemle, 1978; Mollica, 1977), mas os de classe social mais alta apresentam as três construções (Tarallo, 1983; Kato, 1981).

Lemle (1978) já apontava as diferenças dialetais nas relativas do português oral. Em seus dados ela vê dois tipos de relativa, a padrão e a não-padrão, este apresentando duas variantes: com resumptivo e cortadora. Seu trabalho resalta o estigma social da variante com resumptivo e, embora reconheça o maior prestígio da estratégia padrão, a autora considera que a forma estigmatizada deve ter surgido para evitar ambigüidade em

4. Por seu largo emprego, usarei sempre as abreviaturas do inglês: PP, NP, IP, ... por *Sintagma Preposicional, Sintagma Nominal, Sintagma Flexional, ... respectivamente.*

algumas frases. Para comprovar seu ponto de vista, a autora parte do exemplo (8), que pode ser interpretado como (a) ou como (b).

(8) Estou procurando a toalha que ele disse que secou.

(a) Estou procurando a toalha. Ele disse que **ele** secou essa toalha

(b) Estou procurando a toalha. Ele disse que **essa toalha** secou

(a') Estou procurando a toalha que ele disse que secou ela.

(b') Estou procurando a toalha que ele disse que ela secou.

As formas com resumptivo (a' e b'), não-padrão, são consideradas por Lemle como linguisticamente mais eficientes do que a forma padrão (8) por não conterem ambigüidade.

Essas colocações básicas de Lemle foram sempre retomadas e aceitas nos trabalhos posteriores sobre as relativas.

Assim, o fator classe social tem influenciado o uso de formas de relativização, com as classes mais favorecidas apresentando uma variedade maior de construções. Pressupondo que os falantes de classe social privilegiada são os que têm melhores condições de manter seus filhos na escola e pressupondo também que é pela escrita que muitas formas lingüísticas se mantêm numa língua, mesmo depois de já terem sido banidas da fala, este estudo investiga, entre outros de ordem social e lingüística, o fator escolaridade como um determinante relevante da variação nas relativas, na crença de que, entre as relativas do português falado no Brasil, para uma vasta parcela da população, uma delas tem de ser aprendida formalmente: a que apresenta preposição.

2. Variação e Competição de Gramáticas

A presença de estratégias diferentes no PB para a relativização levanta a questão de haver ou não uma ou mais de uma gramática dentro dessa língua.

Para Lavandera (1978) não há, na verdade, variação sintática nas línguas. Para ela não pode haver variação acima do nível fonológico. Morfemas, palavras, construções sintáticas, segundo ela, têm cada um seu próprio significado.

Para Kroch (1994), a coexistência de formas variáveis, sejam elas sintáticas sejam morfológicas, é diacronicamente instável: cada forma tende a eliminar a concorrente e ambas, pertencentes a “opções gramaticais mutuamente exclusivas”, só podem eventualmente permanecer graças a diferenças de sentido que desfazem os pares (“doublets”).

Vimos que a evolução histórica de variantes em competição na mudança sintática é similar à evolução dos pares (“doublets”). Em ambos os casos, a coexistência de formas variantes é diacronicamente instável: uma forma tende a tirar a outra do uso e assim da linguagem (...). Todavia, por longos períodos de tempo, a constante pressão da economia na aquisição parece sobrepujar a variação sociolinguística na história da forma dos pares. O único mecanismo que preserva os pares por períodos infinitos é a diferenciação de sentido, que é efetiva porque retira o par do domínio do efeito bloqueador.

(*op. cit.*, p. 17) ⁵

5. Nossa tradução livre de:

“We have seen that the historical evolution of competing variants in syntactic change is similar to the evolution of morphological doublets. In both cases, the coexistence of the variant forms is diachronically unstable: One form tends to drive the other out of use and so out of language.(....) Nevertheless, over long periods of time, the constant pressure of economy on acquisition seems to win out over sociolinguistic variation in the history of doublet forms. The one mechanism that preserves doublets for indefinite periods is meaning differentiation, which is effective because it removes the doublet pair from the domain of the blocking effect”.

Na área sociolingüística, Labov (1972) reconhece as variantes estilísticas, que, embora não sejam idênticas em valor expressivo, podem ter o mesmo valor-verdade. Para ele a diferença entre discurso cuidado e discurso informal é estilística.

Neste estudo, afirmaremos, basicamente, que a variação de estratégias de relativa no PB não é apenas um fenômeno estilístico ou social, mas que ocorre porque é gramaticalmente possível dentro dessa língua, por possuir uma gramática ampla o suficiente para comportar os diferentes tipos de oração relativa. As estratégias ditas vernaculares, então, fazem parte de um sistema lingüístico gramaticalmente motivado, que se processa ora paralelamente ora concomitantemente com o sistema padrão. Isso é possível porque, de acordo com o quadro teórico proposto, a gramática do português faz uso não só dos argumentos em posição canônica mas também de elementos em posição não-argumental, os elementos deslocados à esquerda. Adotando a descrição de Kato (1991) para as relativas não-padrão, será nossa hipótese que as crianças e os não-escolarizados dominam apenas a relativização dos elementos deslocados (estratégia vernacular), quando se trata de sintagmas preposicionais, e que, ao se submeter a uma educação formal, o que o falante faz é ampliar seus recursos, no caso, aprendendo a relativizar também termos de dentro da sentença (estratégia padrão).

3. O Português do Brasil como língua de tópico

A grande motivação para a hipótese deste trabalho é a caracterização do PB também como língua de tópico: o PB é não apenas uma língua de proeminência de sujeito, mas também de proeminência de tópico (Pontes, 1987; Tarallo & Kato, 1988; Kato, 1993), de acordo com a tipologia das línguas de Li & Thompson (Li & Thompson 1976), como se pode ver no exemplo (9.a) abaixo, extraído das transcrições do Projeto NURC e sua possível variação (9.b):

- (9) a. ... **aquele outro**_i então a gente tira retalhos **ø**_i
b. **Esses tubérculos**_i **eles**_i se hipertrofiam de maneira considerável.

Em (9) há uma categoria deslocada à esquerda, um tópico discursivo, como geralmente é conhecida. Esse tópico em posição não-argumental, por sua própria natureza é coindexado com um pronome lembrete (resumptivo), podendo ser nulo (como em (9.a)) ou lexical ("eles", em (9.b)).

Esse tipo de construção é muito produtivo no PB e o aparecimento do pronome lembrete, segundo Braga (1987), tende a ocorrer quando o sujeito da oração (o termo deslocado) é longo (7 ou mais sílabas) e há material interveniente entre este e o verbo. O mesmo estudo também mostrou que a oração relativa, quando forma com o termo deslocado um sujeito complexo, constitui um forte condicionador do aparecimento do pronome lembrete.

Outras línguas que fazem uso produtivo de LDs (Left Dislocations) ⁶ também apresentam a relativa resumptiva (com pronome lembrete), inclusive com o pronome resumptivo nulo. No próximo capítulo veremos que Mesthrie & Dunne (1990), descrevendo as relativas do *South African Indian English*, uma variedade do inglês falado na África do Sul, enumeram, entre outras estratégias discursivas, a topicalização com aposição pronominal, (10.a.), a estratégia com pronome resumptivo, (10.b.), e a relativa cortadora, (10.c.), conforme abaixo:

(10) a. One chap who used to stay here, he was a builder - Arjun. (op.cit., ex. (28))

'Um rapaz que costumava estar aqui, ele era um construtor - Arjun'.

b. I was a girl that I always used to read in the bus. (ex. (26))

'Eu era uma garota que (eu) sempre costumava ler no ônibus'.

c. I'm very well versed with Afrikans, but there's nobody I can speak. (with > \emptyset)

'Eu sou bem versado em (línguas) africanas, mas não há ninguém (com quem) eu possa falar'. (ex. (32))

6. Para o Deslocamento à Esquerda usarei a abreviatura do inglês (Left Dislocation - LD).

O francês também usa a topicalização e tem relativa resumptiva, como em:

- (11) a. La fille, elle pleurait
‘A menina, ela chorou’.
- b. “J’ai une de mes amies que je suis amie avec elle depuis l’âge de 11 ans.”
‘eu tenho uma de minhas amigas que eu sou amiga dela desde os 11 anos’
(Lefebvre & Fournier, 1978, ex.(10))

Apesar da presença maciça de LDs nessa língua, como veremos no capítulo seguinte, nenhuma menção foi feita sobre as relações entre os fenômenos de LD e de relativização nos vários trabalhos encontrados, mesmo sobre os tipos de relativas do francês vernacular do Centro-Sul de Montreal.

Voltando à questão do PB, verificamos que as crianças relativizam sempre pela estratégia sem preposição. Na análise de Kato (1993), isso quer dizer que a relativização se dá a partir da posição do termo deslocado à esquerda, estando essa posição em relação de correferência com um constituinte interno da oração.

Em benefício dessa hipótese, lembramos que o português falado no Brasil conta com o fato de o tópico ser preferencialmente sem cabeça (Pontes, 1987; Kato, 1993):

*"No português coloquial, acontece exatamente como em chinês, não como em inglês:
a preposição não é necessária." (Pontes, 1987, p. 6)*

Os exemplos (12) e (13) são, respectivamente, de Pontes e de Kato (ops. cit.):

- (12) a. O seu regime entra muito laticínio?. (ex. (25))
b. No seu regime entra muito laticínio.
- (13) a. (Quanto à moça_i), falei com ela_i ontem.
b. (∅ a moça_i), falei com ela_i ontem. (exs. (18a.b.)

Alguns fenômenos variáveis podem receber uma maior ou menor carga de preconceito sociolingüístico do que outros. A presença/ausência da preposição está entre os que passam pouco percebidos (Mollica, 1995). Como exemplos temos não só a construção com deslocamento à esquerda, como em (12), como também as orações relativas vernaculares, motivo deste estudo.

Este estudo visa contribuir com uma investigação do que acontece com as relativas na escola, onde o falante chega usando as formas vernaculares da língua, que são usualmente postas de lado — quando não menosprezadas — e deve aprender as estratégias prescritas como “melhores”. A análise verificará também quanto dos condicionamentos das formas variantes apontados pela análise dos dados de alunos persistem entre os falantes cultos.

O desenvolvimento do trabalho será o seguinte. No Capítulo 1 serão apresentadas resenhas de estudos translingüísticos sobre as relativas. O Capítulo 2 contém um quadro teórico de base gerativista sobre relativas no português do Brasil e sua representação formal. O Capítulo 3 descreve e justifica a metodologia do trabalho, que lança mão de uma metalinguagem na linha gerativa para a descrição formal das relativas possíveis no português do Brasil e, por almejar a descoberta de explicações para os dados em variação, observa esses dados de forma variacionista, tratando estatisticamente os grupos de fatores condicionantes das variáveis. No Capítulo 4, o enfoque recai sobre os dados dos escolares de 1º. grau. O Capítulo 5 trabalha com dados coletados experimentalmente no 2º. grau e lida com as dificuldades que esse tipo de oração apresenta ao ser adquirido na escola. No Capítulo 6 estarão incluídos estudos com a fala culta (dados do Projeto NURC) de cinco cidades brasileiras e um estudo específico com falantes da cidade de São Paulo. O Capítulo 7 apresenta a situação das relativas de sujeito e de objeto dentro da proposta teórica apresentada. Finalmente apresentam-se as conclusões.

CAPÍTULO 1

ORAÇÕES RELATIVAS: VARIAÇÃO TRANSLINGÜÍSTICA

1. Introdução

A presença de variantes nas relativas não é exclusividade do PB. Sem pretender citações exaustivas de línguas que contêm esse tipo de variação, destaco duas delas por sua extrema semelhança com o português: o francês de Montreal e o inglês indiano sul-africano. Estudos sobre essas línguas, como os de Lefebvre & Fournier (1978), Lefebvre (1982) e Bouchard (1982) para o francês, e Mesthrie & Dunne (1990) para o SAIE⁷, oferecem interessantes inspirações para a investigação do que acontece no português.

O texto sobre o inglês sul-africano é de cunho sociolinguístico e faz uma catalogação dos tipos de relativa, que chamam a atenção por sua grande variedade. Os próprios autores se admiram do que puderam constatar:

“Será que o dialeto exaure todas as estratégias de relativização conhecidas pela humanidade?”⁸ (p. 41)

A variedade de estratégias de relativização dessa língua crioula do inglês⁹ lembra a situação das relativas no Brasil, embora os condicionamentos sociais caminhem em sentido contrário, como se verá no item seguinte.

Os trabalhos sobre o francês do Centro-Sul de Montreal são de cunho teórico e trazem contribuições importantes para uma descrição tanto da sintaxe como da aquisição das relativas do Brasil, embora não se possa dizer que a situação seja exatamente a mesma nas duas línguas.

7. SAIE: *South African Indian English*.

8. Nossa tradução para: *“Does the dialect exhaust all the relativization strategies known to mankind?”*

9. A crioulação/descruioulação do português do Brasil é uma controvérsia ainda não resolvida (cf. Guy, 1991; Tarallo, 1993), mas essa questão não será discutida no âmbito deste estudo.

2. Estudos sobre variação nas relativas de outras línguas

2. 1. A oração relativa no inglês indiano sul-africano

O inglês indiano sul-africano, um dialeto do inglês que se tornou a língua-mãe de aproximadamente 750 milhões de falantes, deve sua presença no sul da África à imigração de trabalhadores da Índia entre 1860 e 1911 e a grupos menores de comerciantes indianos. Assim como aconteceu em outras colônias britânicas, como em Trindade e Guiana, onde existem comunidades semelhantes, uma mudança linguística em direção ao inglês está em vias de se completar na província de Natal. O inglês nessa região mostra grande divergência de outras variedades do inglês do sul da África, devido às condições imperfeitas de aprendizagem nas plantações e salas de aula, assim como à contínua segregação a que os falantes foram submetidos. As várias línguas indianas nativas (Tamil, Bhojpuri, Gujarati, Telugu, Urdu, Konkani e outras) ainda são faladas pelos mais velhos em casa, mas uma geração de crianças está crescendo sem fluência na língua indiana e com uma variedade de inglês que muito deve ao substrato dessas línguas originais. A grande maioria dos falantes fica entre os dois extremos: os mais velhos e menos escolarizados, com uma grande quantidade de inovação morfológica e sintática, e os mais cultos e mais próximos do inglês.

Mesthrie & Dunne (1990), descrevendo as relativas dessa língua que nasceu do inglês, enumeram uma grande variedade de estratégias de relativização que vão desde o tipo padrão (*standard*), que seguem o uso internacional do inglês, até as governadas pelo discurso (*discourse governed*), passando pelas quase-padrão (*almost standard*) e pelas influenciadas pelo substrato (*substrate influenced*). As do tipo padrão ocorrem com vários tipos de relativos: *that*, \emptyset , *who*, *whom*, *when*, *where* e não merecem atenção especial nesse estudo.

As relativas quase padrão apresentam dois tipos, conforme se segue, com tradução nossa dos exemplos para o português.

O primeiro tipo difere do padrão apenas pela escolha do relativo: *what*, *which one* e *which* (este último para NP [+ humano]):

- (1.1.) a. You can't have everything *what* you always want
 você não pode ter tudo que você sempre quer
 'Você não pode ter tudo aquilo que sempre quer.'¹⁰
- b. That's the maid *which one* was there... she washes dishes an' all.
 Aquela é a empregada que esteve lá... ela lava pratos e tudo
 'Aquela é a empregada que esteve lá... ela lava pratos e tudo.'
- c. This is my daughter *which* left school.
 esta é minha filha que deixou escola
 'Esta é minha filha que deixou a escola'.
- (op.cit., exs. (1-3))

O segundo tipo de relativa quase padrão é a relativa de contato (*contact relative*), em que o sujeito é relativizado, segundo os autores, com pronome relativo zero:

- (1.2.) You saw that-one died?
 você viu aquele-um morreu?
 'Você viu aquele um que morreu?' (op.cit., ex. (5))

10. Versões das frases (1.1.a-c). (1.2.) para o inglês usadas pelos autores no texto:

- (1.1.) a. You can't have everything *that* you always want.
 b. That's the maid *who* was there... she washes dishes and all.
 c. This is my daughter *who* left school.
- (1.2) Did you see that-one that died?
- (1.3) a. The ones [i.e., pickles] I put in the jar are the best.
 b. That's all the trouble we had.
 c. That jersey which Neela knitted/knitted by Neela has gone white.
- (1.4) a. How the dead man whom doctors had operated on came to life and got up...
 b. I was a girl who always used to read in the bus.
 c. One chap who used to stay here was a builder called Arjun
 d. I'm very well versed with Afrikans, but there's nobody I can speak. (with >0)
 e. Do you like my shirt,... which I bought?

As relativas influenciadas pelo substrato mostram uma transferência das estratégias das línguas originais¹¹. Abaixo estão os exemplos com correlativos (a), prenominal sem pronome relativo (b) e estratégia participial (c):

(1.3.) a. *Which-one* I put in the jar, that-one is good. (ex. (13))

que-um eu pus no pote, esse-um é bom

‘O [e.g. picles] que eu pus no pote, esse é bom’

b. That's all we *had* trouble. (ex. (14))

isso é tudo nós tivemos problema

‘Isso é tudo com que tivemos problema/ Tivemos problema apenas com isso.’

c. That Neela's-knitted jersey is gone white. (ex. (16))

esse da Neela-tricotado jérsei é ido branco

‘O jérsei tricotado da Neela ficou branco.’

O tipo de relativa governada pelo discurso, conforme classificação dos autores, inclui as “near-relatives” (quase-relativas), a estratégia com pronome lembrete, a estratégia de topicalização/aposição pronominal, a *Preposition Chopping* (relativa cortadora) e as paratáticas com possessivos, exemplificadas, respectivamente em (a-e) abaixo (grifos nossos):

(1.4.) a. near-relatives:

How the dead man, doctors cut him, he woke up and got up...

como o morto homem, doutores cortaram ele, ele acordou e levantou

‘Como o morto, os doutores o cortaram (cortaram ele), acordou e levantou-se’

(ex. (22))

11. As línguas faladas pelos imigrantes originais eram, em predominância descendente: Tamil, Bhojpuri, Gujarati, Telugu, Urdu, Konkani, o dialeto Meman do Shindī e várias outras que, segundo os autores, não sobreviveram mais do que uma geração.

b. estratégia com pronome resumptivo:

I was a girl that I always used to read in the bus.

eu era uma garota que eu sempre costumava ler em o ônibus

‘Eu era uma garota que (eu) sempre costumava ler no ônibus. (ex. (26))

c. estratégia de topicalização/aposição pronominal¹²:

One chap who used to stay here, he was a builder - Arjun.

um rapaz que costumava ficar aqui, ele era um construtor - Arjun

‘Um rapaz que costumava ficar aqui, ele era um construtor – Arjun.’ (ex. (28))

d. Preposition chopping:

I'm very well versed with Afrikans, but there's nobody I can speak
(with >0) (ex. (32))

eu sou bem versado com africanos, mas há ninguém eu posso falar
(com >0)

‘Sou bem versado com africanos, mas não há ninguém (com) que(m) eu posso(a) falar.’

e. paratática com possessivo:

You like my shirt I bought?

você gosta minha saia eu comprei?

‘Você gosta da saia que eu comprei?’

‘Do you like my shirt,...which I bought?’ (ex. (34))¹³

A semelhança entre as chamadas estratégias discursivas (4.b-d) com as do PB é evidente. Os condicionamentos sociais, no entanto, progridem em sentido contrário ao que pretendemos comprovar para o PB, cuja forma padrão caiu em desuso na fala: no inglês indiano sul-africano, a preferência pelos tipos mais padronizados de relativa está

12. Classificação dos autores seguida à risca.

13. Embora a interpretação mais natural desta frase seja a restritiva, como "Do you like this shirt which I bought?", os autores esclarecem:

nos grupos mais jovens e nos mais cultos da população, documentando uma mudança na língua em direção à forma padrão do inglês ou à criouliização.

2.2. As Relativas no Francês de Montreal

2.2.1. Lefebvre & Fournier (1978).

Este estudo trata das peculiaridades das duas formas de relativa correspondentes ao francês de Montreal, as denominadas como padrão e popular, conforme apresentadas em exemplos de (7) a (12) dos autores, renumerados abaixo como (1.5) a (1.10) (grifos e motes nossos):

(1.5.) a) la seule affaire dont je me souviens beaucoup
o único assunto que eu me lembro mais
“O único assunto de que eu me lembro mais”

b) les batteries là qu'on se sert pour faire marcher les automobiles
as baterias ÊNF. que IMP se serve para fazer andar os automóveis
“As baterias das quais alguém se serve para fazer andar os automóveis”.

(op.cit., exs.(7.a .b.))

(1.6.) a) c'était le milieu dans lequel j'étais habitué de vivre
era o melhor em que eu estava habituado de viver
“Era o melhor em que eu estava habituado a viver”.

b) c'est une revue qu'il y a aucune annonce dedans.
é uma revista que lá há nenhum anúncio dentro
“É uma revista dentro da qual não há nenhum anúncio”.

(op.cit., exs.(8.a .b.))

"However, in the context of utterance, the RC was tacked on almost as an afterthought!" p. 41.

- (1.7.) a) le système d'éducation sur lequel l'enseignement des jésuites était basé
 “O sistema de educação sobre o qual o ensinamento dos jesuítas estava baseado”.
- b) c'est un conducteur que je me fierais plus dessus.
 é um condutor que eu me fiaria mais sobre
 “É um condutor em que mais me fiaria.” (op. cit, exs.(9.a .b.))
- (1.8.) a) les garçons avec qui j'avais affaire pour les réclamations
 “Os rapazes com os quais eu tratei para as reclamações”.
- b) j'ai une de mes amies que je suis amie avec elle depuis l'âge de 11 ans
 eu tenho uma de minhas amigas que eu sou amiga com ela desde a idade de 11 anos
 “Eu tenho uma de minhas amigas da qual sou amiga desde a idade de 11 anos”.
 (op. cit, ex.(10.a .b.))
- (1.9.) a) un milieu complètement différent du mien auquel j'avais pas été habitué
 “Um meio completamente diferente do meu ao qual eu não tinha estado habituado”.
- b) c'est un petit gars que n'importe qui s'adaptait à lui.
 é um rapazinho que não importa quem se adaptava a ele
 “É um rapazinho ao qual todos, não importa quem, se adaptam”
 (op.cit, ex.(11.a .b.))
- (1.10.) a) ceux pour qui j'ai du respect
 “aqueles por quem eu tenho respeito”
- b) ceux que j'ai du respect pour eux autres
 “aqueles que eu tenho respeito por esses outros” (op.cit, ex.(12.a .b.))

Nesse estudo, os autores consideram as formas (a) e (b) como parte de um mesmo sistema, pela razão exposta de que as pessoas de uma mesma comunidade delas se utilizam no interior de um mesmo contexto/estilo. Há pessoas que mudam de uma para a outra numa mesma seqüência de fala. Esse fato é interpretado não como uma

mudança de código, uma troca de sistemas: tudo ocorre num mesmo sistema no interior do qual se permite a variação (Kato, 1981)¹⁴.

Para explicar ambos os casos (a-b) dentro de um mesmo sistema, Lefebvre & Fournier propõem três regras para as relativas restritivas com cabeça nominal ou pronominal no francês de Montreal:

1) deslocamento ("déplacement") do elemento [+Wh]:

As frases do tipo a) resultam da aplicação de movimento do elemento [+Wh], forçada pela presença do elemento [+Wh] na relativa; as frases do tipo b) resultam da ausência de deslocação devido à ausência do elemento [+Wh] na relativa. A presença/ausência do elemento [+Wh] na relativa depende de uma escolha que se opera no plano lexical;

2) inserção facultativa do complementizador que;

3) inserção e supressão lexical:

Para analisar os sintagmas preposicionais contidos na relativa a partir dos quais a relativa é formada, os autores organizam as preposições em 4 grupos:

1.º) sur, sous, dans;

2.º) pour, contre, avec;

3.º) à [- datif], de;

4.º) à [+ datif].

Os pronomes complementos dessas preposições são afetados pelos traços [\pm Wh] e [\pm animado]. No momento da inserção lexical, Pro [+ Wh] e [\pm animado] será lexicalizado por lequel, a regra de deslocação do elemento Wh ocorrerá e o resultado

14. Conceito semelhante foi proposto por Wexler & Manzini (1987) como teoria dos sub-conjuntos.

será uma relativa do tipo padrão. Pro [- Wh] e [- animado] não será lexicalizado, porque em francês a forma forte do pronome pessoal não pode ser usada para referir-se a inanimados em outras posições que não sejam sujeito e objeto¹⁵. Pro [- Wh] e [+animado] pertence ao mesmo tipo de construção em que se pode postular que há supressão lexical, mas esse tipo de Pro pode se manifestar superficialmente. Neste caso, uma regra opcional de inserção lexical traduz Pro em *lui, elle*, etc., resultando os tipos vernaculares de relativa, como nos exemplos abaixo, com preposição órfã, isto é, deixada sozinha no final da sentença, como em b), ou com resumptivo, como em a) :

- (1.11.) a) le gars que je travaillais pour lui
o rapaz que eu trabalhei para ele
b) le gars que je travaillais pour
o rapaz que eu trabalhei para
'o rapaz para quem eu trabalhei'

- (1.12.) a) c'est un conducteur que je me fierais plus pour lui
'é um condutor que eu me fiarei mais por ele'
b) c'est un conducteur que je me fierais plus dessus
'é um condutor em que eu me fiarei mais'

- (1.13.) a) j'ai une de mes amies que je suis amie avec elle depuis l'âge de 11 ans
eu tenho uma de minhas amigas que eu sou amiga com ela desde a idade de 11 anos
'eu tenho uma de minhas amigas da qual sou amiga desde a idade de 11 anos'.
b) je me serais marié oui avec la celle que je me suis marié avec
eu me seria casado sim com aquela que eu sou casado com
'eu me casaria sim com aquela com a qual sou casado'. (op.cit., exs. (55 a-b)-(57 a.b.))

15. Exemplificação dos autores para convalidar essa afirmação:

- a) *elle (la table), elle est belle*
b) *? elle (la table), je l'ai vue*
c) **je l'ai mis sur elle (la table)*

De acordo com Lefebvre & Fournier, existe nessa variedade do francês uma gramática ampla que permite a variação nas relativas, isto é, tanto a relativa padrão como as formas vernaculares partem de um mesmo sistema e não de dois sistemas diferentes. Em texto posterior (cf. Lefebvre, 1982, em 2.2.3.) desenvolve melhor essa justificativa com dados de aquisição da relativa, como veremos em 2.2.3.

2.2.2. Bouchard (1982a-b)

De acordo com Bouchard (1982a), a relativa que corresponde à variedade do francês dita vernacular é introduzida pelo complementizador que e contém um pronome anafórico que pode estar ausente na superfície, caso em que sua preposição desaparece também, se for fraca (*à, de*), ou permanece, se for forte (*dessus, avec,...*). As relativas que correspondem à variedade do francês considerado padrão contêm um pronome relativo.

Para Bouchard a diferença básica entre relativa padrão e não-padrão está na possibilidade de se inserir ou não o traço [+WH] na relativa, conforme análise já proposta por Lefebvre e Fournier (1978). Se a relativa for padrão, o traço é [+wh] e, se for não-padrão, o traço será [-WH]. O elemento [+wh] é visível na Forma Fonológica. Desse modo, na relativa vernacular, existe um pronome nulo na posição vazia, que é, portanto, invisível na representação fonológica e não pode ser lexicalizado.

Em outro artigo publicado no mesmo ano, Bouchard (1982b) resolve elaborar uma outra análise que desse conta do fato de que as relativas restritivas permitem preposição órfã e apagamento de preposição, enquanto as interrogativas não. Justifica-se, dizendo:

*Em vez de acrescentar novas restrições à gramática, procuro a possibilidade de explicar os fatos sem o uso do movimento de Q-, e oferecer uma abordagem em que essas construções sejam geradas na base.*¹⁶ (p.216) (Nossa tradução)

Nessa análise, Bouchard retoma Chomsky & Lasnik (1977), segundo os quais as palavras WH- em relativas são semanticamente vazias e, portanto, podem apagar-se em Comp. Se for um sintagma preposicional, isso não é mais possível, porque as preposições não são recuperáveis. O problema dessa teoria, diz Bouchard, é justamente esse: algumas preposições podem ser apagadas. Isso parece ocorrer porque a preposição é estritamente subcategorizada e pode ser facilmente recuperada no léxico, como em seu exemplo, abaixo:

(1.14.) Si c'est le gars que je pense, il est bien correct. (à > ø). (op. cit. ex.(11c.))
'Se for o rapaz que eu penso, ele é muito correto.'

Há também exemplos de preposições não-estritamente subcategorizadas que podem não aparecer, por terem uma relação semântica muito próxima com o verbo, como em seu exemplo (13.c.) em oposição a (15.c.), que não tem qualquer ambigüidade:

(1.15.) Le couteau que je coupe (op.cit.ex.(13.c.))
'A faca (com) que eu corto'

(1.16.) Le fil que je coupe (op.cit.ex.(15.c.))
'O fio que eu corto'

16. "Instead of adding new constraints to the grammar, I look at the possibility of explaining the facts without the use of WH-movement, and sketch an approach where these constructions are base generated." (p.216)

Pode-se dizer que *avec* é uma preposição de instrumental e que *couper* é estritamente subcategorizado para instrumental. Assim, a preposição nula em (13.c.) torna-se recuperável pelas estruturas funcionais.

Essa explicação encontra ressonância em numerosas relativas do PB, que permite preposição oculta mesmo que sua recuperação dependa até do contexto geral da fala e não de uma relação semântica estrita com o verbo, como em

(1.17.) A moça que eu falei (com? de? sobre?)

Para se dar conta disso, é preciso, então, que a teoria contemple a interface entre sentença e discurso.

Em (1.17), pode-se dizer que há três PPs em relação estrita com o verbo e, devido a essa múltipla subcategorização de *falar*, a interpretação da sentença depende do contexto.

Minha hipótese é que, se a relação entre o sintagma preposicional relativizado sem preposição e o verbo ou outra categoria atribuidora de papel temático não for de subcategorização e sim de adjunção, por exemplo, é provável que o falante que conhece a estratégia padrão vá usar a preposição com o relativo, como em (1.18.), do que se essa relação for forte. Uma estratégia de esquiva da forma padrão, nesses casos, pode ser o emprego do resumptivo, como em (1.19.), considerada também uma forma não-padrão:

(1.18.) A moça com (de, sobre) quem eu falei

(1.19.) A moça que eu falei com (de, sobre) ela

Nessa análise, para explicar relativas e interrogativas dentro de um mesmo sistema, Bouchard propõe a presença de um nóculo, denominado POD (PODIUM)¹⁷, que comandará os elementos no núcleo do sintagma verbal (V). A inserção lexical sob POD se dará, então, através do Princípio de Interpretação Semântica abaixo:

17. Regra de base (18): S > POD V'''

Princípio de Interpretação Funcional:

Uma S será interpretada funcionalmente se todos os argumentos estritamente subcategorizados do verbo forem identificados e se todos os argumentos se relacionarem com o verbo. (Nossa tradução)¹⁸

Com essa regra e esse princípio estabelecidos, Bouchard enfatiza a natureza da palavra-Q: não um quantificador, como quer Chomsky, mas um ligador, um "matchmaker", isto é, um Operador que põe elementos em relação. As palavras-Q, assim entendidas, podem ter ou não um antecedente. No primeiro caso, estão as apositivas e as relativas, em que o antecedente é posto em relação com um verbo em seu domínio¹⁹; no segundo, estão as relativas e as interrogativas, em que a Palavra-Q relaciona ao verbo um elemento especificado no discurso (ou deixado sem especificação). Dessa forma, as palavras-Q não são vazias de sentido: são "matchmakers".

A segunda análise de Bouchard oferece uma vantagem sobre as que colocam a Palavra-Q como um complementizador no caso das relativas vernaculares do PB: não é preciso dizer que há um operador nulo. O tipo de relativa com complementizador do inglês é a "that-relative", cuja análise, da forma como foi apresentada por Cohen (1986/89), tem sido proposta para várias línguas, mas apresenta problemas para o PB (ver item 3.3., abaixo). Dessa forma, o fato de Bouchard ter considerado a Palavra-Q como portadora de sentido nas construções com apagamento de preposição no francês – nas relativas cortadoras – é um fator positivo a reforçar a análise de Cohen e a de Kato (1993), que consideram o que como um legítimo pronome relativo em português.

18. (21) *Principle of Functional Interpretation (PFI):*

An S will be functionally interpreted if all the strictly subcategorized arguments of the verb are identified and if all the arguments are related to a verb. (p. 221)

19. A noção de comando aqui é a de Langacker (1969):

"An element A commands an element B if B is part of a structure dominated by the first S above A".

2.2.3. Lefebvre (1982): "*À propos de la fille dont que je sors avec ou l'acquisition des constructions relatives avec WH*"

Partindo da pergunta sobre o que devem aprender os falantes do francês vernacular para produzirem as construções relativas do tipo padrão, C. Lefebvre se apóia teoricamente em Bouchard (1982a) e seleciona, para estudo das relativas, uma amostra da fala de 20 adolescentes do Centro-Sul de Montreal (do *corpus* Lefebvre & Drapeau) aos quais foram aplicados um teste de eliciação de relativas e testes de repetição e paráfrase. Os três tipos de teste revelaram que alguns adolescentes produzem a relativa padrão, como abaixo:

(1.20) La table sur laquelle est déposé un pinceau. (op.cit., ex. (6))

‘A mesa sobre a qual está depositado o pincel’.

Os outros todos produziram as relativas do tipo não-padrão, como as seguintes:

(1.21.) Celle (la table) qu'il y a un chevalet dessus. (op. cit., ex. (9))

‘Aquela (a mesa) que há um cavalete em cima’

(1.22.) Celle (la maison) qu'il y a des personnages dedans. (op. cit., ex. (10))

‘Aquela (a casa) que há personagens dentro’

Para explicar a ocorrência dos tipos não-padrão, ela já de início refuta a possibilidade de serem erros decorrentes da situação de produção, dizendo que tais tipos de frase podem não raro ser ouvidos no rádio e citando trabalhos como os de Frei (1929) e Sandfeld (1965), que trazem frases relativas do mesmo tipo que as produzidas por esses jovens.

Para ela, essas frases testemunham uma aquisição incompleta do sistema de relativas que os falantes devem usar num estilo que ela chama de vigiado, classificando-as como "erros de competência", em oposição a "erros de performance". Erros de competência são para ela dados de aquisição do dialeto padrão, que se processa em

estágios. Assim, os três tipos de oração, distribuídos em função da idade dos falantes, justificam o procedimento na amostra: os mais jovens usam frases do tipo (1.21 e 1.22), não-padrão; os mais velhos, as do tipo (1.20) e algumas do tipo (1.21); e alguns usam os três tipos. Trata-se, portanto, diz ela, da diferença entre competência ativa e passiva, no sentido de Labov (1972a).

Diante disso, a autora sugere que esses três tipos de frase constituem estágios de aquisição das relativas com a palavra-Q preditos pelas diferenças lexicais entre os dois dialetos. Esses estágios são os seguintes:

- a) Inserção de um pronome relativo no início da oração. Inicialmente, esse pronome relativo é a palavra universal *dont* para todas as funções, porque o falante ainda não tem uma lista exaustiva e uma definição completa em termos de traços das palavras relativas. Nesta fase, a anáfora é necessária para indicar a função do SN relativizado.
- b) Aquisição das palavras relativas no léxico, marcando a função relativizada na frase. A anáfora torna-se redundante nesta fase.
- c) Não inserção da anáfora na frase encaixada, pelo reconhecimento da não-gramaticalidade da frase com relativo e anáfora. Esta fase revela a aquisição de um filtro que proíbe frases em que uma mesma função se exprima duas vezes no interior da mesma sentença.

Segundo ela, todos esses tipos são possíveis nas línguas naturais, inclusive o tipo (b), cuja agramaticalidade é específica de uma variedade do francês. Para comprovar essa afirmação, ela busca exemplos do tipo (b) no próprio francês dos séculos XV a XIX, ressaltando que "apesar da proibição dos puristas", essa forma ainda sobrevive no francês²⁰. Os exemplos abaixo estão entre muitos outros:

Séc. XV:

20. Nota de rodapé n.º 10, com citação atribuída a Nyrop (1930):

"La grammaire moderne ne tolère pas l'emploi d'un dont pleonastique. Pourtant le phénomène existe toujours dans la langue vivante malgré l'interdiction des puristes."

(1.23.) "car la pluye les chargeait tant qu'il n'y avoit celui à *qui* le logie ne luy tradist". (Damourette et Pichon, *Le Romant de Lehan de Paris*:52)

Séc. XVI:

(1.24.) "...sans que la division d'entre eux puisse convier les aultres inférieurs de nourrir les brigues et partialités où ils y ont depuis ung an continuellement vescu." (Damourette et Pichon, Charles IX. Instruction du sieur de Biron allant en Provence, 7 déc. 1563, dans la Correspondence du Maréchal Armand de Gontant-Biron n.º 6:221). (op.cit., exs. (19 e 22))

É impossível deixar de notar a semelhança quase perfeita entre os tipos de relativa do português e do francês de Montreal tanto na fase atual como nos séculos passados. Poderia então uma mesma explicação dar conta das duas línguas? Existe, também no PB, uma gramática ampla que permite variação nas relativas, como acontece no francês, de acordo com Lefebvre & Fournier. À primeira vista, essa parece uma explicação bastante razoável, mas existem diferenças importantes entre essas línguas, que não podem ser esquecidas. Uma diferença entre ambas está na extrema escassez da variante com a preposição órfã no português²¹. Além disso, não há, em nenhum informante, seja adulto escolarizado, escolar ou adulto não-escolarizado, casos de pronome resumptivo com outros pronomes relativos a não ser o que:

- (1.25.) a. * a casa onde ele mora nela
b. * a casa em que ele mora nela
c. a casa que ele mora nela

Aponto ainda uma terceira e importantíssima diferença: nos estudos sobre a aquisição do francês padrão, não foi mencionada a presença de erros de performance. Nos dados do português eles ocorreram em determinados momentos, como será visto nos dados de escolares.

21. Note-se que, como no francês, o PB permite "stranding" com locuções adverbiais (em frente, em cima, atrás). Dentre os textos analisados neste trabalho, no entanto, houve apenas uma ocorrência:

"ele viu uma bolsinha que que tava com dinheiro dentro." (1.ª série, oral)

CAPÍTULO 2

RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL E SUA REPRESENTAÇÃO

A gramática tradicional não descreve e nem sequer reconhece as estruturas que não aceita e tampouco descreve em detalhes o que acontece quando ocorre a relativização de um termo da oração adjetiva. Os pormenores descritivos vão colaborar para a compreensão daquilo que entendemos que acontece cada vez que um falante passa de uma estratégia para a outra. Como já dito anteriormente o quadro teórico que consideramos adequado para isso é de linha gerativista.

O que se segue procura retratar o que a lingüística tem dito a respeito dos elementos componentes dos tipos de oração relativa e de sua representação como um todo.

1. A Representação da Relativa Padrão

As primeiras propostas de representação da relativas são as seguintes, conforme apresentadas por Brito (1991).

Análise 1: Det F (relativa como complemento do artigo)

Smith (1964) propõe a estrutura abaixo, em que a transformação relativa desloca a relativa R(restritiva) ou A(apositiva) para a posição pós-nominal.

Análise Det F	Transformação
<pre>graph TD SN1[SN] --- Det1[Det] SN1 --- N1[N] Det1 --- o1[o] Det1 --- R1[R] R1 --- que1[que...]</pre>	<pre>graph TD SN2[SN] --- Det2[Det] SN2 --- N2[N] SN2 --- R2[R] Det2 --- o2[o] N2 --- livro[livro] R2 --- que2[que...]</pre>

Chomsky (1965) propõe uma análise na linha de Smith (1964), em que a relativa restritiva faz parte do Det. Após a transformação, o nó da relativa é irmão de Det e N.

No quadro da Teoria de X-barra (Vergnaud, 1974), a análise de Smith (1964) aparece com uma regra que coloca a relativa em posição pós-nominal.

Vergnaud (1974)	
Configuração	em Estrutura-S
<pre> graph TD SN1[SN] --- Det1[Det] SN1 --- Np[N'] Det1 --- dots[...] Det1 --- F[F] </pre>	<pre> graph TD SN2[SN] --- Det2[Det] SN2 --- Np2[N'] SN2 --- F[F] Det2 --- T1[△] Np2 --- T2[△] F --- T3[△] </pre>

Hoje não se admitem mais trifurcações em árvores.

Análise 2: $N^{[-max]} F$ (relativa como complemento do nome)

Em Dean (1966), a oração relativa é concebida como um nó irmão de uma projeção não-máxima de N.

Análise $N^{[-max]} F$	
Restritiva	Apositiva
<pre> graph TD SN1[SN] --- Det1[Det] SN1 --- N1[N] Det1 --- T1[△] N1 --- N2[N] N1 --- F1[F] N2 --- T2[△] F1 --- T3[△] </pre>	<pre> graph TD SN2[SN] --- SN3[SN] SN2 --- F2[F] SN3 --- Det2[Det] SN3 --- N3[N] Det2 --- T4[△] N3 --- T5[△] F2 --- T6[△] </pre>

Aqui a relativa restritiva afeta apenas o N e não o SN, funcionando como um complemento do nome.

Dentro da Teoria X-Barra,, a análise $N^{[-max]} F$ recebe categorias intermediárias:

Análise $N^{[-max]} F$	
N com um complemento	N com mais de um complemento
<pre> graph TD SN --> Det[△] SN --> N_prime[N'] N_prime --> N[△] N_prime --> R[△] </pre>	<pre> graph TD SN --> Det[o] SN --> N_double_prime[N''] N_double_prime --> N_prime[N'] N_double_prime --> R[△] N_prime --> N[livro] N_prime --> SPrep[△] SPrep --> de[de] SPrep --> historias[histórias] R --> que[que...] </pre>

Esta estrutura de constituintes, criada ainda no quadro da Teoria Padrão da gramática gerativa, serviria tanto para as adjetivas restritivas (das quais representaria a estrutura-P) como para as explicativas (representando sua estrutura-S, obtida após transformação).

Considerando que as diferentes estruturas propostas para o SN que contém uma oração relativa devem ser feitas em termos sintáticos (lexicais e interpretativos), respeitadas as propriedades semânticas, Brito (1991), dentro da Teoria da Regência e Ligação, testa essas estruturas em fenômenos gramaticais²³ como

- (i) inter-relação entre relativas restritivas e interpretação anafórica de certas categorias vazias;
- (ii) relativas com verbos simétricos e antecedentes coordenados;
- (iii) relativas múltiplas ou “empilhadas”.

22. Nas árvores foi usado S em lugar de F, quando aparecia F no original.

23. Para testar (i), usa o enunciado “Eu gosto mais desta criança que tem cabelos escuros do que daquela”.

Para testar (ii), “O rapaz e a rapariga que se beijaram são meus conhecidos”.

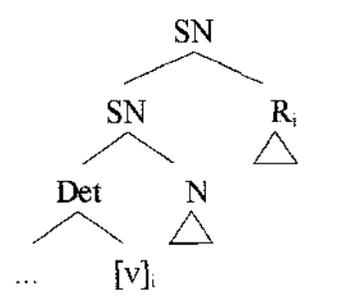
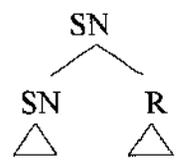
Para testar (iii), usou dois exemplos:

a) “As pessoas que gostam de caviar que vieram cá almoçar são requintadíssimas”

b) “As pessoas que vieram cá almoçar que gostam de caviar são requintadíssimas”

Ver argumentação em Brito (op. cit., Cap. II).

Ao concluir essa análise, propõe como básica a estrutura SN F, de Ross (1968), que, em combinação com a estrutura Det F, de C. Smith (1964), para as restritivas, passa a assumir as formas abaixo:

Relativa Restritiva	Relativa Apositiva
 <p>A syntactic tree diagram for a restrictive relative clause. The root node is SN, which branches into SN and R_i. The inner SN branches into Det and N. Det branches into an ellipsis (...) and [v]_i. N is represented by a triangle symbol.</p>	 <p>A syntactic tree diagram for an appositive relative clause. The root node is SN, which branches into SN and R. Both child nodes are represented by triangle symbols.</p>

Ainda em Brito (op. cit. , Anexo do Cap. II) está a proposta de Abney (1987)²⁴, que já leva em consideração a divisão das categorias em funcionais e temáticas (estas as que selecionam argumentos aos quais atribuem papel temático). Para Abney, a categoria SN é a máxima projeção sintática da categoria funcional DET, sendo simultaneamente a máxima projeção semântica do N que o DET seleciona funcionalmente.

Embora não adotando a proposta de Abney, talvez em função de, na época, ser um desenvolvimento recente da Teoria da X-Barra, a autora reconhece algumas vantagens dessa proposta sobre a sua e ainda mostra como deveria ser a adequação da análise da categoria SDET à estrutura com relativa.

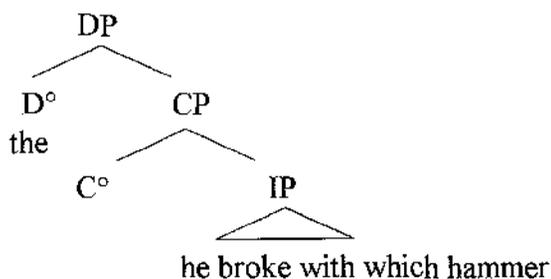
24. Abney, S. P. (1987) *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. Dissertação de Ph. D., Massachusetts Institute of technology (não publicado).

SDET (segundo Abney)	SN com relativa (adaptação de Brito)

Mais recentemente, Kayne (1994) propõe a análise da relativa como complemento de D° . Para Kayne, o núcleo nominal, considerado anteriormente como o antecedente do relativo, é o próprio NP relativizado dentro da relativa, que se move para o Especificador de CP, como demonstrado abaixo para a frase “the hammer with which he broke it”.

1) a relativa é gerada como complemento de D° :

[DP [D° the [CP [C° [he broke with which hammer]]]]



2) o PP move-se para Spec, CP

the [$_{CP}$ with which hammer_i [C° [he broke it e_i]]]

3) o NP se move para Spec, PP

the [$_{CP}$ [$_{PP}$ hammer_i [with which e_i]] [C° [he broke it e_i]]]

A proposta de Kayne ainda está em discussão e entre os trabalhos em elaboração encontra-se o de Kato & Nunes (em elaboração). Apesar disso, achamos bastante aceitável a idéia de que a relativa seja gerada como complemento de D° .

2. Hipóteses sobre o estatuto do que no PB

2.1. A tese do que como complementizador

Tarallo (1983/86), partindo de Kato (1981) encontra três tipos de relativa no PB falado na cidade de São Paulo, que ele batiza como abaixo:

(i) gap leaving variant, a relativa de sujeito e objeto direto, que deixa um vazio na posição original do Qu-NP, exemplificada com

(2.1.) Tem as que (cv)²⁵ não estão nem aí, não é? (op.cit., ex.(1))

(ii) variante com pronome lembrete, exemplificada com

(2.2.) Você acredita que um dia teve uma mulher que ela queria que gente entrevistasse ela pelo telefone? (op.cit., ex.(2))

(iii) P(repositional) P(hrase)-chopping (cortadora), em que a preposição regente e o NP relativizado estão ambos ausentes, exemplificada com

(2.3.) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (ela), ela não fica esquentando a cabeça". (op.cit., ex.(7.a.))

Em seus dados produzidos por operários de São Paulo, a relativa com preposição, considerada como padrão e exemplificada em (2.4.), não aparece²⁶.

(2.4.) É uma pessoa que essas besteiras com que a gente fica se preocupando, ela não fica esquentando a cabeça. (op. cit., ex. (7.b.))

Esses dados, coletados em diferentes classes sociais, levam Tarallo a concluir que a relativização no PB falado não se faz por movimento, já que os dois argumentos apresentados pela teoria para comprovar o movimento, presença de lacuna e efeito de

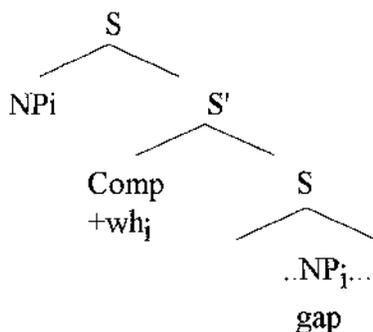
25. cv = categoria vazia.

26. Tampouco aparece a variante com a preposição órfã, deixada *in situ*.

ilha, não se sustentam. Para ele a variação se explica pelo eventual apagamento do resumptivo em todas as posições e da preposição nas posições mais baixas.

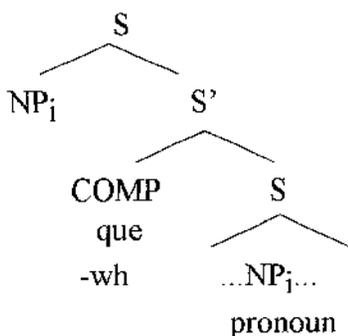
Eis as representações de Tarallo para os quatro tipos de relativa²⁷:

Representação da relativa padrão, como em *Manga é a fruta de que mais gosto*:



Note-se a correferência entre antecedente, Q- em Comp e "gap".

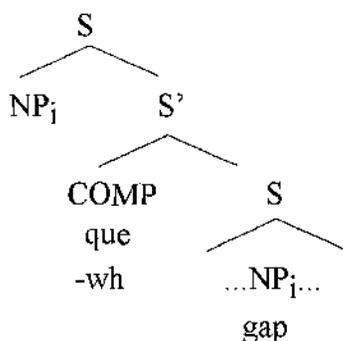
Representação da relativa com pronome lembrete, como em *Manga é a fruta que eu mais gosto dela*:



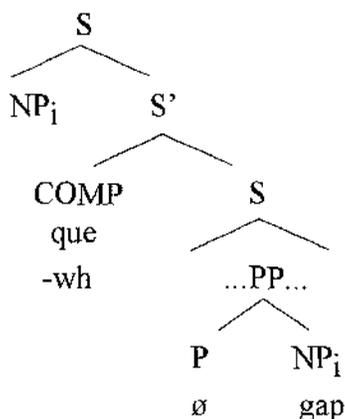
Note-se a ausência de índice referencial no Q- em Comp, nesta e nas demais variantes, com a partícula introdutória invariável considerada como um complementizador e não um pronome relativo.

27. Tarallo, op.cit, p.35-37.

Representação da relativa “gap-leaving”, superficialmente igual à padrão, como em *O menino que (=OD) vi ontem*:



Representação da relativa cortadora, como em *Manga é a fruta que mais gosto*:



Desse estudo interessam-nos particularmente suas descobertas diacrônicas que levaram a uma explicação muito plausível sobre a origem da variante cortadora, analisada como "o resultado de uma drástica mudança no sistema pronominal que começou no século XIX, segundo a qual os pronomes começaram a ser apagados nas orações principais²⁸, das posições mais altas (subj., OD) até as mais baixas da escala

28. Kato (1981) faz referência à sintaxe da relativa cortadora. Nesse estudo, Kato sugere que deve haver uma correlação entre relativização e processos anafóricos que estão acontecendo na língua. Diante dos pares de sentenças abaixo, pode-se prever, observando a estratégia anafórica do falante, em a.. qual tipo de relativa ele provavelmente vai usar, em b.:

- (2.1.) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.
b. Encontrei a revista cuja capa estava rasgada.
- (2.2.) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.
b. Encontrei a revista que a capa dela estava rasgada.

sintática²⁹, movendo-se para as relativas e outras subordinadas" (p. 7, tradução nossa). Observemos sua Tabela 6.28.

Table 6.28. Frequency of use of three relativization strategies in indirect object, oblique, and genitive positions, across time periods

	I	II	III	IV	Total
<i>standard</i>	99	89	73	63	324
<i>down</i>	89.2%	88.1%	91.3%	35.4%	
<i>across</i>	30.6%	27.7%	22.5%	19.2%	
<i>resumptive</i>	11	8	1	9	29
<i>down</i>	9.9%	7.9%	1.3%	5.1%	
<i>across</i>	37.9%	27.6%	3.4%	31.0%	
<i>PP-chopping</i>	1	4	6	106	117
<i>down</i>	0.9%	4.0%	7.5%	59.5%	
<i>across</i>	0.9%	3.4%	5.1%	90.6%	
<i>Total</i>	111	101	80	178	470

I=1725 - II= 1770 - III=1825 - IV=1880

(Tarallo, 1983, p.165)

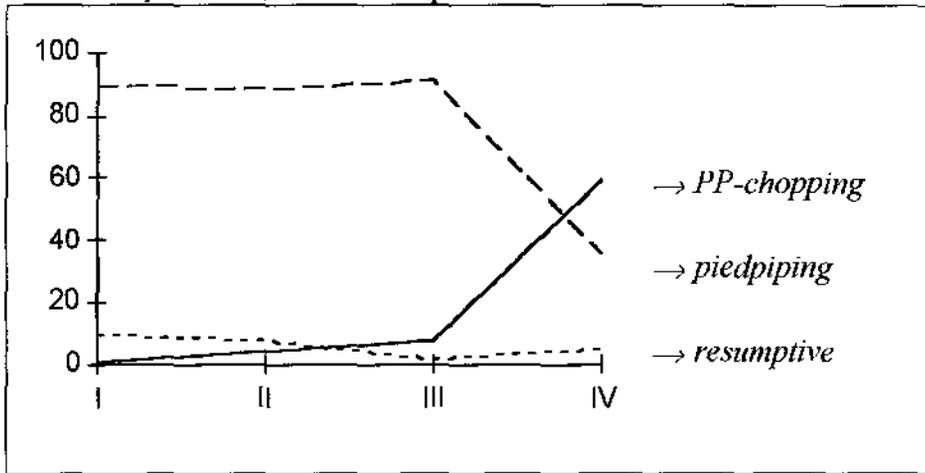
No período III, início do século XIX, as duas variantes não-padrão começam a competir para substituir a relativa padrão. No final do século XIX, período IV, a estratégia cortadora já é a principal alternativa de relativização. Observe-se no gráfico abaixo como seu uso cresce, enquanto o da relativa padrão decresce entre os períodos III e IV.

- (2.3.) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu (Ø).
b. Encontrei a revista que a capa (Ø) estava rasgada.

Os falantes de (2.3.), com o apagamento de pronomes em estágio adiantado em sua gramática, como em (2.3.a.), usam a estratégia cortadora de relativização, que não traz o pronome lexical, como em (2.3.b.). De fato, como já havia notado Lemle, esse pronome era, na época, e ainda é estigmatizado em certas camadas sociais. Se o falante ainda usa esse resumptivo em (2.2.a.), provavelmente vai usá-lo nas relativas, como em (2.2.b).

29. Referência a Keenan e Comrie (1977).

Graph 6.14: Frequency of use of three relativization strategies in indirect object, oblique, and genitive positions, across time periods



(Tarallo, 1983, Gráfico 6.14, p.166)

Segundo Tarallo, o clítico deu lugar à anáfora nula. O apagamento de sintagmas preposicionais, que antes não era permitido, passou a ocorrer, o que explica o “PP-chopping”. Esse apagamento ocorreu, segundo ele, em duas etapas em que primeiro o objeto pronominal da preposição é apagado e depois a própria preposição, para evitar a violação da restrição contra as preposições órfãs. A estratégia com pronome lembrete, no entanto, mantém-se em baixa percentagem mas constante.

Assim, dadas as características de seus dados, Tarallo aponta em seu estudo dois tipos principais de relativas: cortadora e com pronome lembrete. Sua variável dependente é a presença/ausência de resumptivo. Com foco na presença dessa partícula, ele descobre que os fatores gramaticais que favorecem seu aparecimento são: a função sintática, com as funções mais baixas (genitivo, objeto indireto e oblíquo) favorecendo o aparecimento da partícula; os traços semânticos [+humano], singular, indefinido (este para OI e oblíquos); a posição da relativa à direita da matriz, a posição [+ distante], o tipo não-restritivo, o processamento depois de uma construção existencial. Essas características funcionam igualmente para os dois grupos sociais (classe trabalhadora de um lado, e classes média e alta de outro), que usam basicamente um tipo de relativa: a PP-chopping, (cortadora) com frequências diferentes para o uso da estratégia resumptiva, estigmatizada pela classe alta. Os dados da mídia, especialmente os jornais, e os dados

diacrônicos, entretanto, mostram ocorrências da relativização padrão, raras nos dados sincrônicos orais. Tarallo conclui, então, que no PB há disponíveis "dois modelos gramaticais de relativização", um com movimento (padrão) e um com apagamento de NP e preposição (não-padrão).

Tarallo afirma ainda que as análises sobre as quais se apoiou (Mollica, 1977; Lemle, 1978; Kato, 1981; Souza e Silva, 1981; Bouchard, 1982) mostraram que os dois sistemas de relativização em competição podem ser diferenciados em termos de processo de derivação, de tal forma que, se o movimento da palavra Q-- não se aplica para a derivação das relativas, uma relativa não-padrão aparece. Considerando que não há apagamento de pronome relativo no PB, a partícula introdutória das variantes não-padrão (QUE) é analisada como complementizador [-Wh], com o resumptivo (ou sua correspondente categoria vazia) e o antecedente partilhando o mesmo índice.

Tarallo aponta também, em suas conclusões, que não só no PB, mas no francês e em outras línguas em que as construções de tópico são produtivas, as variantes com resumptivo e sem preposição são correntes. Não tinha, entretanto, como objetivo, nesse momento, aprofundar as relações entre topicalização e relativização, o que foi feito posteriormente por Kato.

2.2. A tese do que como pronome relativo

Para Wheeler (1982), o que é um pronome relativo e as relativas cortadoras são resultado de movimento para Comp e posterior apagamento do NP ou do PP nessa posição, já que ela não encontrou evidências de apagamento de PP em outras posições. Mas essas evidências foram encontradas por Tarallo (op. cit.), que defende o apagamento do PP na posição de origem.

Cohen (1986/89), seguindo a análise de Bouchard e outros para o francês em seu item (19), repetido abaixo, descreve a "THAT-relative" do inglês, que obedece aos seguintes passos: a) uma regra de movimento leva o elemento Q- de sua posição original para Comp; b) esse elemento é apagado em Comp; c) o complementizador é inserido nessa posição vazia:

- (2.5.) (i) The man Comp I was talking to who
 (ii) The man who I was talking to
 (iii) The man I was talking to
 (iv) The man THAT I was talking to (op. cit., ex. (19))

A postulação de um elemento Q- e seu conseqüente apagamento decorre do fato de que o complementizador THAT não se move, como ela mostrou no exemplo, abaixo:

- (2.6.) The man * to THAT I was talking (op. cit., ex. (18))

Essa é, segundo a autora, a análise que tem sido proposta para as relativas do espanhol, do catalão e do francês. Para o francês, notadamente o de Montreal, como vimos anteriormente, existem análises diferentes para a relativa vernacular, mas parece que todas têm convergido para colocar a palavra Q- como complementizador. Tarallo (1983), embora também classifique essa partícula da mesma forma, descreve a relativa com o que gerado na base em Comp. Para ele não há movimento e a partícula introdutora da relativa não partilha o índice com o antecedente e o resumptivo. Para Cohen também houve dificuldades para a classificação desse que, encontrando problemas tanto para a análise como complementizador como para a análise como relativo. Diante das dificuldades, a autora busca na diacronia uma possível explicação e descobre que o QUE complementizador resultou da convergência de QUOD/QUID, que subordinava sentenças no subjuntivo, e QUI(A), que subordinava sentenças no indicativo. Quanto ao pronome relativo QUE, resulta de uma evolução por fases de dois paradigmas do latim, o dos relativos e o dos interrogativos, muito semelhantes entre si. As formas de nominativo neutro QUI(D)/QUOD e de acusativo átono QUE(M) se neutralizaram, resultando no QUE, uma partícula que perdeu as flexões de Caso, Gênero e Número. Já no Romance Antigo foram encontrados exemplos de relativas com pronome resumptivo, como o exemplo abaixo em que a partícula introdutora é certamente o pronome relativo ainda na forma QUEM, acusativa:

- (2.7.) "Homem QUEM ego beneficium EL feci"

'O homem QUE eu fiz um favor A ELE' (apud Cohen, op.cit., p.130)

Embora ressaltando as diferentes análises, todas com problemas, para as cláusulas relativas, Cohen sugere uma regra de movimento para todos os casos de relativização em português. Para ela, assim como para Tarallo, a relativa cortadora se dá por apagamento do resumptivo. A diferença entre ambos está na forma como a relativização se processa: sem movimento, isto é, com complementizador e relativização resumptiva com pronome nulo, para Tarallo; e com pronome relativo e movimento de Wh- para Cohen.

Veremos adiante como, apesar da ampla aceitação da análise da partícula relativizadora como complementizador, inclusive nos conhecidos estudos sobre o francês (Guiraud 1966), o francês de Montreal (Lefebvre e Fournier 1978; Bouchard 1982), que têm as mesmas estratégias de relativização, e também os estudos de outros autores sobre o PB (Mollica 1977; Lemle 1978; Souza e Silva, 1981), que não apresentaram uma representação sintática para o fenômeno, há pontos de vista diferentes, como o de Cohen, de Wheeler (1981, citada por Tarallo, *op.cit.*, p.34), que diz que a relativa cortadora do PB é derivada por movimento e posterior apagamento do PP em Comp. E há ainda a representação de Kato (1993), adotada neste estudo, que procura eliminar os problemas de análises anteriores.

Kato (1993) propõe uma análise alternativa, mantendo o tradicional estatuto de pronome relativo para a partícula e associando a ocorrência das estratégias não-padrão com o fato de a língua ter proeminência de tópico, como o japonês³³.

Seguindo Pontes (1987), ela considera o PB uma língua com proeminência tanto de tópico como de sujeito. Isso significa que as sentenças básicas incluem a posição adjacente de tópico, além das argumentais, como demonstrado no exemplo de nossa amostra do NURC, abaixo:

-
30. a) Tópico
Jun-wa konakatta
O João, não veio.
b) Sujeito:
(i) Jun-ga konakatta.
João não veio.
(ii) kuruma-wa, taya-ga pankushita.
O carro, o pneu furou.

(2.8.) [Top Umas pessoas_i, [IP a gente tem mais intimidade (ø)/com elas_i]]

A inclusão do tópico na estrutura sentencial fornece mais uma posição a ser relativizada já que para o processo de relativização não há restrição de função. Para a autora esse fato torna-se de fundamental importância, porque ela afirma que, no português falado, a relativização se dá sempre a partir dessa posição. Mais adiante explicitaremos essa proposta, que servirá de suporte para este trabalho.

A questão do estatuto do que nas relativas não-padrão está ainda dividindo os estudiosos. Sua semelhança com o complementizador das orações substantivas, tanto em português como em inglês e o fato de ser sempre invariável na língua vernacular de fato induzem à análise desse que como complementizador.

Argumentando, agora, a favor da classificação dessa partícula como pronome, lembro que a gramática tem tradicionalmente dito que a relativização é uma forma de pronominalização, sendo o que um elemento referencial. Autores que realizaram estudos sobre o PB também têm colocado o que como pronome relativo: Wheeler (1982), Cohen (1986/89) e Kato (1993). Mesmo Bouchard (1982b) propõe uma análise alternativa para a relativa resumptiva, considerando a partícula introdutória um "matchmaker", em oposição aos pronomes interrogativos, por exemplo, que não têm um antecedente. O que induz estes estudiosos, apesar de o *output* fonético desse que ser idêntico ao do complementizador, a classificá-lo como pronome é a carga semântica referencial existente nesse vocábulo.

É evidente que estamos lidando com um conectivo, mas conectivos também podem ser classificados por tipo. A gramática tem ensinado que há duas classes de conectivos: os que ligam palavras (as preposições) e os que ligam orações (as conjunções).

Proponho uma classificação com vistas na carga semântica:

- a) conectivos sem significação,
- b) com sentido referencial e
- c) com valor argumentativo.

Tomemos os exemplos 2.9 e 2.10, de conectivos oracionais:

(2.9) Ela jogou a cópia que nós grifamos aqueles trechos, no lixo.

(2.10) Ela disse que tinha jogado a cópia no lixo.

Em (2.9) sabe-se que os trechos foram grifados na cópia (que foi jogada no lixo), expressão *que não aparece *ipsis litteris** na relativa mas está representada pelo pronome que. Esse que tem dupla função: introduz a subordinada e serve de pronome referencial para seu antecedente, como sugere a grade temática do verbo da relativa. Em outras palavras tem o mesmo sentido do nome que substitui e, como pronome, tem também papel temático. A marca morfológica de seu caso deve ter-se perdido no tempo. É, como afirmou Bouchard, um “matchmaker”. Em contrapartida, em (2.10), o que exerce também a função de conectivo, mas é completamente desprovido de significado temático ou referencial.

Pode-se ainda pensar em uma terceira função do conectivo que e que os conectivos nem sempre são vazios de sentido, como em (2.11):

(2.11) Não saia que vai começar a chover já já.

Em (2.11), além de servir como conectivo, o que contém realmente uma carga significativa, mas de natureza diferente do que em (A): é um sentido de explicação, de cunho argumentativo mas não referencial (Kock, 1984).

A interpretação dos conectivos como sendo da mesma natureza desconsidera um elemento fundamental: o valor referencial do primeiro.

A análise de Kato (1993) consegue esquivar-se da questão da identidade entre os conectivos de (2.9) e de (2.10) e explicar a uniformização dos relativos da construção vernacular sem desconsiderar seu valor referencial.

3. O estatuto da categoria vazia da relativa

Tarallo (1983/86) deriva (2.11) de (2.12).

- (2.11.) a. As informações que ele tinha acesso (cv)
b. O menino que o pai (cv) viajava muito
c. A foto que eles gostaram mais (cv)
- (2.12.) a. As informações que ele tinha acesso a elas
b. O menino que o pai dele/dessa criança viajava muito
c. A foto que eles gostaram mais dela

Em ambos os casos, Comp é preenchido por um complementizador que, [-wh], seguindo o padrão geral de subordinação, e a palavra-Q da relativa, correferente com o antecedente, *in situ*, pode estar (como em (2.12)) ou não (como em (2.11)) preenchida por um resumptivo lexical. Os dois tipos de relativa recebem, portanto, uma análise representacional, como a abaixo, numa adaptação das Figuras (2.a-c) de Tarallo, p. 36-7, para as relativas não-padrão de PP e também para as de sujeito e objeto direto:

- (2.13.) NP_i [S' [Comp que(-wh) [S (Prep.) pro/(cv)_i

Analisar a relativização de sujeito e objeto direto como resultado de movimento, estratégia padrão do PB, no entanto, explica (2.14.a-b), mas não explica (2.15.a-b) nem (2.16.a-b), os primeiros pela presença do resumptivo no lugar da suposta variável deixada pelo movimento do NP relativizado e o último pelas barreiras entre antecedentes e categorias vazias:

- (2.14.) a. O menino que esteve aqui
b. O menino que eu vi ontem

(2.15.) a. O menino que ele esteve aqui

b. O menino que vi ele ontem

(Exs. (3) e (4) da Seção Preliminares)

(2.16.) a. O menino que [IP eu tenho a suspeita [CP de que [IP (cv) veio aqui ontem

b. O menino que [IP eu tenho a suspeita [CP de que [IP M. viu (cv) ontem

Na acepção de Contreras (1990), se a categoria vazia aí não é uma variável, a outra possibilidade é sua classificação como pronome resumptivo nulo. Em sua descrição, o rótulo 'pronome lembrete' ou 'resumptivo' é usado na literatura para formas como as seguintes (tradução para o português e grifos nossos):

(2.17.) Qué libro te preguntas quién *lo_i* escribió *pro_i* ?

'Which book do you wonder who wrote it?'

'Que livro você se pergunta quem o escreveu/escreveu ele?'

(2.18) el libro que me pregunto quién *lo_i* escribió *pro_i*

'the book that I wonder who wrote it'

'o livro que eu me pergunto quem o escreveu/escreveu ele'

(2.19) Ese libro, me pregunto quién *lo_i* escribió *pro_i* .

'That book, I wonder who wrote it.'

'Esse livro, eu me pergunto quem o escreveu/escreveu ele'

(2.20.) Dinero, me pregunto quién tiene *pro*.

'Money, I wonder who has.'

'Dinheiro, eu me pergunto quem tem.'

(op.cit., exs. (1-4))

O pronome lembrete é a categoria vazia na posição de objeto de 'escribió', segundo ele um *pro*, obrigatoriamente coindexado com um clítico, como em (2.17-19). Esse clítico, acrescenta ele, não existe com certos ligadores, como em (2.20). O que esses pronomes têm em comum, segundo o autor, é que são localmente ligados a uma posição não-argumental ('qué libro', 'el libro', 'ese libro' e 'dinero').

Contreras distingue o pronome lembrete em (2.17) dos demais e o chama de variável pronominal por ocorrer necessariamente em ilhas sintáticas. Esse tipo de pronome, diz ele, obedece à Condição de Anti-Subjacência da Variável Pronominal, isto é, não pode estar próximo ao seu Operador ('qué libro') em espanhol, como mostra o contraste entre (2.20.a) e (2.20.b.c):

(2.20.) a. *Qué libro_i lo_i compro pro_i María?

'Which book did Mary buy it?'

b. Qué libro_i no sabes quién lo_i compro pro_i ?

'Which book don't you know who bought it?'

c. Qué libro_i dices que conoces a la autora que lo_i escribió pro_i ?

'Which book do you say you know the author who wrote it?'

No exemplo (2.19), afirma, não há um Operador, e o resumptivo pode ficar ou não subjacente ao seu ligador, um termo em Deslocamento à Esquerda, como em (2.22):

(2.22.) a. Esos libros_i, María no los_i leyó pro_i .

'Those books, Mary didn't read them.'

b. Esos libros_i, no sé quién los_i habrá leído pro_i .

'Those books, I don't know who may read them.'

c. Esos libros_i, conozco a la autora que los_i escribió pro_i .

'Those books, I know the author who wrote them.'

O exemplo (2.18), repetido abaixo, exigiu uma proposta teórica bem mais complicada, para que também ficassem explicados os exemplos do irlandês³¹, em (2.23), e do inglês, em (2.24), com acréscimo nosso das estruturas subjacentes:

31. Os exemplos do irlandês são de McCloskey, J. (1989) Resumptive Pronouns, A'-Binding and Levels of Representation in Irish. In R. Hendrix (ed.), *Syntax And Semantics*, Vol. 23. New York: Academic Press, 199-248.

(2.18.) el libro que me pregunto quién *lo_i* escribió *pro_i* .

(2.23.) a. [NP [NP an fear]_i [CP ar bhuail tú é_i]
the man Comp struck you him
'the man that you struck (him)' (op.cit., ex.(62))

b. * [NP an fear_i [CP a raibh sé_i breoite]]
the man Comp was he ill
'the man that (he) was ill' (op.cit., ex.(65))

(2.24.) * the man_i [Op_i that you struck him_i] (op.cit., ex.(68))³²

Com vistas a uma possível variação paramétrica, Contreras propõe que a diferença entre o inglês e o irlandês, língua com resumptivo lexical, está nas propriedades dos respectivos complementizadores. Com uma adaptação de Fukui e Speas (1986), ele assume que as cabeças de CP do inglês e do espanhol têm *F-features* para atribuir e, conseqüentemente, a posição de Spec (CP) está sempre presente. Dessa forma, a estrutura de (2.24) viola a Condição de Anti-Subjacência. Com respeito ao irlandês, ele assume que o complementizador não tem esses traços para atribuir; então, não há nenhuma posição de [Spec, CP] associado a ele. Assim em (2.23.b) não há realmente uma violação da Condição de Anti-Subjacência. Para explicar a assimetria sujeito/objeto no irlandês, ele assume que essa língua, assim como acontece no galês, no hebraico e no Palauan, permite uma estrutura 'predicacional', como em (2.23.a), sem operadores nulos. Nessa construção, o resumptivo não é uma variável pronominal e, portanto, a Condição de Anti-Subjacência não se aplica. Já em (2.23.b), se a cabeça do NP é considerada em posição-A, a assimetria sujeito/objeto deve ser derivada do Princípio B da Teoria da Ligação.

32. Contreras não chega a usar o exemplo "El libro que Maria lo escribió", mas em espanhol essa frase é agramatical. Agradeço à professora de espanhol Maria Graciela Aparicio por essa contribuição.

Diante dessas considerações, pode-se esclarecer a estrutura de (2.18), repetida abaixo:

(2.18.) el libro Op que me pregunto quién lo_i escribió pro_j .

Há dois ligadores potenciais para o resumptivo: o Operador nulo ou a cabeça do NP. Se o Operador for obrigatório, como ele propõe para o inglês e o espanhol, ele será o ligador, e o resumptivo se classifica como variável pronominal, sujeito, portanto, à Condição de Anti-Subjacência dessa variável, como vemos pelo resumptivo na encaixada.

O que vemos no PB é que essa língua parece não colocar condição alguma para o resumptivo. Ele pode aparecer subjacente ou não à cabeça da relativa. As relativas agramaticais do irlandês e do inglês, acima, são gramaticais no PB, uma língua sem clíticos, que não apresenta assimetria sujeito/objeto e que tem tanto resumptivos nulos como lexicais.

Dos tipos de pronome lembrete descritos por Contreras o que parece estar presente nas relativas do português vernacular é a que contém um termo em Deslocamento à Esquerda, o mais "permissivo", livre de restrições de localidade. A análise de Kato (1993), como veremos, adota essa posição de relativização para explicar as relativas vernaculares brasileiras.

Pelos estudos sobre o objeto direto nulo, podemos constatar que o sujeito e o objeto direto relativizados podem também ser pronomes resumptivos e não apenas variáveis.

As análises comparativas com o português europeu têm aceito a classificação do objeto direto nulo como pronome, no PB. No português europeu, ao contrário do PB, sentenças como (2.25.a.b), de Raposo (1986), são agramaticais:

(2.25.) a. Que a IBM venda — a particulares surpreende-me.

b. O rapaz que trouxe — mesmo agora da padaria era Pedro.

O fato de a categoria vazia objeto estar numa oração substantiva subjetiva, em (2.25.a), ou numa relativa, em (2.25.b), torna essas sentenças agramaticais no português europeu, no qual essa categoria vazia é uma variável (Raposo, 1986), mas não afeta as mesmas frases no PB, onde essa categoria nula tem recebido o estatuto de pronome nulo (pro) (Galves, 1987/89; Farrell, 1990 e outros).

4. A posição de extração

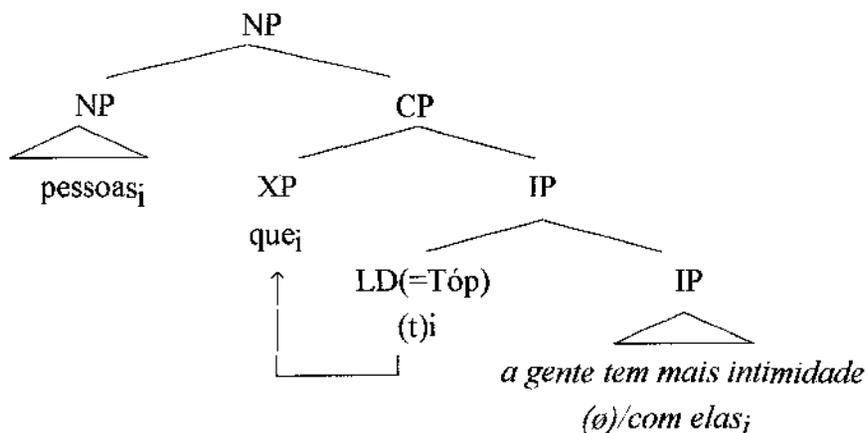
Cabe aqui um comentário sobre o rótulo dessa posição que Kato chamou de Top, assim batizada por se referir ao termo comumente conhecido como tópico discursivo, elemento muito produtivo no português falado no Brasil. O elemento em Top, em (2.18.), fica à margem da sentença, isto é, em adjunção. Referimo-nos aqui à construção de Deslocamento à Esquerda (LD), que Ross (1967) distinguiu de outra construção semelhante, chamada por ele de topicalização, respectivamente representadas abaixo por (a) e (b), em exemplos de Ross em (2.18.):

(2.18.) a. (As for) John_i , I saw him_j yesterday.

b. Beans_i I don't like \emptyset _j .

A construção em LD, em Chomsky (1977), é analisada como uma adjunção na base e tem um resumptivo dentro de IP, enquanto a topicalização resulta de movimento e se identifica por uma lacuna (Chomsky, 1977). São, portanto, fenômenos diferentes, mas, para Pontes (1987), que é o ponto de partida da análise de Kato, a distinção entre essas duas construções nem sempre é possível no PB, devido à ocorrência de resumptivos nulos nos casos de LD. Pontes mostra com seus dados a alta incidência de construções de LD em que o pronome lembrete ora aparece, ora é nulo. Em (2.19.) é sempre nulo:

Figura 1:



(b) padrão:

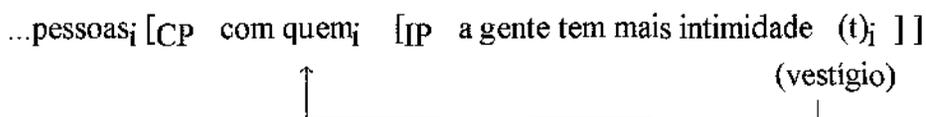
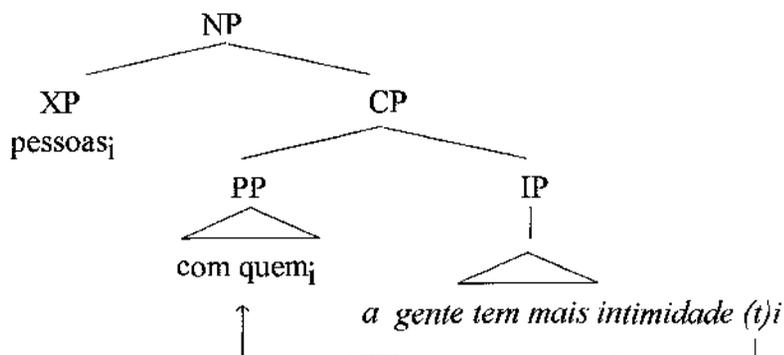


Figura 2:

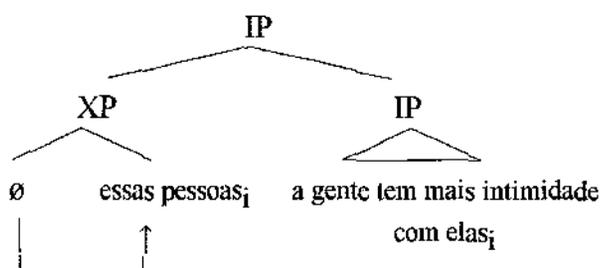


Em (a), o termo relativizado controla um resumptivo (lexical ou nulo) dentro do IP, que neste exemplo se encontra em função de complemento nominal; em (b), a variável deixada pelo movimento do termo relativizado (complemento nominal) está dentro de IP e nada pode ocupar essa posição agora vazia. A CV em (a) resulta de uma elipse que se dá no caminho para a Forma Fonética e que, embora não ocorra na sintaxe, "tem como *input* descrições estruturais em nível de estrutura-S" (op.cit., p.226).

Como a posição relativizada, nas estratégias vernaculares, é sempre um tópico sem cabeça, fica explicado por que o pronome relativo é sempre que, sem preposição,

forma avançada do acusativo, atribuído por um núcleo que poderia ser nulo, como na Figura abaixo (inspirada na Fig. 7 de Kato, op. cit., p.235). Esse núcleo, que teria a mesma função das preposições sobre, quanto a, também lhe daria papel-theta, um tipo de papel *default*, com a função que essas preposições têm em comum.

Figura 3



A análise de Kato (1993) consegue resgatar o estatuto da partícula que, introdutora da relativa não-padrão como pronome relativo, mantendo, portanto, sua relação de correferência com o antecedente; explica por que esse tipo de relativa tem sempre o mesmo pronome relativo (que); e consegue dar uma explicação global para os diferentes tipos de relativa dentro da mesma gramática nuclear.

Neste estudo estamos dizendo, seguindo Tarallo (1983/86) e Kato (1993/96), que a CV da relativa pode ser um pronome resumptivo, mas não com a estrutura subjacente à relativa proposta por Tarallo. Segundo ele, o significado desse resumptivo nada tem a ver com a partícula introdutora da sentença, o que. A relação de correferência se dá apenas com a categoria que chamamos de antecedente do relativo, a cabeça da relativa, mas, como nessa representação não há pronome relativo referencial com um antecedente, não há também o antecedente e acabou resultando daí que o resumptivo refere-se a uma categoria que pode estar em posição argumental, o que complica a análise, a não ser que digamos, como Contreras fez para explicar as relativas do irlandês, que aí não há um Operador.

Preferimos dizer, com motivação no uso produtivo de Deslocamentos à Esquerda na língua, adotando Kato (1993) como referência, que o resumptivo mantém uma

relação de correferência com um deslocado, seu antecedente natural. Na língua vernacular é sempre esse o NP relativizado. Assim, a sentença com o terceiro tipo de resumptivo descrito por Contreras (1990), com Deslocamento à Esquerda (LD), repetido abaixo,

(2.18) Ese libro, me pregunto quién *lo_i* escribió *pro_j* .

"That book, I wonder who wrote it.'¹

será sempre a sentença básica, o termo deslocado se relativiza, deixando em seu lugar uma variável, um vestígio. Esse termo mantém com uma posição interna da relativa e com a cabeça da relativa uma relação de correferência. A posição interna, com o mesmo índice do termo deslocado e, portanto, do pronome relativo e da cabeça da relativa é um autêntico pronome, nulo ou lexical, e pode estar subjacente ou não ao seu ligador, a variável deixada pelo termo relativizado.

É uma solução mais econômica, pelo movimento mais curto, e também mais simples e fica explicada a presença, ou a possível presença, do resumptivo lexical em todas as posições relativizadas e sem restrição de subjacência, além do fato de o relativo ser sempre o mesmo.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

1. Introdução

No campo da lingüística, como acontece em todas as outras áreas, a pesquisa não apenas envolve uma lógica interna própria, mas está sujeita aos mesmos tipos de influência, como “vogues” disciplinares e dogma, carreiras e ambições, programas estratégicos e temáticos de universidades, fundações e agências do governo, assim como processos menos óbvios que determinam o papel da produção e da distribuição do conhecimento na sociedade. Na ciência lingüística, podem-se distinguir três paradigmas de pesquisa: o introspectivo-gerativo, o experimental-avaliativo e o descritivo-interpretativo (Sankoff, 1988).

A abordagem experimental-avaliativa envolve a experimentação controlada, uso de laboratório, questionários, testes de proficiência e um aparato conceitual tomado das ciências físicas e biológicas e desenvolvido para a predição e controle de processos naturais e presta-se à pesquisa sobre ensino a falantes de dialetos não-padrão e também ao ensino de segunda língua a imigrantes. Esse tipo de enfoque possui um componente avaliativo típico de estudos sobre classes trabalhadoras, imigrantes e contextos minoritários. Essa metodologia é usada também na pesquisa neurolingüística e na pesquisa da área da fonética experimental, embora, nestes casos, sem esse componente avaliativo.

O paradigma descritivo-avaliativo, que inclui o variacionismo, também tem raízes nos estudos dos dialetos não-padrão, como acontece no paradigma experimental-avaliativo, na linguagem das minorias, mas seus objetivos são distintos. Tem suas origens nos contra-ataques liberais dos anos sessenta aos estereótipos raciais e culturais e às políticas sociais repressivas. Embora houvesse um consenso entre os lingüistas da época, que já consideravam os dialetos não-padrão como linguas plenamente desenvolvidas, a necessidade de um ataque aos estereótipos através de um estudo científico rigoroso favoreceu o surgimento de um paradigma diverso da dialetologia, da etnografia e dos

estudos tradicionais sobre *pidgins* e crioulos, o variacionismo. Esse tipo de pesquisa gera críticas explícitas e contundentes contra ideologias dominantes que discriminam certas classes ou raças e contra ideologias dominantes que discriminam linguagens, com seu normativismo, seu prescritivismo e estereótipos acerca de lógica, estética e inteligência; enfim, desmarcaram os que mantêm um *status quo* repressivo. É dentro desse conflito de ideologias que a lingüística pode ter seu papel emancipatório (Sankoff, 1988).

O paradigma introspectivo-gerativo analisa a linguagem vista pelo ângulo das intuições de falante do próprio lingüista. Este, sendo capaz de julgar se o que se produz é ou não gramatical na língua, pode também apontar o que é ou não aceitável pelos falantes como pertencendo a essa língua. Seu objetivo último consiste em explicar as propriedades invariantes das línguas e a variação possível entre elas.

Pela própria natureza de seu objeto, a aquisição tardia de uma estratégia de relativa, neste estudo faremos convergir os métodos de pesquisa desses paradigmas, que são divergentes em sua forma pura, utilizando deles o que for necessário, em benefício da riqueza e da complexidade dos dados disponíveis. Um estudo que pretenda captá-los em sua globalidade envolve necessariamente uma pluralidade de pontos de vista.

A abordagem experimental-avaliativa terá seu papel neste trabalho. Houve momentos, no desenrolar da pesquisa, em que os dados foram experimentalmente colhidos. Na verdade, o que se pode constatar é que orações relativas, especialmente as que podem apresentar preposições, não aparecem com a frequência e a variedade de funções necessárias na fala espontânea dos escolares e muito menos na produção escrita. Ainda neste capítulo, veremos como foram obtidos os dados de alunos. Na avaliação desses *corpora* experimentais é que foi possível desvendar alguns aspectos tanto quantitativos como qualitativos do PB que não seriam tão evidentes caso outra metodologia fosse usada, ou seja, os dados da fala espontânea ou a intuição do próprio pesquisador.

No paradigma introspectivo-gerativo foram buscadas as considerações teóricas que motivaram a análise dos dados categóricos, presentes tanto na escrita padrão como na língua vernacular, e também pertencem a esse modelo os conceitos sintáticos e a metalinguagem para interpretação dos dados em variação.

Foi com os métodos do variacionismo que se processou a coleta, o tratamento estatístico e a avaliação dos dados em variação dos falantes cultos. Essa metodologia não se dedica exclusivamente à procura de estruturas formais. Os variacionistas procuram descobrir padrões de uso que dizem respeito a frequências relativas de ocorrência ou co-ocorrência de estruturas, mais do que constatar a existência ou gramaticalidade de estruturas formais. Influências extralingüísticas, em conjunção com traços internos do ambiente lingüístico desempenham um papel na determinação da escolha da variante. A análise pelas regras variáveis (Rand & Sankoff, 1990), adotada neste estudo, permite ao analista encontrar, nos dados, regularidades e tendências e, por decorrência, determinar como a escolha por uma estrutura é influenciada por configurações específicas de fatores característicos do ambiente lingüístico. Com isso, pode-se dizer que fatores do contexto, sejam eles sociais ou lingüísticos, favorecem ou desfavorecem a ocorrência de uma forma quando todas são consideradas em conjunto. A metodologia do modelo variacionista permite observar o uso das variantes em situação de pressão normativa, que inibe o uso de formas vernaculares e não-padrão, enquanto aumenta a importância de outras que, de outro modo ocorreriam pouco (Poplack, 1991). De que tipo de dados se utiliza o variacionismo? A introspecção de falantes do dialeto não-padrão é pouco confiável, parte pelo estigma que pesa sobre esse dialeto, parte pela *percepção categorial* trabalhando no sentido contrário, a das formas padrão que estão sendo excluídas e, ainda, parte pela impossibilidade de um julgamento do falante sobre que forma pertence a que variedade. Para as variedades de fala não-padrão é essencial uma interação comunicativa o mais natural possível. Pelo menos é preciso que se obtenha a gravação de conversas relativamente longas, mesmo que seja entre o lingüista e o falante. É preferível que a conversa seja entre dois falantes da mesma língua vernacular.

A distribuição de formas é um dos tipos de dados do modelo descritivo-interpretativo; o outro tipo é a identificação da função lingüística de cada forma, ou seja, um componente interpretativo. “Funções” podem ser veiculadas por diferentes “formas” e a identificação das funções tem um componente hermenêutico, ou interpretativo, pertinente ao modelo. É imperativo, mais do que refletir sobre o uso da linguagem, diz

Sankoff (1988), o interesse pelas variedades não-padrão livres dos efeitos enganosos dos estereótipos, da contaminação pela norma, capaz de detectar e manejar princípios ou organização diferentes dos da variedade padrão.

Os métodos desse paradigma são diferentes dos do modelo introspectivo-gerativo. A contagem da frequência não significa um refinamento de julgamentos de gramaticalidade ou de aceitabilidade. A percentagem de 0% é análoga ao julgamento de agramaticalidade mas não é idêntica a ele, isto é, não-ocorrência não indica forma proibida. A essência da análise é a verificação de como o processo de escolha é influenciado pelos diferentes fatores cujas combinações específicas definem esses contextos (Sankoff, 1988). Depois de identificar as formas em competição, o analista deve descobrir os contextos em que essas formas se neutralizam. Para isso, ele deve saber bastante sobre tal variedade de fala e ter sensibilidade para perceber o que transpira naquele discurso particular, para poder, enfim, inferir as intenções do falante.

As diferentes questões focalizadas pelos dois paradigmas, gerativo e variacionista, não derivam de diferenças entre seus objetivos gerais, mas dos diferentes dados e das diferentes ferramentas considerados válidos por cada um (Sankoff, 1988). Essa constatação é fundamental para a avaliação da metodologia adotada neste estudo. Há um outro aspecto da questão que considero digno de nota. Embora Labov (1969) e Kroch (1980) argumentem que o papel principal dos estudos variacionistas é lançar luzes em aspectos específicos da teoria gerativa, afirmo que não é essa a intenção deste trabalho ao colocar lado a lado os dois modelos. Cada um deles tem sua contribuição específica. O tipo de análise realizado por Chomsky e seus seguidores criou uma descrição bastante abrangente da gramática das línguas com uma riqueza de detalhes ainda não igualada por qualquer outro modelo. Quanto ao variacionismo, sua contribuição maior para a compreensão da linguagem está na investigação e interpretação dos problemas gerados internamente, no seio da diversidade lingüística, no uso. Como o acesso às intenções do falante restringe-se à fala do mesmo, o variacionista deve estar motivado por considerações teóricas, normativas ou críticas. Neste caso, tornou-se necessária uma teoria que desse conta das diferenças formais entre as estratégias de relativa. Explica-se

assim porque este estudo foi buscar no gerativismo a metalinguagem e os conceitos gramaticais.

Não se pode mais dizer que há incompatibilidade entre os dois modelos. Na verdade, conforme evoluem os estudos sobre a linguagem, eles tendem a se aproximar cada vez mais. A propósito dessa questão, vejamos como Kato (1997) responde à questão de “como o saber lingüístico entra no uso da língua”.

Na seção 4 de seu texto, a pesquisadora faz uma breve retrospectiva da evolução da teoria gerativista, com respeito ao valor que o uso da língua tem para esse modelo. Na época do Modelo Padrão, diz ela, conhecimento para Chomsky era um problema científico, mas uso era um mistério (Chomsky, 1975). Apesar disso, já se iniciam os estudos de processamento sintático na psicolingüística, que procuram introduzir o conceito de “estratégias” de processamento distinto de regras.³³ Com a evolução da teoria para o Modelo de Princípios e Parâmetros, uso é definido como o produto da interação de módulos, entre os quais está a Língua-I. No Modelo Minimalista, a Forma Lógica e a Forma Fonética são os únicos níveis conceitualmente necessários e sua forma interpretada como instruções para uso. Como o uso é um produto intermodular, a autora julga que o produto do trabalho variacionista, por sua rigorosa seleção de fatores motivados em teorias gramaticais, semânticas, fonológicas e pragmáticas, desvenda como se dá a interação dos módulos³⁴.

Os ajustes conceituais dos trabalhos de Chomsky e seus seguidores têm minimizado o papel da sintaxe e colocado as interfaces do FF e da FL como os únicos níveis necessários de análise. Segundo a autora ainda, a Teoria da Optimalidade, proposta como um modelo de competência, e que tem uma visão modular por excelência, poderia ser considerada, ao contrário, uma Teoria do Uso.

33. A autora cita os trabalhos de

Yngve, V. H. (1960) A model and an hypothesis for language structure. *Proceedings of the American Philosophical Society*: 104.

Bever, T. (1970) The cognitive basis for linguistic structures. In J. R. Hays (ed.), *Cognition and the Development of Language*. New York: Wiley.

Kimbal, J. (1973) Seven principles of surface structure parsing in natural language. *Cognition*: 2.

34. A autora menciona a proposta de Gorrell sobre “Minimal Attachment” em

Gorrell, P. (1995). *Syntax and Parsing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Inúmeros trabalhos têm-se utilizado com vantagens do "casamento" das duas metodologias, pioneiramente proposto por Kato & Tarallo (1989) e inicialmente consideradas por alguns como incompatíveis. Esses trabalhos têm oferecido bons frutos para a descrição do PB. Faço minhas, portanto, as palavras de Duarte (1995):

(...) "Tanto a análise variacionista se beneficia com a utilização de um avançado quadro teórico que busca propriedades da língua-I, como a teoria gerativa recolhe dos trabalhos variacionistas, centrados na língua-E, insights importantes para o desenvolvimento da teoria de parâmetros. Ganham, na verdade, todos os interessados em conhecer a linguagem humana e os caminhos que ela percorre. Quaisquer objeções que possam persistir em relação à incompatibilidade entre racionalismo e empirismo, característicos de um e de outro modelo, ficam minimizadas se se distinguem a origem da mudança - buscada por um e vista como um fato gramatical - e sua implementação - perseguida por outro e vista obviamente, como um fato social (cf. Tarallo (1991). Trata-se da busca de uma terceira via entre o empirismo e o racionalismo, que permita, segundo sugestão de Maia (1987:13), 'pensar a linguagem não como um reflexo do meio ou do indivíduo mas como algo que se constitui na relação dos dois'." (p. 144)

Sobretudo é preciso lembrar que para a análise da performance e dos dados produzidos por falantes, como é o caso aqui, a língua-I constitui um componente essencial, em interação com os outros módulos, como a atenção e a memória. Neste estudo, o uso de uma teoria sobre a estrutura das relativas e a busca de uma variável dependente possibilitaram o alinhamento dos fatores de ordem social com os de ordem lingüística, afetando ambos as diferentes estratégias de relativização mesmo em contextos sociais relativamente homogêneos quanto ao uso da linguagem como, por exemplo, uma aula, uma conferência.

Vista a metodologia dessa maneira, o estudo apresentou inicialmente uma proposta teórica sobre os tipos de relativização da forma como eles aqui se apresentam. Essa parte incluiu uma revisão de estudos sobre a relativa e lançará mão de dados qualitativos para o estudo de etapas da escolaridade em que os usos forem categóricos, sem variação.

Numa segunda parte, o enfoque será prioritariamente sociolinguístico, variacionista, e terá como objetivo observar o tipo de relação existente entre as formas padrão e vernacular do português do Brasil: estarão os falantes, ao usar relativas em variação, passando de uma gramática para outra ou, como afirmam Lefebvre & Fournier (1978) para o francês, pertenceriam as estratégias variantes a um único sistema linguístico?

O tratamento sociolinguístico enfatizará as posições sintáticas em que inequivocamente ocorre a variação: as posições mais baixas na escala sintática, ou seja, os sintagmas preposicionais, que funcionam como complementos ou adjuntos dentro da oração relativa. Somente nessas posições é possível perceber o estratégia padrão.

No confronto entre dados de não-escolarizados e escolares de 1.º e 2.º graus com os de falantes cultos, este estudo procura levantar os fatores sociais e linguísticos responsáveis pela recuperação, na escola, de uma estratégia de relativização provavelmente bem pouco usada no português falado em geral e especialmente na fala de não-escolarizados (inclusive a classe operária, como visto em Tarallo, 1983) e das crianças em início da escolarização, mas obrigatoriamente presente na escrita culta: a estratégia com preposição no início da sentença. A oposição entre relativas com e sem preposição, observada em todo o percurso escolar e na fala de escolares e falantes cultos, ainda não foi estudada dentro da metodologia variacionista no PB.

Essa questão inclui o debate de outros aspectos desse fenômeno gramatical como as relações entre variação e aquisição de L1 e seus dialetos. Em outras palavras, estamos nos perguntando se a aprendizagem da relativa padrão teria algo a ver com a aquisição da primeira estratégia adquirida na infância e de que forma se processa a aquisição, ou melhor dizendo, que fatores sociais ou linguísticos estariam atuando?

A hipótese central que permeia o estudo coloca a estratégia sem preposição, que é a usada na língua "vernacular", como a adquirida via fixação de parâmetro, no português falado no Brasil. O uso produtivo da preposição deve-se principalmente à educação formal — cujo objetivo se concentra em ensinar ao aluno a variedade aceita como padrão e que tem obrigatoriamente a preposição nas relativas de sintagma

preposicional. Ambas as estratégias pertencem à mesma gramática, que se expande com a educação formal.

Consideram-se ainda como variáveis possíveis outros fatores de ordem extralingüística, como o estilo, a faixa etária, o sexo, e os de ordem lingüística, ao lado da oposição lingüística complemento/adjunto, que se refere à recuperabilidade do sentido sem a preposição, as características do antecedente, as preposições usadas e as relações de semelhança/diferença entre antecedente e pronome relativo, todos descritos abaixo.

2. Os Corpora

Os dados que servirão de base para o estudo compõem-se de três diferentes *corpora*.

2.1. Narrativas de escolares do 1.º grau

Cinquenta narrativas orais e 45 escritas foram coletadas entre escolares do 1º grau e informantes não-escolarizados, coletadas a partir da apresentação de uma peça de teatro encenada apenas com gestos, com o objetivo de conseguir-se um *corpus* com fala espontânea em que os informantes falassem sobre o mesmo assunto.

Os dados dos escolares do 1º grau foram coletados entre estudantes de uma escola pública do Estado de São Paulo. Por que alunos da rede oficial? Porque nesse tipo de escola está a grande maioria dos estudantes brasileiros.

Numa mesma fase de coleta, um total de 40 estudantes, 5 de cada série da 1ª à 8ª, e mais 5 informantes não-escolarizados (uma cozinheira, duas donas-de-casa e 5 de nível universitário (4 professores de escolas diferentes e um dentista), assistiram à mesma encenação, que representava, sem palavras, um roubo numa lanchonete. Logo em seguida, ainda no calor dos comentários sobre a cena, cada um reproduziu no gravador o que havia visto.

As narrativas espontâneas constituem a contraparte mais informal das narrativas escritas, que foram solicitadas aos estudantes e aos falantes cultos imediatamente depois

das gravações. Esse recurso de gravar e pedir para escrever sobre a mesma cena favoreceu a comparação das relativas na fala e na escrita das crianças nessa fase da escolaridade, guardando-se o máximo possível de semelhança no conteúdo narrado, para que as diferenças de produção entre o oral e escrito fossem comparáveis, pelo menos dentro do mesmo tema e modalidade, no caso, a narrativa. Lembramos aqui a hipótese mais forte deste estudo, isto é, a de que a educação formal exerce um importante papel na variação das estratégias de relativização do português do Brasil, já que, ao que se pode observar informalmente, a preposição nas relativas é mais freqüente na fala das pessoas cultas, embora fosse a principal estratégia escrita dos falantes brasileiros até meados do século passado (Tarallo, 1983).

As narrativas dos 5 informantes não-escolarizados e dos 5 de nível universitário foram coletadas para fazer contraponto com os textos dos alunos do 1º grau.

2.2. Dados do 2.º grau

Os dados do 2º grau foram experimentalmente coletados entre adolescentes e jovens de uma escola particular paulista: 90 exercícios, que foram solicitados, após um estudo sistemático sobre orações relativas. Estes dados foram coletados dessa forma porque a ocorrência das funções relativizadas em posição preposicionada na fala espontânea em geral é bastante escassa e seria necessária uma quantidade muito grande de dados para que a análise das variantes pudesse ser feita quantitativamente.

O controle de produção dos dados esperados foi feito através de um exercício de aula, composto de duas partes: preenchimento de lacunas e produção livre em forma de paráfrase (ver em anexo). Na primeira parte, o aluno já tinha um contexto preestabelecido, uma narrativa que continha orações com relativização de sintagmas preposicionais. Na segunda, ele deveria parafrasear o texto livremente, procurando obedecer às convenções da escrita.

2.3. A fala urbana culta

Todos os dados da análise da fala culta derivam do acervo do Projeto NURC: *corpus* básico para estudo e NURC/SP³⁵.

O estudo dos informantes cultos divide-se em duas partes: uma comparando os dados da cidade de São Paulo com os dados gerais de outras quatro de diferentes regiões do Brasil e outra apenas com os dados coletados especificamente na cidade de São Paulo, no mesmo estado em que se coletaram as narrativas de escolares do ensino elementar, e dos informantes não-escolarizados. A primeira parte procura verificar se existem diferenças geográficas no uso de variantes da oração relativa.

Na parte específica sobre São Paulo, foram utilizados os Inquéritos da série "A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo", com as transcrições dos volumes I e III, organizados, respectivamente, por Castilho & Preti (1986) e Preti & Urbano (1988).

Na parte geral do estudo, os dados para a análise comparativa de São Paulo com outras cidades do Brasil constituem o *corpus* básico do Projeto da Gramática do Português Falado, em estudo em vários pontos do país. São 15 Inquéritos, parcial ou totalmente considerados na seleção feita para o referido Projeto. Foram levados em conta os seguintes critérios para essa seleção:

1) Local de realização das entrevistas:

As cinco cidades escolhidas pertencem a diferentes regiões brasileiras: Porto Alegre (PA), Recife (RE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SA) e São Paulo (SP).

2) Tipo de Entrevista:

Três tipos de entrevista serviram de base para todo o Projeto NURC: diálogo entre dois informantes (D2), diálogo entre informante e documentador (DID) e elocução formal (EF).

35. "A língua falada culta na cidade de São Paulo", Vols. I e III, FAPESP; transcrições do corpus do Projeto "Gramática do Português Falado no Brasil".

Foram coletados 15 Inquéritos que se constituem em um para cada tipo de entrevista por região. Cada uma das 5 regiões ficou, então, com os 3 tipos de entrevista, num total de 15. Participaram dessas entrevistas 10 homens e 10 mulheres, excluídos os documentadores

Esses dados foram quantificados e tratados segundo a metodologia variacionista, com a aplicação do programa GoldVarb2 (Rand & Sankoff, 1990).

Três formas básicas de relativas de PP foram encontradas nesses dados, representadas pela forma com o relativo preposicionado (3.1.) e suas variantes vernaculares: sem qualquer preposição, como em (3.2.), e com preposição no resumptivo, dentro do IP, como em (3.3.):

(3.1.) ...umas pessoas **com quem** a gente tem mais intimidade...

(3.2.) ...umas pessoas **que** a gente tem mais intimidade...

(3.3.) ...umas pessoas **que** a gente tem mais intimidade **com elas**...

Os exemplos (3.2.) e (3.3.) são as formas classificadas como não-padrão e o exemplo (3.1.) é a forma de prestígio ou a forma padrão (Lemle 1978; Tarallo 1983; Mollica 1977). Os dois últimos exemplos diferenciam-se do primeiro por duas características responsáveis pelo seu alijamento da gramática prescritiva: a) a ausência da preposição no início da sentença em ambos e b) a presença do pronome lembrete ("com eles") em (3). Note-se que nos três casos o sintagma relativizado é um sintagma preposicional, mas apenas em (3.1.) a preposição ("com") acompanha o pronome relativo.

A variação nas relativas do português do Brasil pode ser estudada através de duas diferentes variáveis dependentes: a) pela presença ou ausência do pronome resumptivo em todas as posições sintáticas, ou seja, pela oposição entre os exemplos (3.2.) e (3.3.), ou b) pela presença ou ausência da preposição à esquerda do relativo, como na oposição entre (3.1.) e (3.2.-3.); neste caso, apenas nos sintagmas preposicionais. Consideramos aqui as formas vernaculares como originárias de uma

mesma estratégia em que a diferença está na presença ou ausência do resumptivo na FF, conforme descrito no quadro teórico do estudo.

Um estudo variacionista através do pronome lembrete lexical ou nulo como variável dependente foi feito por Tarallo (1983). Nessa pesquisa, que envolvia classes sociais diferentes, inclusive a classe trabalhadora, de baixa escolaridade, o resumptivo lexical mostrou-se bastante produtivo. Nos dados do NURC, como explicado abaixo, foram encontradas 701 orações relativas com todas as funções, preposicionadas ou não. Nesses dados, ao contrário do encontrado por Tarallo, como todos os informantes têm escolaridade alta, explica-se a quase ausência desse pronome: apenas 10 apresentam resumptivo lexical, 6 em função de sujeito e 4 em sintagmas preposicionais diversos.

Diante disso, passo a analisar as relativas por um outro prisma, *grosso modo*, pela presença ou ausência da preposição no início da relativa, ou mais propriamente, pelas estratégias de relativização, que chamarei de padrão e vernacular, como no quadro abaixo, incluindo na primeira os poucos casos em que o pronome relativo for "cujo", porque, embora sem preposição, esse relativo pode ser expresso por "de que(m), do qual" e, o que mais importa, resulta de movimento do termo relativizado para Comp.; enfim, é padrão. Na segunda, foram incluídos os casos com resumptivo lexical.

Variável dependente: tipo de relativa (com e sem preposição) em contexto de sintagma preposicional:

vernacular: "e nessas duas semanas que eles ficavam no: estábulo..."

padrão: "preocupação com o animal no qual ele está montado..."

O contexto de ocorrência, portanto, é a totalidade dos sintagmas preposicionais relativizados de cada *corpus* em análise.

Essa variável dependente é vista como condicionada por fatores independentes, que podem ser de ordem lingüística, social ou estilística, representando as hipóteses sobre as quais o estudo se assenta.

3. Os Grupos de Fatores:

Os fatores lingüísticos considerados relevantes são:

Função sintática do termo relativizado:

Por função sintática do termo relativizado entendemos um relativo sempre em cadeia com um vestígio deixado pelo movimento de relativização. Se esse vestígio está em adjunção à sentença, na posição de tópico, há ainda um terceiro elemento a ser considerado, um pronome lembrete dentro da sentença. Correferente com o tópico relativizado, esse pronome partilha o índice referencial com o vestígio desse tópico e com o pronome relativo. Nesse caso, digo que, por tabela com o deslocamento à esquerda, a função do relativo é a função desse pronome. Parto do princípio de que, sem a preposição ou um pronome lembrete para estabelecer a relação entre o pronome relativo e a categoria vazia que leva o mesmo índice dentro da sentença, os adjuntos adverbiais, mais do que os elementos subcategorizados por verbos ou nomes, podem se tornar ambíguos, como é o caso de “A pessoa que eu falei”, que tanto pode significar “falar da pessoa” como “falar com a pessoa”. Nesse caso, a estratégia padrão, com a preposição, tenderá a ser selecionada. Se a estratégia for a vernacular, essa função vai ser sempre a do elemento deslocado à esquerda, que depois será relativizado.

Vejamos a exemplificação no quadro abaixo:

- Genitivo

vernacular: "n'O Inspetor³⁶ [...] que gostei um pouco mais do papel..."

padrão: "... chegou à lanchonete uma mulher cuja aparência seria comum se não fosse pelo fato de..."

- Objeto Indireto:

vernacular: (peça) "e: foi a que eu mais gostei..."

padrão: "você já falou pra gente...das peças das quais você participou..."

- Adjunto Adverbial:

vernacular: "no tempo que eu estudava..."

padrão: "vi muita peça de teatro...em que: a técnica deu muita mancada..."

36. Nome da peça encenada.

- Complemento Nominal:

vernacular: "outro filme que eu fiquei também chocada e..."

padrão: "-...livre (...) enfim de toda aquela série infindável de questões... a que os inquilinos...estão constantemente (...) expostos"

- Complemento Adverbial:

vernacular: "em todas as casas que você vá no domingo ligam..."

padrão: "perto do do do hotel...em que eu fiquei..."

Animacidade do antecedente

Considerando que o traço [+ humano] do antecedente favoreceu a retenção do pronome lembrete nos dados de Tarallo (1983), esse fator também pode estar exercendo alguma influência no uso das estratégia sem preposição.

- [+ animado]:

vernacular: "tem umas pessoas que a gente tem mais intimidade, também, né?"

padrão: "vamos começar pelos professores [...] e... por fim Roger Bastide...a que tinha me e/ me esquecido de de referir..."

- [- animado]:

vernacular: "nesta revista da SEC, que muitos de vocês já trabalharam,..."

padrão: "e depois, exatamente aquele outro que tem, que há, em que há uma concordância, então, a gente tira retalhos..."

Preposição do termo relativizado:

Este fator foi testado para verificar se algumas preposições estão afetando a escolha do falante por uma das estratégias mais do que pela outra. A recuperabilidade da significação e da função do sintagma relativizado garantidas pela grade temática do

verbo da relativa e pelo antecedente deverá torná-las dispensáveis, sem efeito na escolha por qualquer das duas estratégias. Mas, como sabemos que algumas dessas partículas, as ditas “fortes” (sobre, até, desde, ...), além da função relacional, possuem um sentido, este poderá causar a escolha pela estratégia preposicionada. Vejamos os exemplos do corpus com enfoque na preposição:

- EM:

vernacular: “não gosto de fazer um regime assim desses regimes brutos... que tem que ... tirar muita coisa da alimentação não...”

padrão: “posta numa estrutura em que...a mudança da estrutura...é concebida”

- DE:

vernacular: “então essa é uma citação de Carbonier que eu gosto muito”

padrão: “você já falou pra gente...das peças das quais você participou...”

- A:

vernacular: “não são esses tipos de ahh completamente diferentes daqueles que nós estamos acostumados aqui no Rio”

padrão: “referentes a: [...]aposentadoria...a que o trabalhador [que...] tem direito né?”

- POR:

vernacular: “mostrando [...] a forma que ele pode chegar àquela profissão”

padrão: “introduziu...uma nova razão pela qual as pessoas...demandam moeda”

- COM:

vernacular: “outro filme que que eu fiquei também chocada e ...”

padrão: “tive uma professora aliás excelente ... com quem...eu pude progredir bastante”

As preposições conhecidas como fortes, com certo conteúdo lexical, como SOBRE, ATÉ, DESDE, PARA, tiveram de ser excluídas da análise porque só ocorreram nas relativas do tipo padrão, isto é, não puderam ser reconhecidas nas frases vernaculares. Exemplo:

- SOBRE:

vernacular: ?

padrão: o banco[...] sobre o qual eu emiti o cheque...ahh assegura que...

Segundo estudos feitos para o francês de Montreal, as preposições consideradas fortes resistem à elipse nessa língua (Lefebvre, 1982). Acredito que, no caso deste

estudo, a presença desse tipo de preposição no termo a ser relativizado pode sugerir a escolha do falante pela variante padrão pela mesma razão que faz com que ele permaneça preenchido no francês. Infelizmente esse tipo de preposição não pôde ser quantificada por sua escassez.

Preposição usada pelo antecedente (quando requerida) e pelo pronome relativo:

Este fator se coloca nos moldes da proposta de Poplack (1980) para o espanhol porto-riquenho: *marcas* conduzem a *marcas* e *zeros* conduzem a *zeros*. Se uma preposição já está no antecedente, a mesma preposição poderá aparecer novamente com o pronome relativo. Se os fatores lingüísticos estiverem realmente atuando na variação, o processamento paralelo pode estar agindo na escolha por uma das variantes e o uso de uma determinada preposição no antecedente pode estar determinando uma preferência pela mesma preposição na relativa.

Exemplos de preposições iguais:

vernacular: “e no (= **em** + o) momento [(**em**) que ele é capaz:: de desenhar...”

padrão: “está num (= **em** + um) nível de vida...[**em** que a preocupação principal é se manter vivo”

Exemplos de preposições diferentes:

vernacular: “pela (= **por** + a) primeira vez [(**em**) que ele tinha contato com uma cidade”

padrão: “ver segundo outros critérios...além daquele (= **de** + aquele) [pelo (= **por** + o) qual ele foi criado”

Alguns grupos de fatores que têm sido considerados relevantes para o estudo das relativas, como tipo de resumptivo e tipo de pronome relativo, não foram incluídos nesta análise quantitativa por sua ocorrência categórica (ou quase) em apenas um dos fatores.

Dos quatro tipos de resumptivo encontrados – pronome pessoal, pronome possessivo, sintagma nominal e pronome nulo – exemplificados abaixo, apenas um que se mostrou produtivo: o nulo.

Exemplos de resumptivos:

- pronome pessoal, como em “eu tenho um conhecido, aliás, um amigo comum nosso que ELE é especialista em comida internacional.”
- pronome possessivo, como em “...também aqueles órgãos que depende no seu desenvolvimento a SUA manutenção da queda desses hormônios.”
- sintagma nominal, como em “Não procurei escola muito grande que a criança ficasse perdida ... dentro DA ESCOLA.”
- pronome nulo, como em “... esse tipo de coisa que pai e mãe gostam (cv).”

Quanto aos tipos de pronome relativo — excetuando-se onde, que apresenta características especiais e foi, portanto, excluído, e quanto e flexões, sempre com o mesmo tipo de antecedente (tudo, todo) — quem, o qual (e flexões) e cujo (e flexões) não se encontram em variação: só aparecem na língua padrão.

Um outro fator, que também é importante mas que não faz parte da análise quantitativa por aparecer na passagem de uma estratégia para a outra, é a ocorrência de hipercorreções e hesitações, como em (3.4.):

(3.4.) a. Hesitação:

...aquele outro (texto) **que tem... que há ...em que há** uma concordância...então a gente tira retalhos

b. Hipercorreção:

...aquele plano da qual nós vimos antes: a traquéia

O exemplo (a.) mostra que a estratégia almejada, a padrão, não estava sendo usada quando o falante iniciou a relativa. Quanto ao exemplo em (b.), poderíamos, à primeira vista, dizer que essa estratégia não foi totalmente aprendida pelo falante, mesmo após anos de escolaridade, uma vez que ele usou uma preposição num contexto em que ela não deve ocorrer, mas que é considerada a melhor pelo falante. Houve 10 casos de sentenças desse tipo. Entretanto, Mollica (1991, 1992, 1995) dá para a ocorrência de de

que em completivas uma explicação que estenderemos oportunamente para os casos de relativas.

Dentre os fatores extralingüísticos, além da Escolaridade, foi considerado relevante o estilo da fala. Informalidade e formalidade são representadas pelo contraste entre conversação espontânea e palestras em escola. Supõe-se que a preposição, por ser usada na estratégia de prestígio, deva aparecer mais nas palestras, que são ocasiões de mais formalidade que uma conversa informal. Assim, o fator extralingüístico Tipos de Entrevista subdivide-se em:

D2 - Diálogo entre Dois Informantes

DID - Diálogo entre Documentador e Informante

EF - Elocução Formal

Outro fator não-lingüístico, o sexo do informante, tem sido alvo de investigação por parte da pesquisa sociolingüística. A hipótese deste trabalho é a de que, sendo todos os informantes do NURC falantes de nível universitário, esse fator venha a ser muito secundário como condicionador da variação nestes dados, tornando-se a alta escolaridade mais importante. No entanto, pode acontecer de, no PB, um dos sexos preferir a estratégia mais conservadora, a padrão.

O fator local de coleta de dados também foi codificado nos dados do Projeto NURC, para que se verifique se há ocorrência de diferenças locais de variação (dados de 5 cidades brasileiras) na produção das relativas.

CAPÍTULO 4

ONDE (NÃO) ESTÁ A PREPOSIÇÃO DAS RELATIVAS?

1. As primeiras relativas

Na fase de aquisição da fala, antes de usar as relativas, a criança constrói as sentenças clivadas, que emergem na mesma época das perguntas-Q e da subordinação (Kato, 1994; Kato et alii, 1996), respectivamente em (4.1.) a-b-c:

- (4.1.) a. Eu que entro (2;3)³⁷
b. Que que a fada fez? (2;0)
c. Não põe o gravador que eu vou dormir. (2;0) (Exs. de Kato, 1994)
- (4.2.) a. Come a pedrinha qui tá 'qui (2;11)
b. Queru vê a pelona que você viu (3;2) (Exs. de Perroni, 1997)

As relativas de sujeito e de objeto direto, em (4.2. a-b), aparecem por volta de três anos de idade (Perroni, 1997). Em Perroni, foi constatada baixa incidência de relativas com PP. Os poucos casos não apresentavam a preposição, como em (4.3.), ou esta vinha com um pronome resumptivo, como em (4.4.):

- (4.3.) Eu também não gosto de jacaré, nem disso que você falô. (3;6)
(4.4.) Eu vô no seu colo, porque lá tem aquela cobrinha que as muler dança nela. (3;1)
(Exs. de Perroni, 1997)

Não há menção ao uso de preposição com o pronome relativo na pesquisa de Perroni sobre a aquisição da relativa no PB.

37. Entre parênteses estão a idade em anos, seguidos dos meses. Assim, em (2;3), temos: 2 anos e 3 meses.

Foi a busca do momento em que a criança provavelmente começa a usar a forma padrão (preposição com o pronome relativo) e das circunstâncias que propiciam esse uso que motivou esta seção, que oferece um panorama do fenômeno em situação de aprendizado na escola.

Foram convidados a participar como informantes:

- a) adultos não-escolarizados, para que se demonstrasse a ausência da preposição;
- b) alunos da escola elementar, fase da escolaridade em que deveria ocorrer o início do aprendizado da relativa de PP e
- c) professores e informantes de nível universitário, que, em tese, deveriam produzir, pelo menos na escrita, relativas do tipo padrão em todas as funções.

2. As narrações orais de não-escolarizados, escolares e adultos cultos

Nas gravações feitas a partir de uma encenação, foram registradas as narrativas de 45 informantes, que produziram um total de 90 orações. Essas relativas foram inicialmente distribuídas entre as quatro estratégias propostas por Tarallo (1983)³⁸: com "gap" (de sujeito e objeto direto), resumptiva, "PP-chopping" (cortadora) e "pied-piping" (a preposicionada, padrão).

Lembramos que a relativa não aparece com muita frequência na fala natural, e que estamos tratando aqui de dados provocados, mas espontâneos.

38. Classificação de Tarallo:

- 1) com "gap", só para sujeitos e objetos diretos, onde supostamente o termo relativizado move-se para o início da oração, deixando um vazio em seu lugar, como em
(i) O livro que ele comprou [cv]
- 2) resumptiva, com pronome resumptivo em todas as funções, como em
(ii) a. Vi um menino que ele estava chorando.
b. Era um menino que o pai dele tinha sumido.
- 3) "PP-chopping", só para sintagmas preposicionais relativizados sem preposição, como em
(iii) A garota que eu gosto
- 4) "pied-piping", para pronomes relativos precedidos de preposição, como em
(iv) O livro de que mais gosto

Com a tabulação dos dados, entre as orações coordenadas e absolutas, que são a tônica dos textos tanto orais como escritos entre os alunos das séries iniciais, apareceram orações relativas, principalmente com a função de sujeito.

A distribuição de todos os tipos de relativa por série do 1.º grau está na tabela abaixo:

Tabela 4.1: Distribuição dos tipos de relativa por série do 1.º grau, não-escolarizados e falantes universitários em narrativas orais.

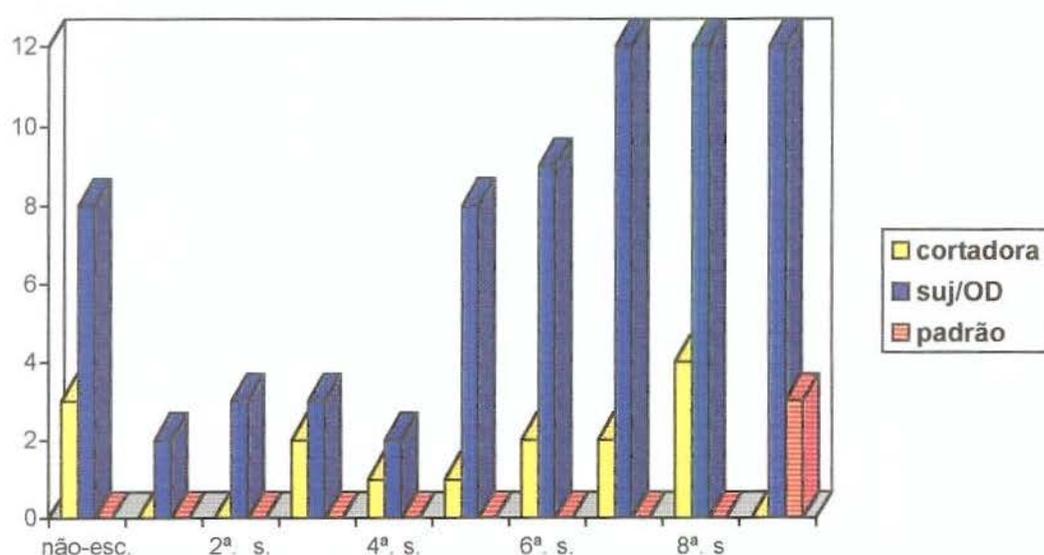
	Tipo de relativa								N
	cortadora		de suj./OD		resumptiva		prep.(padrão)		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
não-esc.	3	27	8	73	-	-	-	-	11
1ª	-	-	2	100	-	-	-	-	2
2ª	-	-	3	100	-	-	-	-	3
3ª	2	40	3	60	-	-	-	-	5
4ª	1	33	2	67	-	-	-	-	3
5ª	1	33	8	89	-	-	-	-	9
6ª	2	18	9	82	-	-	-	-	11
7ª	2	13	12	80	1	7	-	-	15
8ª	4	25	12	75	-	-	-	-	16
sub-total	15	20	59	79	1	1	-	-	75
univ.	-	-	12	80	-	-	3	20	15
Total	15	17	71	79	1	1	3	3	90

Com exceção de uma relativa com resumptivo de sujeito, estes dados indicam que tanto os alunos do 1.º grau como os informantes não-escolarizados usam apenas relativas sem preposição, como mostra o lado direito da tabela, praticamente em branco: esses informantes usam muito as funções mais altas, mais acessíveis (79% de relativas com "gap": de sujeito e de objeto) (Keenan & Comrie, 1977), e bem menos a estratégia

cortadora, isto é, sem preposição, com PPs relativizados (20%), como se pode ver em **negrito** na tabela.

Notamos que a construção resumptiva, que, vale lembrar, não é tolerada na escrita padrão, apareceu apenas uma vez nos dados de alunos do 1.º grau. Essa ocorrência se deu na 7.ª série e, esclareço, na função de sujeito. A estratégia preposicionada não apareceu até o fim do 1.º grau.

Gráfico 4.1 - Tipos de relativa por grau de escolaridade - dados orais



Mais importante do que as percentagens é o fato de que a estratégia padrão está, nos dados distribuídos por série, em distribuição complementar com a estratégia cortadora, não-padrão ou vernacular: todos usam bastante as relativas de sujeito e de objeto direto, principalmente a partir da 5.ª série, mas, quando o termo a ser relativizado é um PP, as construções se opuseram quanto ao emprego ou não da preposição: 0% vs.20% até a 8.ª série e 20% vs.0% entre os falantes cultos, como destacado na Tabela 4.1 por sombras e **negrito**.

A quantificação, como na Tabela 4.2., das ocorrências de relativas de sujeito e de objeto direto, que estavam amalgamadas na tabela anterior, traz uma nova informação: o uso dessas duas funções não é igualmente distribuído, como mostra a tabela abaixo.

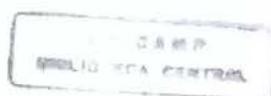
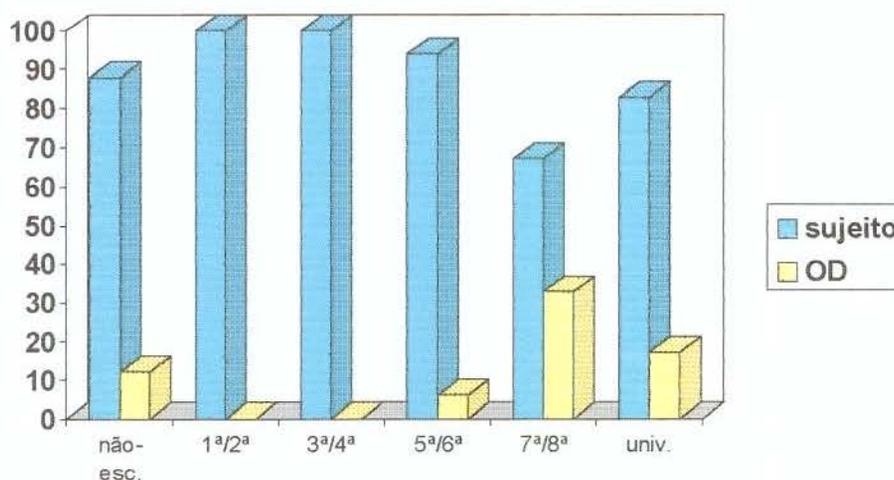


Tabela 4.2: Relativas de sujeito e de objeto direto por nível de escolaridade:
dados da fala.

	sujeito	objeto direto	Total
não-escolarizados	7 (88%)	1 (12%)	8
1 ^a /2 ^a	5 (100%)	-	5
3 ^a /4 ^a	5(100%)	-	5
5 ^a /6 ^a	16 (94%)	1 (6%)	17
7 ^a /8 ^a	16 (67%)	8 (33%)	24
nível universitário	10 (83%)	2 (17%)	12
Total	59 (83%)	12 (17%)	71

O sujeito é muito mais freqüente (como mostram as percentagens com 67% ou mais) que o objeto direto, que não começou a aparecer antes da 5.^a série, sendo precedido até pelos PPs, que foram usados já na 3.^a série (cf. Tabela 4.1.). Esse é um dado interessante, pois altera a hierarquia de Keenan & Comrie, na qual o objeto direto aparece antes das funções preposicionadas.

Gráfico 4.2 - Relativas de sujeito e objeto direto de acordo
nível de escolaridade - dados da fala



Os não-escolarizados têm um comportamento similar ao dos alunos do 1.º grau. Um exemplo típico da fala desses alunos é (4.5.):

(4.5.) ... no exato momento que eles estavam jantando,...(5.ª série)

Nessas orações, o termo relativizado era quase que exclusivamente o adjunto adverbial de tempo, estando implícita provavelmente a preposição em (como em “no momento em que ...”). A oração relativa, em 89 dos 90 casos, foi introduzida pela partícula que. Apenas uma sentença, produzida por um adulto, iniciou-se por quem.

Com os dados bastante significativos dos textos orais (Gráfico 4.2), pode dizer que até a 8.ª série a escola não modificou, na fala, os hábitos lingüísticos destes alunos e que as construções relativas são ainda as vernaculares, pois os alunos não usaram a preposição com o pronome relativo, embora os professores (entre os falantes de nível universitário), cômicos talvez de seu trabalho, o fizessem. Esse *corpus* ainda não revela onde se inicia o uso de estratégias em variação. Com ele, no entanto, se constata que ela existe, já que os dados do 1º. grau e do nível universitário estão em oposição quanto ao uso da preposição: os alunos nunca a usam e os universitários sempre o fazem.

É evidente o baixo número de ocorrências da estratégia padrão nestes dados (apenas 3). Por isso os informantes cultos são o alvo do estudo de um *corpus* muito maior, apresentado no Capítulo 6, o do Projeto NURC, capaz de mostrar que as estratégias de relativização variam entre os falantes cultos. O que importa, no momento, é que, na escola, os falantes cultos, seja por força da própria profissão (são 4 professores e um dentista) (Sankoff & Laberge, 1978), seja pela consciência mais aguda do valor social dessa estratégia, usam-na de modo categórico.

Resta ainda uma última observação sobre esses dados orais, um detalhe que serviu de embrião para o trabalho que se seguiu. Trata-se da distribuição dos tipos de relativa de PP por função.

Tabela 4.3: Relativas de sintagma preposicional distribuídas por função em narrativas orais

	vernacular		padrão		Total
	N	%	N	%	N
adj. adverbial	16	89	2	11	18 (95%)
objeto indireto	-	-	1	100	1 (5%)
Total	16	84	3	16	19 (100%)

Como se vê, o rol de funções preposicionadas é pequeno: ainda não apareceram o genitivo nem o complemento nominal e não se pode aqui ainda dizer coisa alguma sobre o objeto indireto, com apenas uma ocorrência. Mas o adjunto adverbial mostra um quadro bastante claro: ele é, nestes dados, a mais usada das funções preposicionadas (95%). Assim a relativa de sintagma preposicional típica entre os escolares é do tipo de

(4.6.) “depois ela chegô chegô na berada da mesa que elas tava”(3ª série)

A relativa de adjunto adverbial aparece nos dois tipos de estratégia e, dentre os 3 casos de relativa preposicionada produzida pelos falantes cultos, 2 eram de adjuntos adverbiais e a outra de objeto direto:

(4.7.)

- a. “foi só na hora em que a outra voltou do banheiro que elas deram pela falta da bolsa”.
- b. “e pediu para se sentar junto com essas moças de quem eu já tinha falado” e “na hora em que ela estendia a mão, a moça se mexia e ...”

Isso levanta a hipótese de que, onde os dados estiverem mais produtivamente em variação, a função pode ser um fator gramatical atuante na escolha do falante por um determinado tipo de estratégia de relativização. Mas, é preciso dizer também que houve

muitos casos de pronome relativo com antecedente temporal, nesta amostra, e isso pode ter alterado os resultados.

3. As relativas nas narrativas escritas de escolares e adultos cultos

Os resultados com os textos escritos são bastante semelhantes aos orais. Um exemplo típico, produzido por aluno da 4ª. série, é o (4.8.):

(4.8.) ...ele esqueceu a carteira em cima da mesa que estava o bandido

Do total de 45 redações escritas ao final da encenação (5 de cada série do 1º. grau e 5 de adultos cultos) um número maior de relativas apareceu: 147, distribuídas por série na tabela abaixo. A relativa com resumptivo não ocorreu.

Tabela 4.4: Tipos de relativa por nível de escolaridade em narrativas escritas

	cortadora		de suj./OD		padrão		Total
	N	%	N	%	N	%	N
1ª	-	-	-	-	-	-	-
2ª	-	-	13	100	-	-	13
3ª	1	17	5	83	-	-	6
4ª	7	30	16	70	-	-	23
5ª	1	14	6	86	-	-	7
6ª	1	6	13	81	2	13	16
7ª	3	23	10	77	-	-	13
8ª	2	5	37	95	-	-	39
univ.	-	-	25	83	5	17	30
Total geral	15	10	125	85	7	5	147
Total de PPs	15	68%			7	32%	22

Os textos escritos de 1ª. série não continham relativas, somente orações absolutas e coordenadas, mas a relativização de sujeito e objeto já foi bastante expressiva a partir da 2ª.

As relativas de sintagma preposicional, ao contrário, foram bem pouco freqüentes: dos 40 alunos do 1º. grau apenas 14 relativizaram sintagmas preposicionais, num total de 17 orações (15 cortadoras e 2 do tipo padrão, estas na 6ª série), como no exemplo abaixo:

(4.9.) “sentou na mesa que estavam as outras mulhes” (red. 3ª série)

Vamos deixar para outro capítulo as relativas de sujeito e de objeto (Capítulo 7), que são sempre mais numerosas em qualquer nível de escolaridade, mas não são uma questão para o estudo da variação: elas não precisam ser aprendidas na escola porque têm sempre o mesmo *output* em qualquer nível de escolaridade. O problema dos alunos é aprender a usar a preposição com o relativo. A grande novidade desses dados escritos foi o aparecimento das 2 primeiras ocorrências de relativa preposicionada.

As duas sentenças preposicionadas apareceram na 6ª. série e são semelhantes. Uma delas é:

(4.10.) ... no momento em que sua mão estava perto da carteira...

Todos os outros relativos de sintagma preposicional apareceram sem a preposição, como no exemplo (4.11.), no qual uma aluna da 4ª série produziu uma interessante seqüência de dois sintagmas preposicionais relativizados cuja contraparte padrão senti dificuldade em elaborar. Deixo aos leitores que forem pacientes a sugestão dessa tentativa.

(4.11.) ..e um rapaz (bandido), [que o garçom deixou a carteira [= bolsa] encima (*sic*) da mesa [que o bandido sentou.

Dos 5 casos de relativa de sintagma preposicional dos adultos 4 apareceram com preposição e 1 estava com o relativo cujo³⁹:

- (4.12.) a. "...ao mesmo tempo em que mexia com as garçonetes”
b. “Na noite em que a nova lanchonete de Guaiçara foi inaugurada houve...”
c. “... ao final de uma noite na qual esperava divertir-se, passou ...”
d. “... sentaram-se próximos à mesa à qual eu estava..”
e. “... chegou à lanchonete uma mulher cuja aparência seria comum se ...”

Na parte final dessa tabela sobre os dados da fala, há um resumo da percentagem de sintagma preposicionais, que, comparadas aos dados da escrita, mostram uma incidência maior de uso desses sintagmas pela estratégia vernacular (68% vs. 32%, na escrita, e 84% vs. 16%, na fala). Obviamente, na escrita há mais emprego de estratégia padrão.

A distribuição das relativas de sintagma preposicional com e sem preposição (padrão e vernacular, respectivamente) está na Tabela 4.5., abaixo, com o nível de escolaridade simplificado em seus extremos: 1º. grau e adultos de nível universitário:

39. Esse único exemplo de cujo foi colocado entre as relativas preposicionadas nas tabelas.

Tabela 4.5: Distribuição dos PPs com e sem preposição em narrativas escritas de escolares e adultos de nível universitário.

Grupo de Fatores	1.º grau		nível universitário		Total
	padrão.	cortadora	padrão	cortadora	
Função do pronome relativo	N: 2	N: 15	N: 5	N: 0	N: 22
adjunto adverbial	2	13	4	-	19
objeto indireto	-	1	-	-	1
genitivo	-	1	1	-	2
Animacidade do antecedente					
[- animado]	2	11	4	-	17
[+ animado]	-	4	1	-	5
Preposição requerida					T: 21
em	2	13	3	-	18
de	-	2	-	-	2
a	-	-	1	-	1
Tipo de relativo					
que	2	15	2	-	19
o qual	-	-	2	-	2
cujo	-	-	1	-	1

As relativas dos adultos continuam sempre com a preposição, agora em maior número, mas os alunos já começam a se utilizar, na escrita, da estratégia com preposição. Chama a atenção, nesta tabela, o fato de que as duas ocorrências de relativa padrão dos alunos têm as mesmas características dentre as mais usadas nas relativas padrão dos adultos: a função relativizada é o adjunto adverbial (4 em 5 relativas de PP dos adultos são dessa função); O antecedente é geralmente [- animado] e a preposição mais freqüente é em. Isso quer dizer que os dados, embora tão escassos, não entram em contradição.

Quanto ao relativo usado, o que caracteriza as sentenças dos alunos é a exclusividade da partícula que. Essa exclusividade absoluta coloca todas as funções relativizadas num único contexto, e este, como bem lembrou Kato (1993), deve ser a posição de LD, a posição de Top: como todas as funções podem ocupar essa posição (Pontes, 1987) é viável, então, dizer que, no vernáculo, o que se relativiza é essa posição. Embora haja antecedente com o traço [+animado], o relativo quem, que poderia ter sido usado uma vez pelos adultos, está completamente ausente da amostra, sendo preterida em favor de o qual.

4. Discussão

Dentre os tipos de relativa classificados por Tarallo, a preposicionada é a única estratégia aceita pela gramática prescritiva para os sintagmas preposicionais. A preposição sempre aparece, a não ser que se use um relativo em que ela se encontra implícita como "cujo" ou "onde".

Lembramos que a relativa cortadora é considerada pela gramática normativa como um erro a ser eliminado, já que, segundo essa gramática, falta a preposição.

Iniciei a análise classificando as relativas em quatro tipos, conforme classificação de Tarallo (1983). Na verdade, esse procedimento teve como finalidade única separar, no decorrer do estudo, os sintagmas preposicionais relativizados dos que não estão em contexto de preposição. Considero que essa primeira classificação coloca juntas duas classificações diferentes: por estratégia (padrão e vernacular) e por função (sujeito, objeto direto, termos preposicionados). Como já havia sido observado por Tarallo, as relativas de sujeito e objeto trazem uma ambigüidade intrínseca no que toca a natureza da categoria vazia no interior da relativa. A estratégia desses casos de relativa tanto pode ser a mesma da relativa "pied-piping", com o termo relativizado movendo-se para Comp, como a das relativas 'PP-chopping', uma estratégia exclusiva da língua vernacular, segundo o autor sem movimento, iniciada, pelo complementizador que e com a categoria vazia coindexada com o antecedente. Não tenho conhecimento, até o momento, de que haja um estudo que, utilizando-se de um único critério de classificação, inclua as relativas

de sujeito e de objeto. As tentativas esbarram sempre na ambigüidade da categoria vazia da relativa. Com a proposta de Kato (1993), é possível uma classificação pelo critério apenas de tipo, incluindo todas as funções. Assim, nossa posição, embora reconhecendo essa ambigüidade, classifica a relativização com sujeito e objeto direto, na produção dos escolares, como vernacular.

De todo modo, a relativização de sujeito não constitui problema para os escolares, embora a de objeto pareça ter o mesmo grau de dificuldade dos demais complementos, que apareceram posteriormente nestes dados. A posição de sujeito e a de termos deslocados estão tão próximas que ambos os termos oferecem um mínimo de dificuldade de processamento na relativização. Mesmo os não-escolarizados relativizam essas funções da mesma forma que os adultos cultos o fazem, sem qualquer problema.

Voltemos a atenção agora para a estratégia com pronome lembrete (resumptiva). Por estar quase ausente em dados de escolares e também na produção de pessoas cultas — embora por motivos talvez diferentes, já que o total desprestígio social desse recurso (como suficientemente documentado em trabalhos anteriores sobre o assunto) parece não afetar os escolares — preferimos, a partir de agora, colocar os ocasionais casos desse tipo entre as relativas vernaculares.

Restam, então, dois tipos. A vernacular domina os dados dos escolares em sua quase totalidade (ver Tabelas 4.1 e 4.4). Isso merece um comentário, porque, afinal, a maioria desses alunos já está na escola há oito anos ou mais. Se uma das finalidades do ensino institucional é veicular a língua culta, podemos, com estes dados, concluir que isso não vem ocorrendo com as relativas. Tanto nos dados orais como nos escritos os informantes não-escolarizados e os alunos da 1.^a à 8.^a série produzem quase que exclusivamente relativas cortadoras, com exceção de 2 casos de relativa padrão na 6.^a série. Os adultos cultos somente produziram relativas padrão, nos casos de sintagmas preposicionais. Atribuo essa ocorrência categórica, quando, na verdade, estava esperando uma margem de variação mesmo entre esses informantes, ao fato de quase todos eles serem professores. Embora este estudo não entre no mérito da questão, cabe aqui uma menção ao trabalho de Sankoff & Laberge (1978) que comprova a influência da profissão do falante, seu ganha-pão, mais do que a classe social, por exemplo, no tipo

de dialeto que ele usa. O professor, por força da profissão, é um usuário típico da língua padrão, pelo menos na escola.

Um fator lingüístico chamou a atenção nessas tabelas: dentre as funções dos termos relativizados na relativa padrão, o adjunto adverbial foi o preferido tanto pelos escolares como pelos adultos de nível universitário quando usaram a estratégia padrão. Esse fato está aqui sendo explicado em termos de recuperabilidade do sentido pelo uso da preposição. Esta estabelece a relação desejada entre o verbo e o adjunto. Sem ela, essa relação pode se tornar ambígua.

Esses fatos mostraram algumas diretrizes importantes para a continuidade do trabalho. Como a aquisição da variante padrão não aconteceu em sua plenitude no primeiro grau, deduzi que deveria, então, acontecer no segundo grau. Dada a baixa ocorrência desse fenômeno, optei por coletar esses dados provocando experimentalmente sua ocorrência no 2.º grau, conforme já descrito na metodologia do trabalho.

CAPÍTULO 5

APRENDENDO AS RELATIVAS NO 2º.GRAU

1. Um experimento em sala de aula

Os resultados categóricos nas relativas de funções preposicionadas produzidas pelos alunos da escola elementar e pelos informantes de nível universitário nos convenceram de que, para se ter um número significativo de ocorrências dessas relativas em variação, seria preciso observar o comportamento dos alunos de 2º. grau. O fato de as funções preposicionadas ocorrerem com baixa frequência foi determinante na escolha da coleta de dados experimentais como a melhor alternativa para suprir essa falta de dados, que de outro modo só seriam conseguidos com um *corpus* oral ou escrito muito extensos. Nem mesmo a observação de centenas de redações de vestibulandos com narrativas e textos argumentativos⁴⁰ ofereceu número significativo de ocorrências. Acrescento que as redações de vestibulandos constituem um material de estudo lingüístico de valor inestimável e que não foi possível sua utilização apenas devido a uma característica que observei nelas e nas redações de 2º. grau: dadas as circunstâncias de risco, os alunos apresentam uma tendência a fugir das relativas preposicionadas e a substituí-las por estratégias de esquiva, como se verá nos dados de adolescentes e jovens do 2.º grau.

Recordo aqui que o controle de produção das relativas esperadas foi feito através de um exercício de aula⁴¹, composto de duas partes: preenchimento de lacunas e produção livre em forma de paráfrase (ver em anexo). Na primeira parte, o aluno já tinha um contexto preestabelecido para usar os pronomes relativos. Na segunda, ele deveria parafrasear livremente o texto do exercício anterior.

40. Agradeço à Comissão de Vestibular da Universidade de Campinas e em especial à Prof.ª Dr.ª Maria Bernadete Abaurre pela cessão de redações de vestibulandos de 1993 para esse fim.

A reprodução do texto serviu de base para uma análise quantitativa dos sintagmas preposicionais relativizados. A observação de textos das três séries revelou que da 1ª. para a 3ª. série realmente havia ocorrido uma mudança mas que a 2ª. série ainda estava com um perfil muito parecido com o da 1ª. Com isso, a atenção passou a girar em torno da oposição entre a série inicial e a final, agora com material suficiente para o trabalho: 62 alunos fizeram os exercícios, dentre os quais 50 produziram as 126 relativas de sintagma preposicional que constituem o material do estudo quantitativo que se segue. Dos outros 12 que não relativizaram esse tipo de sintagma tratarei à parte, quando abordar as hipercorreções e as estratégias de esquiva utilizadas pelos alunos no processo de aquisição da relativa padrão.

As percentagens gerais sobre as relativas produzidas por alunos de 1º. grau e informantes de nível universitário, embora quase categóricas, mostraram algumas tendências: o adjunto adverbial recebendo mais a preposição em Comp; os pronomes relativos pertencem a dois grupos complementares: que, exclusivo para a relativa vernacular, e quem, o qual, cujo, para a padrão; a relativa cortadora teve maior incidência com o traço semântico [- animado]. Mas, acima de tudo, o fato de o informante ter ou não frequentado a escola foi o que determinou o uso da preposição quando o contexto a exigia.

Dadas as suas características específicas, estes dados experimentais do 2º. grau propiciaram o teste de alguns fatores. O fator sexo do informante foi acrescentado para teste já que os resultados de estudos sobre esse fator às vezes colocam as mulheres como conservadoras, isto é, preservando o que é tradicional, ora as colocam como inovadoras.

41. Agradeço ao Prof. José Domingos Monteiro Paschoal, professor do 2.º grau da Escola Técnica de Lins, por sua colaboração na aplicação desses exercícios.

1.1. O tipo de pronome relativo

Até aqui comprovamos que as estratégias vernaculares usam exclusivamente o pronome relativo que e que a estratégia padrão oferece um leque maior de possibilidades. Nestes dados encontramos apenas três pronomes relativos, distribuídos abaixo pelos dois tipos básicos de relativa.

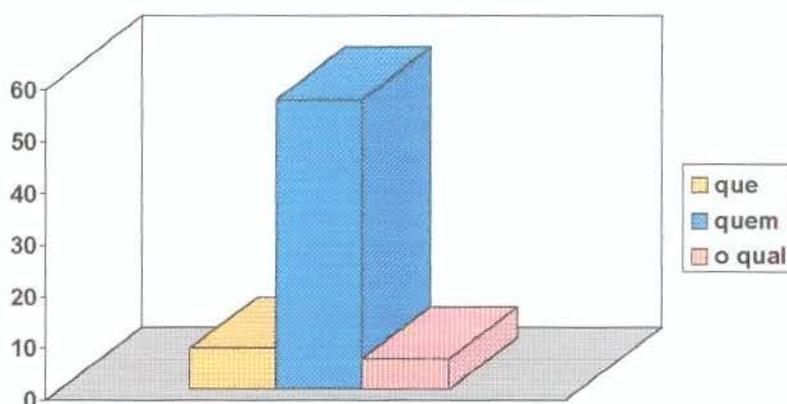
Tabela 5.1: Distribuição das relativas por tipos de pronome relativo - 2.º grau

Tipo de estratégia	Tipo de pronome relativo			
	que	quem	o qual	Total
Padrão	8 (11%)	56 (80%)	6 (9%)	70
Vernacular	55 (100%)	-	-	55
Total	63 (50%)	56 (45%)	6 (5%)	126 (100%)

O interessante é que, sendo todas as relativas regidas por preposição e tendo todos os antecedentes o traço [+ humano], seria de se esperar que aparecessem apenas as formas o qual ou quem, mas não foi o que aconteceu.

Observemos os tipos de pronome relativo da estratégia padrão, na figura abaixo.

Gráfico 5.1: Tipo de relativo em estratégia **padrão**
2.º grau



Chamam a atenção as 8 ocorrências de relativos preposicionados com o pronome que, 4 na 1ª série e 4 na 3ª., produzidos por 7 alunos diferentes, como nos exemplos abaixo:

(5.1.) o outro (rapaz) para que olhava [...] era muito bonito (1.ª série)

(5.2.) A garota, apesar de ter vários amigos com que conversava,...(3.ª série))

Como explicar esses oito casos? Talvez os alunos, ao empregar a relativa padrão, estejam mesclando essa estratégia com a vernacular, na qual a marca do traço [± humano] desaparece do pronome (que).

Curiosamente, o aluno que produziu a ocorrência (5.1.) redigiu sua relativa em duas etapas: primeiro criou uma relativa vernacular: (“o outro que olhava [...] era muito bonito”) e depois acrescentou a preposição para, que ficou postíça acima da frase, no espaço entre “o outro” e “que”. Com isso, provavelmente quis prevenir-se contra uma outra interpretação do verbo olhar, por sinal ambígua, como transitivo direto (=ela olhava o outro) ou como intransitivo (=o outro olhava). Deu-se por satisfeito com o resultado, deixando como pronome relativo o que.

A idêntica distribuição por série (4 em cada série) indica que a questão não é de maior ou menor treino lingüístico. Ao produzir esses relativos, 4 dos 7 informantes não produziram quaisquer outras relativas do tipo padrão. Os outros três mostraram-se sensíveis a esse traço semântico produzindo paralelamente construções com quem. Pode estar acontecendo que a sensibilidade a esse traço seja mais tardia na aquisição da relativa padrão.

Até este ponto da análise os resultados foram apresentados por percentagem dos fatores independentes apenas. Essa distribuição tem a propriedade de mostrar as tendências gerais dos dados, inclusive de dados categóricos, mas não é suficiente para mostrar se realmente um determinado fator favorece ou desfavorece a escolha de uma certa variante. As percentagens não mostram quais fatores são significantes quando todos eles são considerados simultaneamente nem quão importante um fator pode ser.

O passo seguinte da análise, então, será o processamento dos dados por um programa de Regras Variáveis, o GoldVarb2 (Rand & Sankoff, 1990), desenvolvido para selecionar os melhores fatores condicionadores, aqueles que significativamente afetam a variação.

Foram excluídos do programa os fatores com ocorrência categórica. Os pronomes quem e o qual são privativos da estratégia padrão e cujo não ocorreu nestes dados. Os antecedentes das relativas padrão, com o traço [+ animado], tinham sempre funções diferentes dos pronomes relativos. Restaram as 63 ocorrências de relativas em variação, iniciadas por que.

Restaram, neste ponto, os fatores Função Relativizada, Sexo e Série.

1.2. A função relativizada no 2.^o grau

Os dados estudados no capítulo anterior apresentam resultados interessantes sobre a influência da função sintática relativizada na aquisição da relativa padrão que devem ser resgatados e aprofundados aqui: a) só houve 2 casos em 17 de relativa preposicionada no nível elementar e ambos na função de adjunto adverbial; b) os informantes de nível universitário produziram 5 relativas, todas do tipo padrão, sendo 4 em função de adjunto adverbial e uma em função de genitivo. O que faria com que os falantes se inclinem a usar a preposição nas relativas de adjunto adverbial mais do que nas de outras funções?

Como o próprio *corpus* pode ter determinado esses índices, naquela seção, testamos esse fator também com os relativas elicitadas experimentalmente no 2.^o grau. Separados os fatores categóricos, obtivemos 63 ocorrências em variação, isto é, apenas a metade das relativas produzidas por esses alunos.

Tabela 5.2.: Relativas distribuídas por função - 2.º grau

Função	padrão		vernacular		Total
	N	%	N	%	
Objeto Indireto	7	13	39	87	46
Genitivo	1	6	16	94	17
Total	8		55		63

Esse resultado eliminou o adjunto adverbial dos dados em variação, uma vez que ele apareceu apenas com a estratégia padrão. Isso é significativo, porque não contraria os dados dos escolares, apenas os reforça. As outras duas funções, inequivocamente subcategorizadas por verbo ou por nome, apresentam variação abaixo de 50%, apontando para a falta de significância deste fator nos dados do 2.º grau.

1.3. O fator sexo na aquisição da relativa padrão no 2.º grau

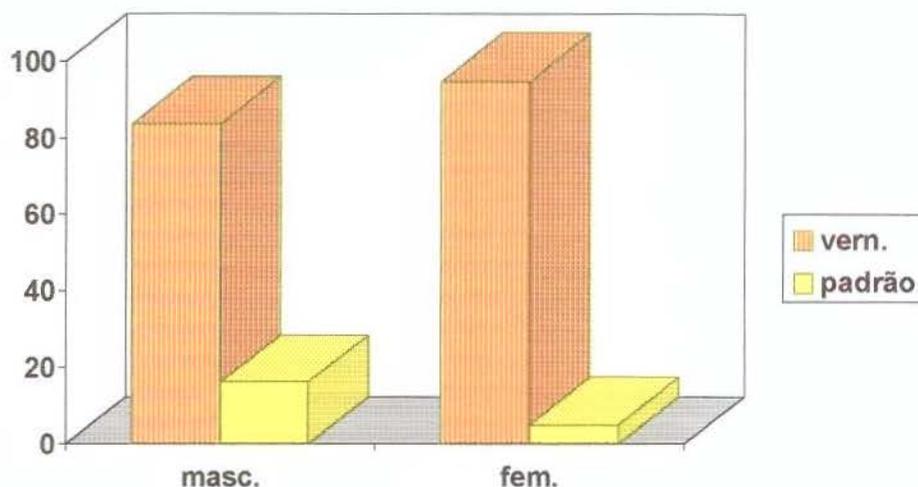
As percentagens do 2.º grau apontam o sexo do aluno como um fator de relativa importância na aprendizagem da relativa preposicionada, como mostram a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 5.3.: Relativa padrão: ocorrências por sexo no 2.º grau.

2.º grau	Sexo do aluno	
	Padrão	Vernacular
masculino	16 %	84 %
feminino	5 %	95 %

Como se vê, os rapazes se mostraram mais preocupados em usar a estratégia padrão, mas, efetivamente, as percentagens são sempre muito altas para a estratégia vernacular.

Gráfico 5.2 - Percentagem de uso da relativa padrão por sexo - 2.º grau



1.4. Diferenças por série no 2.º grau

Os alunos obtiveram um visível progresso na aquisição da relativa padrão entre as séries inicial e final, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 5.4.: Emprego de relativa de PP por série do 2.º grau

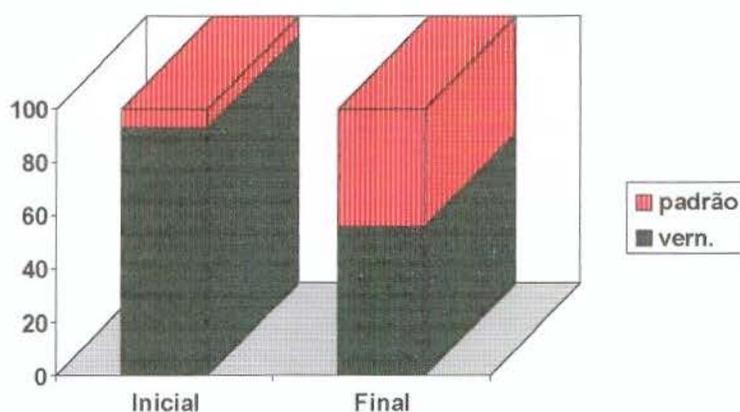
Série	padrão		vernacular		Total
	N	%	N	%	
Inicial	4	7	50	93	54
Final	4	44	5	56	9
Total	8		55		63

Um fato interessante mostrado pela última coluna desta tabela é a grande diferença no total de relativas de função preposicionada produzidas pelos alunos iniciantes ($54/63 = 86\%$) e pelos alunos do 3.º ano ($9/63 = 14\%$). Isso significa que os

alunos tendem a substituir a relativa preposicionada por outras estratégias, conforme discutido adiante quando tratarmos das estratégias de esquiva.

O uso da relativa padrão passou de 7% na série inicial para 44% na final, enquanto a estratégia vernacular decresceu de 93% para 56%, um resultado que confirma a importância do ensino de 2.º grau para a aquisição da relativa preposicionada. Essas porcentagens são melhor visualizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 5.3 - Emprego de relativa de PP por série do 2.º grau



Esses resultados foram feitos com as porcentagens apenas. Vejamos, na próxima seção, se a análise resiste ao cálculo por probabilidades.

2. Relativas no 2.º grau: análise das regras variáveis

O programa revelou, como mostra a Tabela abaixo, que a variação, nestes dados experimentalmente coletados no 2.º grau, deve-se a apenas um fator: Série.

Tabela 5.5: **Análise das Regras Variáveis** da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de pronome relativo com preposição em contexto de sintagma preposicional - redações de alunos do 2.º grau.

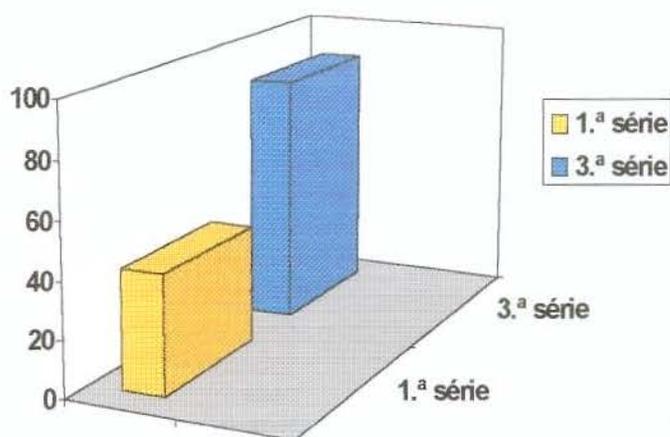
<i>Corrected Mean:</i>	.100	<i>Log Likelihood</i>	- 20.441
Total	63	Significância	.009

Fator selecionado	Probabilidade	
	<i>Range: 0.18</i>	
Série do 2º grau		
Final	0.88	04/09 (44%)
Inicial	0.42	04/54 (7%)
	<i>Range: 0.46</i>	

Fatores não selecionados: Função do termo relativizado, Sexo.

Entre os fatores extralingüísticos foi selecionada apenas a Série do estudante, com a série final condicionando fortemente o uso da preposição, com a probabilidade de 0.88 de ocorrência da relativa padrão. Esse fator teve um *Range: 0.46*. Isso demonstra que, no tocante à aquisição da variante padrão, faz diferença estar o aluno iniciando ou terminando o 2.º grau.

Gráfico 5.4 -Probabilidade de uso da relativa **padrão** por série do 2.º Grau



3. Variação, hipercorreções e procedimentos de esquiva na aprendizagem da relativa padrão

A análise quantitativa da produção dos escolares do 2.º grau revelou o que está em variação dentro do *corpus* e que pode ser aceito como gramatical dentro do português do Brasil. Mas há ainda outras ocorrências que deixam antever o processo de passagem, na escrita, de uma para a outra estratégia.

Nesse aspecto, as duas partes do exercício mostraram certas semelhanças, mas o esquema já pronto da primeira e a maior flexibilidade da segunda resultaram em comportamentos específicos em cada uma das duas atividades.

Na primeira parte, tendo que preencher lacunas com relativos, cada aluno deveria usar 4 relativos quem/o qual preposicionados (o antecedente era sempre [+humano])⁴²:

42. O primeiro parágrafo da narrativa mostrava os verbos da relativas em frases coordenadas:

"Uma garota tinha vários amigos. Conversava com um, olhava para outro, esperava um convite de outro, investia todos os esforços em outro."

- "O amigo com quem conversava...",
- "...o outro para quem olhava todas as aulas....",
- "...o outro de quem esperava um convite a qualquer momento...." e
- "...e aquele em quem investia muitos esforços de conquista....".

A última lacuna deveria conter o relativo sem preposição, funcionando como sujeito:

"...estava mesmo gostando era daquele seu parceiro de tênis, mal-humorado, displicente com as roupas, que não saía nunca com as garotas e nem..."

Os tipos de resposta são os mesmos nas três séries, variando apenas nos números decrescentes. Por isso, tomarei como base a primeira série, em que os casos são mais numerosos. Das 148 possibilidades de preenchimento (37 alunos x 4 relativas de sintagma preposicional), 110 (74%) foram ocorrências de relativa preposicionada, estritamente padrão. As outras 38 (26%) distribuíram-se da seguinte forma:

- relativo quem ou o qual acompanhado de preposição inaceitável, como em:

(5.3.) e aquele de quem investia muitos esforços de conquista
e aquele a quem esperava um convite a qualquer momento

- relativo que (por quem/o qual) com a preposição esperada:

(5.4.) o outro para que olhava todas as aulas
e aquele de que esperava um convite a qualquer momento

- relativo que sem preposição (estratégia vernacular):

(5.5.) e aquele que (ela) esperava um convite (dele) a qualquer momento
que (compl. de "convite")

A distribuição se encontra na tabela abaixo:

Tabela 5.6: Distribuição de relativas que fogem à estratégia padrão em exercício de preenchimento de lacunas - 1.º ano do 2.º grau

	prep. inaceitável	prep. + que (=quem)	que (vern.)	Total
conversar com x	-	1	1	2 (5%)
olhar para x	-	1	1	2 (5%)
esperar um convite de x	4	6	4	14 (37%)
investir esforços de conquista em x	7	9	4	20 (53%)
Total	11	17	10	38 (100%)

Os vários casos de escolha de preposição diferente da prevista pela língua padrão constituem erros de aprendizagem e revelam que o aluno já conhece o fato de que a relativa padrão usa o relativo preposicionado e que isso é o considerado "correto" pela escola. Não usar uma preposição aceitável mostra que, nestes casos, o aluno não estabeleceu a relação entre a posição relativizada e a posição do relativo. Em outras palavras, não percebeu que a preposição no início da oração vem de uma posição interna da relativa. Pelos resultados da tabela acima, nota-se que quanto mais encaixado está o termo dentro da relativa mais difícil a percepção dessa relação: o índice em "esperava um convite de x" (37%) e "investia muitos esforços de conquista em x" (53%) é maior do que o das outras funções (5%). No que se refere à preposição que deve ser usada, parece que o aluno está, na verdade, "jogando no escuro". Segundo a hipótese aqui defendida, a extração, na estratégia vernacular, é feita a partir da posição de tópico, em adjunção à relativa e não envolve uso de preposição. Se o aluno não percebe de onde vem a preposição que deve usar, fica justificado esse erro de aprendizagem.

O segundo procedimento descrito pode ser encaixado entre as relativas padrão: os alunos usaram a preposição adequada, mas colocaram que no lugar de quem. Como podemos explicar isso?

O que primeiro nos ocorre é dizer que o aluno já percebeu o movimento da relativa, mas ainda está em dificuldades para ampliar seu paradigma de relativos e às

vezes recorre inadvertidamente ao único pronome que sempre usou nesse construção, o que. Mas, o que terá acontecido com o traço [+humano] do pronome, típico da estratégia padrão, representado pela terminação -m do pronome? A história do pronome relativo diz que quem é, desde o latim, um relativo específico para masculino — e também feminino, a partir do século III — (Coutinho, 1972), isto é, para pessoa, em oposição ao neutro, usado para coisa. Essa flexão acumulava a significação do traço semântico [+ pessoa] e a de caso acusativo. No português antigo, quem era usado também para coisa, como nos versos de Camões, citados por Coutinho (1972, p.260):

"Mas aquela fatal necessidade,
De quem ninguém se exime dos humanos..."

(Camões, Lus., X, 54)

O fato de termos encontrado exemplos de que usado para pessoa na estratégia padrão, somado às evidências acima, leva-nos a conjecturar sobre a fragilidade da noção de pessoa nesse relativo, e mesmo de caso, que parece estar-se perdendo mesmo na língua escrita. Nas relativas de sujeito [+humano], usa-se que (... *o homem que chegou*), já sem a marca de [+ humano]; se o termo (topicalizado e depois) relativizado é um oblíquo, reza a gramática que se use quem, mas nos dados também aparece que (... *o homem de que(m)/que lhe falei*). Em quem ainda existe resquício de caso, mas, ao que parece, podemos estar diante de uma questão mudança lingüística.

Os exemplos da última coluna da tabela acima são de relativas não-padrão e mostram como, apesar de conscientes do tipo de exercício apresentado, os alunos ainda estão presos à língua vernacular.

Ainda nessa primeira parte do exercício há uma lacuna que os alunos deveriam preencher com um que, sem preposição, já que o relativo estava na posição de sujeito:

"Na verdade, estava mesmo gostando era daquele seu
parceiro de tênis, mal-humorado, displicente com as roupas,
que não saía nunca com as garotas e..."

Os alunos do terceiro ano, com exceção de um, preencheram a lacuna com um que, conforme era o objetivo do exercício. Os da série inicial tiveram comportamento semelhante: aproximadamente 75% dos alunos resolveu o exercício conforme era esperado (24% no 1º. ano e 27% no 2º.) e os que não conseguiram se dividem em duas categorias:

a) os que acharam que o antecedente do relativo deveria ser "roupas" ("parceiro de tênis" estava mais distante e parece que para alguns o antecedente tem de estar logo à esquerda):

(5.6.) era daquele seu parceiro de tênis, mal-humorado, displicente com as roupas, de que(m) não saía nunca com as garotas e..."
com os quais
as quais

b) os que, em vez de colocar apenas o que (= suj.), ficaram arriscando respostas:

(5.7.) era daquele seu parceiro de tênis, mal-humorado, displicente com as roupas, para o qual não saía nunca com as garotas e..."
cuja
cujo

A observação da segunda parte do exercício, em que os alunos escrevem livremente sobre os mesmos fatos, mostra textos quase desprovidos de hipercorreções e preposições inadequadas. Os casos que apareceram resumem-se nos seguintes:

(5.8.)

- a. "e aquele a quem investia muitos esforços de conquista..." (1º ano)
- b. "e aquele de quem investia muitos esforços de conquista..." (1º ano)
- c. "e naquele em que investia muitos esforços para conquistá-lo era o melhor." (1º ano)
- d. "e ainda existia aquele em que ela fazia de tudo para conquistá-lo. (3º ano)
- e. "o seguinte para o qual fixava os olhos nas aulas, era esbelto." (3º ano)

Os alunos iniciantes mostraram muita reflexão, revelada pelas autocorreções, na hora de redigir as relativas: corrigiram principalmente para acrescentar preposições e tornar a sentença padrão (sem, no entanto, se preocupar em acrescentar um -m ao relativo), mas houve um caso em que o aluno corrigiu para tirar a preposição que havia colocado e, conseqüentemente, manter a construção vernacular (em b., abaixo):

- (5.9.) a. o outro que (> para que) olhava todas as aulas era bonito. (1º. ano)
o outro que (> para quem) olhava. (1º. ano)
o outro que (> de quem) esperava um convite.. (1º. ano)
b. e aquele em que (> que) investia muitos esforços . (1º. ano)

Os alunos do 3º ano agiram de modo diferente. Em seus textos não há autocorreções, as relativas são predominantemente da forma padrão, mas há um outro fato agora: estes alunos evitam as relativas preposicionadas ao máximo (cf. Tabela 4.9. e comentários): enquanto todos os alunos iniciantes usaram esse tipo de relativa, dos 25 alunos do 3º ano 7 conseguiram reproduzir o texto sem usar uma sequer. Por que fizeram isso e como conseguiram? Sobre a primeira questão só podemos conjecturar. Uma das razões pode ter sido uma percepção por parte de vários alunos da sala, os mais sensíveis em relação à linguagem, de que um estilo muito formal não combina com um assunto tão prosaico como o do texto em questão. E um texto crivado de relativas com preposição realmente torna-se formal. Não gostar de relativas preposicionadas parece muito vago, mas não saber construir com segurança esse tipo de sentença pode ser um bom motivo: se não se tem certeza da correção, o melhor é se esquivar, não se arriscar.

De fato, por um motivo ou por outro, os alunos desenvolveram algumas estratégias para substituir essas relativas. Em (5.10) estão as frases do exercício proposto e o modo como alguns alunos as evitaram:

(5.10)

a . O amigo com quem conversava era alegre:

- ...enquanto conversava com um amigo que era alegre, olhava ...

b. ... o outro para quem olhava todas as aulas era muito bonito.

- ... o outro que ela olhava todas as aulas...
- ... havia um outro que ela o olhava todas as aulas⁴³.
- ... o outro que observava nas aulas...
- ... mas aquele que recebia os olhares era muito bonito.
- O outro que chamava a atenção do seu olhar todas as aulas...

c. o outro de quem esperava um convite a qualquer momento conhecia a cidade como ninguém

- ...o terceiro, que ela esperava que a convidasse,...
- ...do garoto que conhecia muito bem a cidade, ela esperava um convite.
- ...o outro que eu esperava que me desse um convite a qualquer hora conhecia muito bem a cidade.
- ...esperava de outro amigo que conhecia a cidade como ninguém um convite a qualquer momento.

d. ...e aquele em quem investia muitos esforços de conquista era o melhor partido da turma.

- No melhor partido da turma ela investia muitos esforços.
- O outro amigo que ela tinha era o melhor partido da turma: rico, bonito, inteligente. Concentrava todos os seus esforços para conquistá-lo.
- O melhor partido mesmo ela investia todos seus esforços para conquistá-lo.

43. Note-se aqui um caso de resumptivo clítico. Como veremos no Capítulo 7, esse clítico está em lugar ilegal, na posição de uma variável, daí a estranheza da construção.

- ...aquele que ela mostrava muita perseverança em conquistar, era o melhor partido.

Em (a), o termo a ser relativizado acaba sendo usado num outro tipo de oração, inclusive com termos deslocados e pronome resumptivo, e, em (b), existe uma relativa, mas o núcleo do sintagma preposicional passa a se relativizar como sujeito ou, mudando-se a regência do verbo ou trocando-se o verbo por um sinônimo, como objeto direto. Note-se em (b) até um clítico resumptivo (“...que ela o olhava...”). De um modo ou de outro, os alunos se esquivam da relativa preposicionada, mesmo numa situação em que eles são induzidos a produzi-la, como foi o caso deste experimento no 2.º grau.

4. Professores do 2.º Grau: o que aceitam como padrão?

Nesta seção estão os resultados obtidos através de uma sondagem feita com 27 professores do 2.º grau. Um exercício escrito apresentava os dez enunciados abaixo, contendo adjetivas de PP, todas em estratégias não-padrão. Aos professores foram feitas duas perguntas: 1) se consideravam aquelas frases compreensíveis para os falantes do português (caso contrário, que apontassem as incompreensíveis) e 2) se consideravam que todas eram aceitáveis na escrita culta (caso contrário, que reescrevessem as inaceitáveis, de forma a assumirem a forma padrão).

Eis os enunciados:

- (1) Este é um trabalho que me dediquei de corpo e alma.
- (2) É aquela a moça que o garçom deixou a carteira (= bolsa) em cima da mesa que ela sentou.
- (3) No momento que ele chegou os policiais já tinham ido embora.
- (4) O centro de lazer que sempre vamos fica lotado aos domingos.
- (5) É um caso que todos estão interessados.
- (6) Esses professores que a gente vai entrar em contato com eles são novos.

- (7) Uma boa causa é aquela que você faz parte dela.
- (8) Xadrez é um jogo que nunca pude aprender suas regras.
- (9) Língua extinta é aquela que não possuímos prova de sua existência.
- (10) Como é que fazem um banheiro que as portas não fecham?

Comentarei primeiramente os resultados da segunda pergunta, enunciado por enunciado, que foram quantificados da seguinte maneira:

Tabela 5.7: Resultado de teste de aceitabilidade de relativas por professores de 2.º Grau.

Enunciados	Compreensíveis para os falantes?		Aceitáveis na escrita culta?	
	Sim	Não	Sim	Não
1	27	-	5	22
2	11	16	-	27
3	27	-	3	24
4	27	-	4	23
5	27	-	7	20
6	27	-	-	27
7	27	-	5	22
8	27	-	9	18
9	24	3	12	15
10	27	-	3	24

Quanto à primeira pergunta, dois dos enunciados foram considerados incompreensíveis por alguns participantes, o 2 e o 9.

O enunciado 2, muito parecido com o exemplo (4.7.), produzido com fluência e rapidez por uma aluna da 4ª. série, foi considerado agramatical por 11 professores. Quando essa frase foi comentada, ficou claro que 4 dos professores interpretaram a palavra “carteira” como banco escolar e, por isso, não puderam compreender o

enunciado. Assim mesmo ainda restam 7, que disseram ser muito confusa para eles essa frase. Mesmo quando ela foi colocada no contexto em que o exemplo da aluna de 4ª série foi produzido, alguns disseram que a frase continuava ruim. Acredito ser esse um caso semelhante aos estudados por Bortoni-Ricardo (1984), que trata dos problemas de comunicação interdialeto. Essa pesquisadora mostra, em entrevistas com habitantes da zona rural, que considerar-se o PB como uma língua homogênea é mais um dos mitos que circulam entre os brasileiros e que fatores variados, incluindo-se aí os grandes desníveis sociais, têm acarretado essas falhas de comunicação. Voltando ao enunciado 2, embora todos tenham dito que a frase não pertence à escrita culta, poucos, dentre os que a compreenderam, conseguiram dar a ela uma redação aceitável dentro do padrão da escrita. Os que conseguiram foi porque fizeram um arranjo sintático diferente, como em “É aquela a moça que (se) sentou na (à) mesa em que (onde) o garçom deixou a carteira”. No exemplo da língua vernacular, no meu entender, a estrutura foi salva pelo resumptivo “ela”.

Quanto ao enunciado 9, embora tenha sido classificado como agramatical, pôde-se apurar que isso aconteceu porque os três professores consideraram a frase incoerente: “Como se pode provar a existência de uma língua se ela foi extinta?” escreve um dos professores.

O maior interesse deste exercício está na segunda pergunta. Se o conceito de língua culta dos professores coincidissem com o da gramática prescritiva estrita, a resposta a essa pergunta deveria ser sempre não, porque nenhum desses enunciados está rigorosamente dentro dos padrões da escrita culta. As frases de 6 a 9 trazem relativas com resumptivo (respectivamente, “com eles”, “dela”, “sua” e “sua”) e as demais contêm relativas cortadoras. Em resumo, sendo relativas de PP, todas deveriam ter uma preposição ou “onde” (= “em que”) ou “cujo” (= “de que”).

As frases 8 e 9 tiveram alta aceitabilidade. Em comparação com 6 e 7, podemos dizer que o resumptivo possessivo não é tão estigmatizado quanto “ele” ou “ela”. A frase

6, em comparação com a 7, merece um comentário: além da presença do resumptivo “eles”, havia aí a expressão “a gente (vai)”, trocada por : “nós” por dois professores. O fato de todos terem dito “não” a essa frase não significa que todos a tenham reescrito de acordo com a prescrição gramatical. Para seis professores bastou que se tirasse o resumptivo para que considerassem a frase padrão.

Da mesma forma, a resposta negativa não garantiu a versão padrão da relativa. Para vários professores bastou trocar “que” por “o qual”. Tampouco foi garantia de que a preposição apareceria com o pronome relativo. Neste ponto, os professores usaram as mesmas estratégias de esquiva dos alunos do 2º. Grau: usaram “Quando” em vez de “No momento em que”, “onde” em vez de “em que”, trocaram o período todo por uma oração absoluta, como em “Nunca pude aprender as regras do xadrez”, trocaram o verbo ir pelo verbo frequentar ou preferiram a regência com em, como já ocorre na fala. A maioria, porém, soube dar a versão padrão para as relativas, usando inclusive “cujo” para as três últimas, forma praticamente inexistente na fala. Houve também uma grande ocorrência de “o qual”, mesmo com o enunciado 6, com antecedente [+ humano]. Apenas dois professores entre os 27 usaram “quem”, nesse enunciado.

O que se pode dizer dos resultados desse exercício não é nada novo para os lingüistas que tratam das relações entre a tradição gramatical e a prática da língua vernacular. Vejamos o depoimento de um professor capaz de apontar o que falta para o falante aprender para produzir uma relativa padrão. Esse professor aceitou o resumptivo “sua” (da qual...sua), no enunciado 9, e reproduziu as outras frases seguindo as prescrições da escrita culta.

“De uma certa forma, os erros cometidos não afetam radicalmente o significado das frases, só quem possui um certo conhecimento de gramática é que pode identificar as falhas, visto que os erros são imperceptíveis nas orações adjetivas. Parece que as orações adjetivas ajudam a esconder certas falhas dos falantes.”

(Depoimento de professor do curso de 2.º Grau)

Este depoimento nos remete a Mollica (1995), quando diz que “dentre os fenômenos variáveis da fala, há aqueles que são mais ‘audíveis’ que outros, isto é, mais perceptíveis pelo falante, mais salientes quanto ao grau de estigmatização social e mais ‘escolhidos’ pela tradição normativista para submeter-se à avaliação comumente adotada do tipo ‘certo/errado’”. Desviando-me do conteúdo ideológico contido em “erros” e “falhas”, aponto para duas passagens do depoimento acima, “os erros são imperceptíveis” e “as orações adjetivas ajudam a esconder certas falhas dos falantes”. De fato, mesmo os falantes cultos parecem se esquecer da preposição, tal a aceitabilidade da estratégia vernacular. É essa alta aceitabilidade que faz com que a estratégia cortadora passe despercebida pelos falantes, mas nem sempre para os filtros da prescrição gramatical. Por outro lado, o aprendizado da estratégia padrão não consiste apenas em se colocar um outro pronome relativo e uma preposição, como demonstraram pensar alguns participantes do experimento, como em

Xadrez é um jogo cujas as regras nunca pude aprender

Esses professores os quais a gente vai entrar em contato são novos ou

Este é um trabalho o qual me dediquei de corpo e alma.

É preciso que se tenha uma descrição das relativas capaz de trazer à luz as características das diferentes estratégias para que o falante possa transitar livremente entre elas, de acordo com a conveniência do momento em que fala.

5. Discussão

Vimos nestes dados em variação que, ao adquirir a relativa padrão, os alunos do 2º. grau desconsideram o fato de o antecedente ser [+ humano] e usam o relativo que em lugar de quem, conforme se usa na escrita culta. Se considerarmos que o relativo quem traz o traço semântico [+ humano] — desde o latim para masculino e desde o séc. III também para o feminino (Coutinho, 1972) —, é evidente que a marca morfológica desse

traço foi considerada irrelevante em 8 ocorrências (4 na série inicial e 4 na final), produzidas por 7 diferentes alunos. O que estaria fazendo com que um aluno da série final do 2.º grau escrever

(5.2.) A garota, apesar de ter vários amigos com que conversava,... (3ª série))

em vez de escrever

(5.2'.) A garota, apesar de ter vários amigos com **quem** conversava, ...

conforme lhe foi ensinado? Os dados nos mostraram como os alunos do ensino elementar produziram categoricamente um único pronome relativo para todos os casos de relativização na fala e quase categoricamente também na escrita. Os dados dos alunos do 2.º grau devem estar ainda sofrendo a interferência desse relativo.

Se considerarmos ainda que quem já foi usado com antecedente [- animado], como no exemplo de Camões, repetido abaixo,

"Mas aquela fatal necessidade,

De quem ninguém se exime dos humanos..."

(Camões, Lus., X, 54)

teremos de dizer que a flexão do pronome é também marca de Caso, que vem amalgamada com o traço semântico, o que se deduz do fato de ser o relativo um complemento de preposição, em função oblíqua. Nesse caso, no PB, esta flexão já teria sido perdida anteriormente, porque modernamente ninguém faz tal uso do quem.

Quanto à função exercida pelo correferente do relativo dentro da relativa, se "olhar para" for classificado como intransitivo seguido de adjunto adverbial, pode-se concluir que estes dados corroboram os do capítulo anterior: com esse verbo na relativa, a escolha recaiu sempre na estratégia padrão, pelas razões já expostas.

Embora o 2.º grau seja um curso relativamente avançado de língua materna, apenas na 3.ª série os alunos adotam a relativa padrão (0.82 de probabilidade vs. 0.38 na série inicial). Dentre os que a usam estão preferencialmente as garotas com 0.60 de probabilidade de escolher essa estratégia.

Os dados ainda apresentaram uma novidade: os alunos tentam escapar das construções relativas. E isso aconteceu principalmente na série final, justamente com os alunos que melhor conhecem a estratégia padrão. Uma entrevista com esses alunos poderia esclarecer os motivos desse procedimento de esquiva, mas isso se tornou impraticável devido ao tempo transcorrido. Como eles fizeram isso? Trocando verbos por sinônimos para mudar a regência do verbo da relativa ou mudando toda a sintaxe do período, para fazer desaparecer a preposição.

Os alunos mais inexperientes no uso da relativa padrão apresentaram casos de hipercorreção, usando preposição onde não deveriam, usando preposição inadequada, fato notado mesmo na redação de uns poucos professores que ensinam português nesse nível de escolaridade. Muitos alunos reescreveram o trecho “problemático” da frase, refletindo sua indecisão quanto à sintaxe da relativa.

E o que dizer dos professores, que, mesmo reconhecidamente conhecendo a regência dos nomes e verbos, apresentam comportamento semelhante ao dos alunos, usando estratégias de esquiva e reconhecendo como padrão estratégias da fala?

Para dar a real dimensão do problema, Castilho lança mão das palavras de três estudiosos do português, reproduzidas abaixo:

A. Houaiss (1960:73): “a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente o que é e como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva”.

C. Cunha (1964:23) sobre nossas gramáticas: “códigos de impedimento ao uso dos meios expressivos de que nos servimos na fala corrente”.

A. D. Rodrigues, por ocasião do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea (Coimbra, 1967), falando sobre o caráter arbitrário das normas gramaticais: “comumente, o mesmo professor que ensina essa gramática não consegue observá-la em sua própria fala”.

(Castilho, 1986, pp.3-4)

Enfim, no Brasil o padrão ideal da classe de prestígio não coincide com o real. Esses dados apontam para questões de ordem metodológica, próprias de línguas em que as diferenças entre a oralidade e a escrita são muito grandes. No caso das relativas, como já explicado em capítulos anteriores, é uma questão de estratégia: não se relativiza na fala um termo interno da oração, mas o seu correspondente topicalizado, que pode dispensar a preposição junto com o pronome relativo.

CAPÍTULO 6

AS RELATIVAS DO FALANTE CULTO

1. Introdução

A observação de dados orais e escritos produzidos por escolares da escola de 1.º grau, em comparação com os produzidos por informantes de nível universitário, levou à conclusão de que aqueles alunos usam categoricamente o tipo vernacular de estratégia de relativização quando falam: todas as orações são iniciadas pela partícula "que" e nunca aparece a preposição no início da oração, enquanto os adultos, profissionais ligados ao ensino, usam, também categoricamente, mas tanto na fala como na escrita, a estratégia padrão, com a preposição exigida pelo termo relativizado presente junto ao relativo, apresentando agora uma variedade de formas.

Esses fatos nos levaram a procurar no 2.º grau o aparecimento do uso produtivo das relativas em variação. De fato, esta é a fase do aprendizado da estratégia padrão para a grande maioria dos possíveis usuários. Embora essa variante tenha continuado pouco usada ainda nesse nível de escolaridade, a análise dos dados colhidos experimentalmente obteve achados interessantes: a aquisição da relativa padrão oferece dificuldades, com a presença de casos de autocorrekções ou tentativas de uso da estratégia que nem sempre são bem sucedidas, hesitações, erros na escolha das preposições e dos pronomes relativos. Além disso, os alunos procuram evitá-la ao máximo, substituindo as possíveis ocorrências de relativização de sintagmas preposicionais por outros recursos gramaticais.

Diante desses resultados, a pesquisa voltou-se exclusivamente para os falantes cultos. Para a análise dos dados da fala espontânea em variação, adotei como base os depoimentos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) em suas três modalidades: diálogos entre informante e documentador, diálogo entre dois informantes e elocuições formais. Os dados desse Projeto oferecem vantagens porque constituem um *corpus* com muitas horas de gravação da fala espontânea, com registro de aspectos extralingüísticos, como faixa etária dos informantes, tipos mais ou menos formais de entrevista, sexo de informantes de diferentes profissões. Esses informantes são todos de nível universitário.

2. A Fala Culta em Cinco Capitais Brasileiras

Os dados do *corpus* básico do Projeto NURC foram codificados para uma visão geral do que acontece com as relativas de sintagma preposicional nas regiões representadas por capitais de Estados: Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

As percentagens sobre o local de coleta dos dados, nesta tabela, mostraram que a distribuição dos falantes quanto ao uso da preposição é diferente em cada cidade.

Tabela 6.1: **Distribuição** por tipo de estratégia e por função do relativo em cinco cidades brasileiras - NURC.

Local	Padrão		Vernacular		Total	
	N	%	N	%	N	%
Porto Alegre	5	28	13	72	18	15%
Recife	9	69	4	31	13	11%
Rio de Janeiro	1	6	16	94	17	14%
Salvador	10	36	18	64	28	23%
São Paulo	18	38	29	62	47	38%
Total	43	35%	80	65%	123	100%

Os informantes que mais se utilizaram da estratégia padrão foram os de Recife (69%) e os que a usaram menos foram os do Rio de Janeiro (apenas 6%). Em ordem crescente de percentagem de uso da estratégia padrão, temos a seguinte ordem:

Recife > São Paulo > Salvador > Porto Alegre > Rio de Janeiro
69% 38% 36% 28% 6%

As percentagens indicam que os falantes de Recife, nesta amostra, mostraram-se bem mais conservadores na escolha da estratégia de relativização do que os das outras cidades, todas abaixo de 38% e os do Rio de Janeiro praticamente aboliram a preposição nas relativas, com apenas 6% de uso. Os informantes de São Paulo foram os que mais

produziram relativas (38%), mas isso não significou maior percentagem de uso da preposição: os paulistas ficaram na média de uso dessa estratégia, juntamente com os informantes de Salvador (38% e 36%, respectivamente). Os porto-alegrenses e os cariocas preferem a estratégia vernacular com percentagens 72% e 94%, isto é, foram os mais informais em sua fala. Esses resultados, embora ainda não submetidos a uma análise de peso relativo, já indicam que o local da entrevista pode ser um fator de diversidade na escolha pelos variáveis.

O fator Local da Entrevista foi testado juntamente com um grupo de fatores lingüísticos e extralingüísticos, mostrados a seguir, e depois, para fugir da análise apenas pelas percentagens, que pode distorcer os dados, o grupo todo foi submetido a uma análise pelas regras variáveis.

2.1. Função do pronome relativo dentro da oração relativa

Para que os dados codificados por função que apresentaram resultados categóricos (no caso 100% de ocorrência) pudessem ser submetidos a uma análise mais refinada, foram agrupadas as funções de objeto indireto e complemento adverbial, ambas com percentagens bem idênticas e ambos complementando verbos, e, em outro grupo, o genitivo e o complemento nominal, também com percentagens bem próximas e ambas complementando nomes. Sobre o genitivo temos de dizer que apresentou pouquíssimas ocorrências e sempre com o relativo cujo na forma padrão e sem preposição. O adjunto adverbial constituiu, por si só, um grupo bem diferente dos outros dois.

Tabela 6.2: **Distribuição** por tipo de estratégia e por função do relativo em cinco cidades brasileiras - NURC.

Função do pronome relativo	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
adjunto adverbial	35	49	37	51	72
objeto indireto	6	18	27	82	33
complemento nominal	2	11	16	89	18
Total	43	35	80	65	123

Na estratégia vernacular, a tabela mostra percentagens todas acima de 51%. O que mais chama a atenção nesta tabela é a marcada despreferência das outras funções pela estratégia padrão, com apenas 18% para o objeto indireto/complemento adverbial e 11% para o complemento nominal/genitivo. Destaquem-se o genitivo e o complemento adverbial, que não apareceram sequer uma vez com a preposição. O adjunto adverbial, ao que se vê aqui, parece usar indiferentemente ambas as construções (padrão: 49% e vernacular: 51%), mas, dentre todas as funções, é a que se destaca por se relativizar com a preposição mais que as outras.

Esta tabela mostra que o adjunto adverbial é a função mais freqüentemente relativizada. (72/123) e também, entre todas, a que mais usa preposição com o relativo (49%). Comparando-se este percentual à média percentual de estruturas com preposição (35%), vemos que, entre as funções, apenas o adjunto adverbial está acima dessa média.

Esse quadro pode levar a uma interpretação em termos de recuperabilidade da referência: os adjuntos adverbiais não são complementos de nenhum elemento da oração relativa; portanto, sua relação com a sentença, e em especial com o verbo, depende mais da preposição. Nota-se com clareza que, no que toca o uso das relativas, o adjunto adverbial tem comportamento diferente das outras funções, tanto pela freqüência mais alta de ocorrência como pelo seu uso também mais freqüente com a preposição. As outras funções são, em última análise, complementos de nomes e de verbos e, portanto, já previstas pela grade temática desses vocábulos, podem dispensar a preposição e ser recuperados na sentença relativa.

É preciso também explicitar que o cruzamento das tabelas de função do relativo com a de preposição requerida pela relativa mostra uma alta incidência da preposição em com o adjunto adverbial: em 68 ocorrências dessa preposição, 63 (93%) apareceram em adjuntos adverbiais. Desse total, porém, em 48% das vezes a preposição apareceu e em 52% não apareceu, isto é, a estratégia, neste último caso, era a vernacular.

2.2. Animacidade do antecedente

O traço semântico de animacidade do antecedente foi colocado para integrar o grupo de fatores na suposição de que o traço [+ animado] poderia favorecer a escolha da variante vernacular por conter uma informação adicional, que poderia ajudar na recuperação da referencialidade do termo relativizado sem preposição. O resultado da quantificação dos dados está distribuído desproporcionalmente, com pouquíssimos antecedentes [+ animados], apenas 9 em 123. Essas poucas ocorrências têm, como se previa, uma forte preferência pela relativa vernacular (89%), como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 6.3: **Distribuição** por tipo de estratégia e por animacidade do antecedente em cinco cidades brasileiras.

	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
Animacidade do antecedente					
[- animado]	42	37	72	63	114
[+ animado]	1	11	8	89	9
Total	43	35	80	65%	123

O antecedente [- animado], ao contrário, é mais usado com a relativa padrão (37% das ocorrências vs. 11% para [+ animado]) e constitui a maioria absoluta (42/43). Porém, é ainda assim bastante arriscado tirar uma conclusão com base nas percentagens deste grupo de fatores, dada a baixa incidência de antecedentes [+ animados], apenas 9 em 123.

2.3. Preposição do antecedente e preposição requerida pelo relativo

Como o antecedente, o pronome relativo e a categoria vazia (ou preenchida com um resumptivo) da relativa compartilham a mesma referência, foi incluído um fator para testar se o fato de uma preposição presente no antecedente estar também no termo a ser relativizado poderia favorecer o uso da estratégia vernacular, isto é, sem a preposição, já que esta se tornaria de certa forma fácil de ser recuperada pelo contexto sintático e semântico da construção. De fato, a variante vernacular foi mais usada quando as preposições eram iguais. Isso aconteceu em 73% das vezes. Assim, a hipótese de que a preposição que já apareceu no antecedente pode ser recuperada na relativa faz sentido.

Tabela 6.4: **Distribuição** por tipo de estratégia e por emprego da preposição em cinco cidades brasileiras.

	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
Prep. do antec. e do Q-					
iguais	9	26	26	74	35 (56%)
diferentes	14	50	14	50	28 (44%)
Total	23	37%	40	63%	63 (100%)

As diferenças de ocorrência em cada variante são consideráveis: na padrão, 26% para as preposições iguais contra 50% para as diferentes, sendo a média 37%; na vernacular, o contrário: 74% para preposições iguais contra 50% para as diferentes, com a média em 63%. As percentagens indicam que esse fator pode estar influenciando na escolha do falante.

Com preposições diferentes, a distribuição de uso das duas estratégias foi a mesma (50%).

Observe-se que há uma diferença entre o Total desta tabela (N: 63) e o das anteriores (N: 123), que se deve ao fato de que, em muitos casos, os antecedentes serem sintagmas preposicionais.

2.4. Preposição requerida pelo pronome relativo

Seguindo a mesma linha de explicação para a ausência da preposição na relativa de PP, ou seja, através da sua recuperação pelo contexto morfossintático e semântico da estratégia, foi testado o fator Preposição Requerida pelo Pronome Relativo. Das preposições que eram requeridas pelo contexto de relativização apenas as ditas “fortes” (sobre, para,...) se mostraram favoráveis a aparecer com o relativo. Supõe-se que, se ela se perder, perde-se, é óbvio, seu conteúdo lexical.

Tabela 6.5: **Distribuição** por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo

Prep. do pronome relativo	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
em	30	44	38	56	68
de	3	13	20	87	23
a	5	29	12	71	17
com	2	25	6	75	8
sobre, para	3	75	1	25	4
casos ambíguos			3		3
Total	43	35	80	65	123

As preposições a, com e de são candidatas a condicionar a escolha pela estratégia não-padrão com altas percentagens: 71%, 75% e 87%, respectivamente. A preposição em tem um comportamento diferente das demais. Embora também ocorrendo com a relativa sem preposição (56%), um pouco abaixo da média (65%), ela teve uma percentagem relativamente alta de ocorrência na estratégia padrão: 44%, isto é, bem acima das outras três (a, com e de) e acima da média (35%). Como explicar o fato, se estamos dividindo as preposições em “fortes” e “fracas” e se as quatro podem ser consideradas como “fracas”? Isso tem a ver com a alta incidência dessa preposição com a função de adjunto adverbial, como foi comentado anteriormente. O cruzamento de tabelas mostra que com esse adjunto a preposição em é bastante recorrente. Como essa é a função de mais alta incidência na estratégia padrão, fica também explicada a alta incidência da preposição em nessa estratégia (68 em 123). Ao que parece, a função (de laços sintáticos menos fortes) do termo tem necessidade de manter na relativa a preposição, e o fato de esta ser ou não “fraca” deixou de ser relevante no caso do em.

2.5. Tipo de inquérito

Dentre os Tipos de Inquérito, um deles por sua natureza é mais formal do que os outros: as elocuições formais, constituídas por palestras e aulas para ouvintes universitários. A tabela abaixo mostra a distribuição geral das relativas de PP pelos Tipos de Inquérito.

Tabela 6.6: **Distribuição** por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo

Tipo de inquérito	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
Diálogo entre 2 Informantes	7	35	13	65	20
Diálogo entre Inf. e Doc.	18	25	53	75	71
Elocução Formal	18	56	14	44	32
Total	43	35%	80	65%	123

O efeito do Tipo de Inquérito mostrou-se marcante, com a fala informal (Diálogo entre Dois Informantes e Diálogo entre Informante e Documentador) restringindo o uso da preposição (35% e 25%, respectivamente de uso da preposição) e as Elocuições Formais apresentando uma percentagem mais alta da forma padrão (56%).

2.6. Sexo do Informante

O fator Sexo do Informante trouxe percentagens diferentes para homens e mulheres.

Tabela 6.7: **Distribuição** por tipo de estratégia e por sexo do informante

Sexo do Informante	Padrão		Vernacular		Total
		%		%	
masculino	18	46	21	54	39
feminino	25	30	59	70	84
Total	43	35%	80	65%	123

As mulheres usaram mais a relativa sem preposição, com uma percentagem de 70%, mas os homens também usaram mais a estratégia sem preposição (54%). Quanto à estratégia padrão, os homens demonstraram uma inclinação maior, com 46% de uso da preposição, enquanto as mulheres apresentaram apenas 30%. Esse resultado contraria os do 2.º grau, em que as garotas se mostraram mais atentas à forma padrão.

Temos de considerar ainda que as mulheres produziram muito mais relativas de sintagma preposicional do que os homens (84 das 123) e nem por isso a preposição apareceu mais em sua fala. As percentagens realmente mostram uma distribuição geral dos dados, mas esses resultados não são conclusivos e precisam ser apurados, refinados, para que se tenha um quadro mais confiável da influência desse fator.

Não foram incluídos neste grupo os fatores com itens categóricos, como tipo de pronome relativo, que variam apenas na relativa padrão; presença de pronome lembrete, que é mínima nas relativas de PP (apenas 3 casos) e a presença de hipercorreções e mesmo erros na sentença, que ocorrem quando o falante quer produzir uma relativa padrão. Através desses recursos, podemos perceber a mudança de um estilo para o outro.

A observação de um exemplo de reorganização da sentença, ou hesitação, mostra que em cada fase do processo de elaboração da relativa o informante usa uma estratégia:

(6.1) a. Exatamente aquele outro que tem que há em que há uma concordância, então a gente tira retalhos.

O falante iniciou automaticamente a sentença com a estratégia vernacular: sem preposição do complemento nominal de "concordância". Mas, consciente depois da formalidade da situação, reorganiza a estrutura e produz a construção padrão. Mas isso não foi feito sem problemas. Na primeira tentativa, o resultado ficou híbrido ("que há"), com a partícula introdutora da relativa vernacular e um verbo da língua padrão. Depois disso, ela percebe a "falha" e faz a escolha que deveria ter feito desde o início, pelo que parece: move para o início da sentença todo o complemento nominal em forma de relativo preposicionado e atinge seu objetivo ("em que há"):

(6.1') ...aquele outro_i [CP em que_i [IP há concordância (_{pp} t_i)]] a gente tira retalhos



O falante pode levar a cabo a construção da relativa padrão porque "sabia como" fazer isso. Este tipo de variação depende de aprendizado.

A aquisição consciente da estratégia pode produzir, por exemplo, um erro na escolha do pronome relativo, como em (6.2.), onde o falante tenta introduzir na relativa um pronome "de prestígio", cujo, como em (a), ou uma preposição com o qual, como em (b), mas o faz para relativizar a posição de objeto, que não aceita cujo nem preposição:

(6.2.) a)*...presa a esse tecido conjuntivo... cujo tecido se prende à clavícula

b) *...tomando como ponto de referência aquele plano da qual nós vimos antes: a traquéia.

As hipóteses dos falantes sobre a construção preposicionada estão transparentes nessas hipercorreções: para usar a variante padrão é necessário ter uma lista maior de

relativos e também usar uma preposição. Apesar das falhas de construção, vê-se que um objetivo de valor social foi almejado (e talvez conseguido, se o interlocutor não for escolarizado): a transmissão do sentido de prestígio social da variante e, por consequência, do falante.

2.7. Análise pelas regras variáveis

Os resultados, vejamos a análise pelas regras variáveis, que estão na Tabela 6.8:

O programa de regras variáveis selecionou tanto fatores de ordem gramatical como de ordem social. Entre os primeiros, foram selecionados os fatores Função Relativizada e Preposição Requerida pelo Antecedente e pelo Relativo. Vejamos os gráficos que representam as probabilidades de ocorrência:

Os resultados desta tabela dizem que a probabilidade de os falantes escolherem a estratégia padrão, isto é, com a preposição, é mais alta quando a função relativizada é um adjunto adverbial (*Range*: 0.78).

Quanto à preposição do antecedente e do termo relativizado, o resultado mostra que, se as preposições do antecedente e do relativo forem diferentes, a probabilidade de se usar a relativa padrão é maior.

Tabela 6.8: **Análise das Regras Variáveis** da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de pronome relativo com preposição em contexto de PP - NURC: cinco capitais brasileiras.

<i>Corrected Mean:</i>	.191	<i>Log Likelihood:</i>	- 49.818
Total.	123	Significância.	0.012
Fatores selecionados			
Função relativizada		Probabilidade	
Adjunto adverbial	0.81	35/72	(49%)
Compl. Verbal (OI, C. Adv.)	0.22	6/33	(18%)
Compl. Nominal (CN, Adj. Adn.)	0.03	2/18	(11%)
		<i>Range: 78</i>	
Prep. requerida (Antec. e Q-)		N: 63	
Diferente	0.75	14/28	(57%)
Igual	0.29	9/35	(26%)
		<i>Range: 46</i>	
Local da entrevista		N: 123	
Recife	0.97	9/13	(69%)
Salvador	0.64	10/28	(36%)
Porto Alegre	0.41	5/18	(28%)
São Paulo	0.38	18/47	(38%)
Rio de Janeiro	0.18	1/17	(6%)
		<i>Range: 79</i>	
Tipo de Inquérito		N: 123	
Elocução Formal	0.76	18/32	(56%)
Diálogo entre Dois Informantes	0.67	7/20	(35%)
Diálogo entre Inf. e Doc.	0.32	18/71	(25%)
		<i>Range: 44</i>	
Fatores não selecionados:			
	Animacidade do antecedente		
	Preposição do pronome relativo		
	Preposição do antecedente e do relativo		
	Sexo		

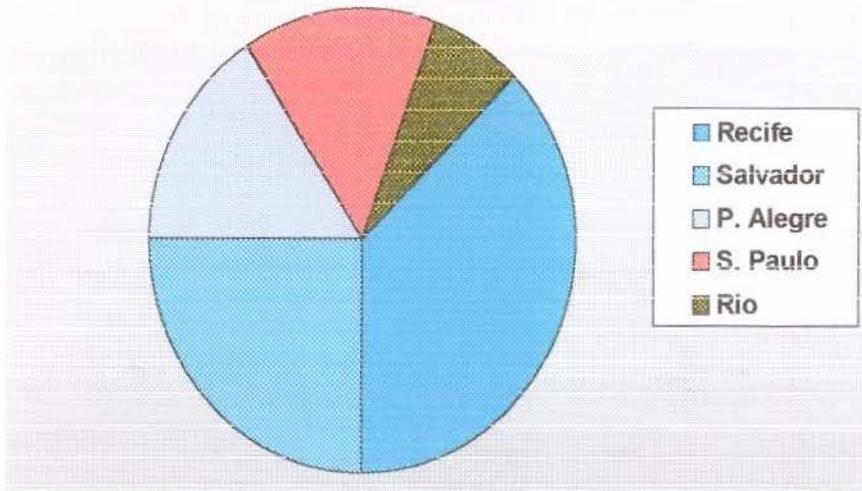
Entre os fatores sociais, foi selecionados como o mais favorecedor do uso da preposição (*Range: 79*) o local da entrevista. Pelas percentagens vimos que a ordem crescente de uso era

Recife > São Paulo > Salvador > Porto Alegre > Rio de Janeiro.

A análise pelas regras variáveis, no entanto, alterou essa ordem para

Recife > Salvador > Porto Alegre > São Paulo > Rio de Janeiro.

Gráfico 6.1 - Probabilidade de uso da relativa padrão em 5 cidades brasileiras



A posição de São Paulo se modificou: do segundo para o quarto lugar na hierarquia. Isso se deve ao fator Preposição do Pronome Relativo: os falantes de São Paulo empregaram mais as preposições a e de, com percentagens altas de aparecimento com a estratégia vernacular) respectivamente, 83% e 86%). Além disso, os falantes de Porto Alegre e de Salvador usaram mais que os paulistas a preposição em na estratégia padrão (respectivamente 63% e 45% vs. 41%). A preposição em, como vimos na Tabela 6.5, foi a única empregada acima da média na estratégia padrão.

Os informantes com maior probabilidade de usar a estratégia com preposição são os de Recife e Salvador. Os de Porto Alegre apresentaram 0,41, abaixo de 50%. Os de São Paulo e Rio de Janeiro demonstraram pouca probabilidade de usar essa estratégia.

Esses dados sobre o local em que as entrevistas foram gravadas são interessantes, porque mostram um contraste não entre cidades, mas entre a região Nordeste, de um lado (Recife e Salvador) e as regiões Sul e Sudeste (as outras três). É preciso dizer, no entanto, que a questão regional carece de um estudo com um corpo maior de dados para avaliar as possíveis diferenças de uso das relativas.

O Tipo de Inquérito também aparece como um fator importante, com *Range* 0,44. Embora todos sejam falantes cultos, usam mais a preposição em situação formal, o

que confere um valor social à variante padrão, sem contudo, estigmatizar a outra, a vernacular, já que ela é usada mesmo em palestras e aulas.

O programa não selecionou fatores linguísticos como: animacidade do antecedente, tipo de preposição do termo relativizado ou preposição do antecedente e do relativo. Tampouco selecionou Sexo do Informante. Na verdade, o cruzamento das tabelas de sexo com tipo de inquérito revelou um fato importante: nas elocuições formais, apenas mulheres foram selecionadas para compor esse *corpus* básico, não havia homens, que, pelas percentagens eram os que mais empregam a estratégia padrão

Devido à relevância do fator Local da Entrevista, nestes dados, em que ficou demonstrado que cada região tem uma probabilidade diferente de usar a estratégia padrão, e por objetivar uma análise englobando os dados do NURC e os dos escolares de escolas paulistas, no item a seguir tratarei especificamente dos dados de São Paulo⁴⁴. Este *corpus*, além de um número bem maior de entrevistas, também oferece os fatores Idade e Profissão do Informante.

3. A FALA CULTA EM SÃO PAULO⁴⁵

Esta amostra de dados compõe-se de 21 Inquéritos⁴⁶:

- a) Elocução Formal: 6 Inquéritos representado por aulas e palestras de ambos os sexos (três de cada), 5 com professores universitários e um com professora secundária;
- b) Entrevista: 9 entrevistas, com duração de 40 a 65 minutos cada, com 5 homens e 4 mulheres, de profissões diversas: 3 professores, 2 advogados, 1 nutricionista, 1 economista e 1 bibliotecária e 1 publicitário. A duração média de cada entrevista é de 40 a 50 minutos. Os documentadores foram deixados de lado por não termos informações sobre eles.

44. São Paulo é “a maior cidade de língua portuguesa do mundo” (A Linguagem Falada Culta de São Paulo. Vol. I, p.7).

45. Uma versão parcial desta parte foi publicada em Kato, *et alii* (1996).

46. Foram utilizados os três volumes da série sobre a cidade de São Paulo *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*

c) Diálogo entre Dois Informantes compõe-se de um bloco de 6 diálogos de aproximadamente 80 minutos cada entre 12 informantes, homens e mulheres também de diferentes profissões e idades.

Os fatores mais importantes testados no *corpus* básico do NURC foram usados para a codificação dos dados específicos de São Paulo. A faixa etária dos informantes (25-35 anos, 36-55, mais de 55) e sua profissão, também disponíveis nas transcrições foram acrescentadas, assim como o fator Tipo de Pronome Relativo, este apenas para fins de distribuição. As profissões foram classificadas em três categorias, seguindo o espírito do texto de Sankoff & Laberge. (1978), *The linguistic market and the statistical explanation of variability*. Segundo esses autores, a atividade econômica do falante exerce influência sobre sua competência na língua legitimada (ou culta, padrão). Para testar esse fator, embora consciente de não ter as condições ideais para seguir os critérios adotados no estudo desses pesquisadores,⁴⁷ resolvi fazer o melhor uso possível do material que tinha em mãos e optei por classificar os profissionais em três grandes grupos: 1) advogado, professor, escriturário, aqueles para quem o domínio da língua padrão é extremamente importante; 2) jornalista, publicitário (que escrevem para a população em geral), vendedor, aqueles para quem falar essa língua é relativamente importante; 3) psicólogo, engenheiro, estatístico, economista, bibliotecário e nutricionista, que não dependem tanto dessa língua para sobreviver no mercado lingüístico.

47. Em seu estudo, os autores valeram-se das intuições ou reações subjetivas dos indivíduos que participam da vida diária da comunidade", ou seja, de um grupo de "juizes", responsáveis pela elaboração de uma classificação dos falantes, feita após análise da história da vida sócio-econômica dos falantes.

3.1. Distribuição dos fatores

A distribuição dos fatores por tipo de estratégia de relativa dos falantes cultos de São Paulo está na Tabela 6.9.

Nesta amostra, a percentagem total de uso da preposição foi de 55%, ou seja, 140 em 255 casos. O adjunto adverbial tem um comportamento diferente das outras funções: ele é mais usado que as demais funções, 72% do total. As outras têm baixíssima incidência (17% ou menos). Adjunto adverbial, genitivo e complemento nominal apresentaram percentagens semelhantes de relativa com preposição (61%, 63% e 63%). Em vista dos resultados anteriores, estranhamente esse fator parece não tem relevância.

O rol de pronomes relativos é diferente para ambas as estratégias: sem preposição apareceu apenas que; com a estratégia padrão, além desse pronome, apareceram também o qual, cujo e quem. A alta incidência de adjuntos adverbiais, as percentagens semelhantes entre essa função e outras, a ocorrência categórica dos relativos diferentes de que, estes são elementos da análise por percentagens, úteis quando se quer apenas uma distribuição dos dados. Dados categóricos são excluídos em análise pelas regras variáveis e percentagens não representam probabilidade de uso.

Tabela 6.9: **Distribuição** das ocorrências de relativas de PP em estratégias padrão e vernacular -NURC- São Paulo.

Grupos de Fatores	Padrão		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
Função do pronome relativo					
adjunto adverbial	112	61	71	39	183
objeto indireto	12	28	31	72	43
genitivo	10	63	6	38	16
complemento nominal	5	63	3	38	8
complemento adverbial	1	20	4	80	5
Funções do Ant. e do Q-					
Diferentes	92	58	67	42	159
Iguais	48	50	48	50	96
Tipo de pronome relativo					
que	95	45	115	55	210
o qual	33	100	-	-	33
cujo	9	100	-	-	9
quem	3	100	-	-	3
Preps. do antec. e do Q-					N: 124
Iguais	40	48	43	52	83
Diferentes	25	61	16	39	41
Sexo					
masculino	87	57	65	43	152
feminino	53	51	50	49	103
Faixa etária					
25-35	36	40	54	60	90
36-55	54	53	48	47	102
mais de 55	50	79	13	21	63
Profissão					
Tipo 1	112	68	53	32	165
Tipo 2	15	45	18	55	33
Tipo 3	13	23	44	77	57
Tipo de inquérito					
Diálogo	41	42	56	58	97
Elocução Formal	66	80	17	20	83
Entrevista	33	44	42	56	75
Total	140	55%	115	45%	255

Quanto ao sexo do informante ambos preferiram a estratégia padrão, como se vê pelas percentagens acima de 50%. Nota-se também um emprego maior de relativas (152/255) por parte dos homens, que se mostraram um pouco mais propensos a usar a variante padrão. O cruzamento das tabelas de sexo com profissão acusa uma concentração bem maior de ocorrências de relativa padrão produzidas por homens com profissão do tipo 1, as que mais dependem da linguagem para ser exercidas: advogado, professor, escriturário (73% vs. 39%).

As percentagens de uso da estratégia padrão conforme as preposições do antecedente e do relativo sejam iguais ou diferentes levam a crer que esse fator pode estar influenciando na escolha da variante (61%, se forem diferentes, e 48%, se forem iguais).

A classificação em faixa etária colocou os mais velhos com a maior percentagem de uso da relativa padrão: 83%. Como o Inquérito formal detém a grande maioria das relativas com preposição, 79%, e esse tipo de estratégia é a defendida pela educação formal, podemos dizer que os mais velhos são os mais formais, mais conservadores.

A classificação dos dados por profissão parece bastante reveladora, porque as profissões do tipo 1, além apresentarem percentagens mais altas para a forma padrão (68% vs. 45 e 23%), ainda mostra que, por força do trabalho, esses informantes produzem mais relativas de PP, bastante escassas nos informantes como um todo. Eles produziram 65% do total, enquanto os outros dois tipos produziram bem menos.

A próxima etapa do estudo vai submeter essa distribuição à análise pelas regras variáveis, para a seleção e hierarquização dos fatores que estão favorecendo o uso da preposição na relativa.

3.2. Análise pelas regras variáveis

A Tabela 6.10. mostra o resultado da análise desses dados pelas regras variáveis:

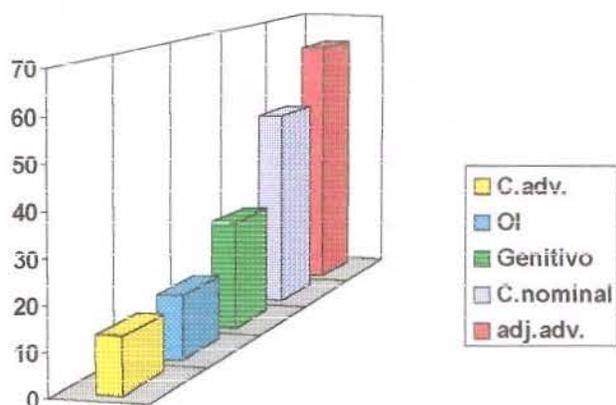
Tabela 6.10: **Análise das Regras Variáveis** da contribuição dos fatores selecionados como significantes à probabilidade de ocorrência de relativa padrão. NURC - São Paulo.

Corrected Mean: .0573 Total: 255	Log Likelihood: Significância: 0.042	124.808
Fatores selecionados	Probabilidade	N
Função relativizada da relativa		
Adjunto adverbial	0.63	183 (61%)
Complemento Nominal	0.48	8 (63%)
Genitivo	0.26	16 (63%)
Objeto indireto	0.15	43 (28%)
Complemente adverbial	0.13	5 (20%)
	<i>Range: 50</i>	
Funções do Ant. e do Q-		
Diferentes	0.57	159 (58%)
Iguais	0.39	96 (50%)
	<i>Range: 31</i>	
Faixa Etária		
mais de 56 anos	0.85	63 (79%)
36-55	0.35	102 (53%)
25-35	0.38	90 (40%)
	<i>Range: 47</i>	
Profissão		
Advogado, professor,...	0.63	165 (68%)
Jornalista, vendedor, publicitário...	0.40	33 (45%)
Psicólogo, engenheiro, nutricionista	0.21	57 (23%)
	<i>Range: 40</i>	
Sexo		
Masculino	0.60	152 (57%)
Feminino	0.36	103 (51%)
	<i>Range: 34</i>	
Tipo de Inquérito		
Elocução Formal	0.66	83 (80%)
Entrevista	0.45	75 (44%)
Diálogo entre Informantes	0.39	97 (42%)
	<i>Range: 27</i>	

Fatores não selecionados: Preposições do antecedente e pronome relativo.

O fator Função do Relativo continua importantíssimo com *Range*: 50, considerado pelo programa como o mais importante dos fatores.

Gráfico 6.2 - Probabilidade de ocorrência de relativa padrão por função - São Paulo



O grau menor de uso da preposição se reflete nas funções de complemento adverbial (0.13) e o genitivo, representado na estratégia padrão pelo “cujo” (e não pela preposição) não é uma função que favoreça a escolha do falante por essa estratégia. O cruzamento de tabelas mostrou que apareceram 10 casos de genitivo com “cujo”, que foram computados por pertencer, como a preposição, à estratégia padrão, como em

(6.3.) “num filme produzido em apenas dezoito dias [...]e cujo título mais uma vez...era todo um programa”.

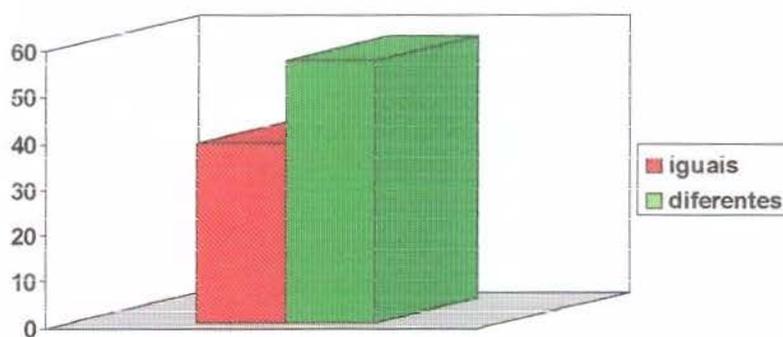
Algo mais deve ser dito sobre o complemento nominal. O cruzamento de tabelas mostrou que o relativo o qual, que aparece muito com as preposições fortes, aparece também com o complemento nominal, como em

(6.4.) “acrescentaria apenas a ess...e esta série de filmes dentro da mesma linha...ahn...os bons filmes policiais...PELOS QUAIS eu tenho assim DESde a minha...QUAse minha meninice...uma paixão muito grande”.

As preposições fortes e os pronomes o qual, quem e cujos são, praticamente, uma marca registrada da estratégia padrão, com ocorrência categórica. Esse conjunto talvez conduza a uma explicação para a probabilidade mais alta mostrada pelo complemento nominal (0.48). De todo modo, ainda permanece a oposição entre adjunto adverbial vs. outras funções.

Diferentemente da análise anterior, nos dados de São Paulo não importa ao falante se a Preposição do Antecedente e do Relativo são iguais ou diferentes no momento de optar pelo uso da preposição. O que importou mais foi o fato de o antecedente ter função diferente do termo da relativa a ser relativizado.

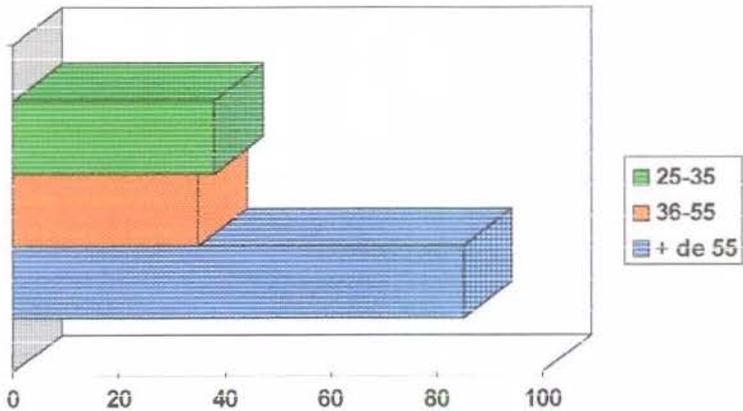
Gráfico 6.3 - Probabilidade de ocorrência de relativa padrão de acordo com as funções do antecedente e do relativo - SP



Se as funções são diferentes, o falante tem de usar mais sua reflexão sobre a estratégia, o que significa um monitoramento maior da fala.

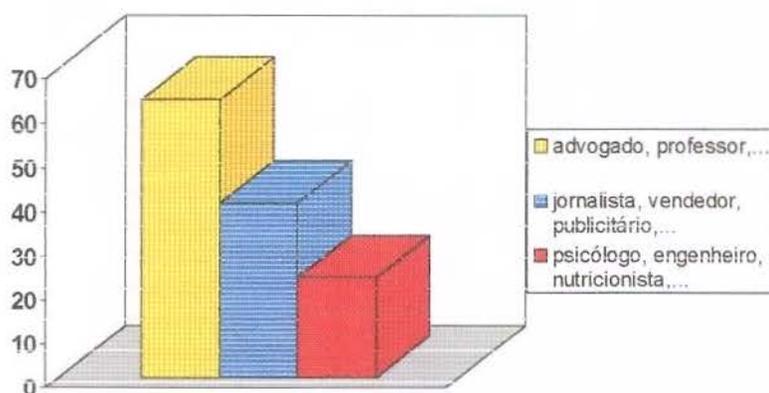
A classificação dos falantes por faixa etária demonstrou que, de fato, os mais velhos são mais conservadores, o que significa aqui usar a preposição (ou o relativo “cujo”), seguir a estratégia padrão. Faixa Etária revelou-se um forte fator extralingüístico (*Range*: 0.47). A seleção deste fator, juntamente com o fator Tipo de Entrevista, mostra que os mais jovens são menos formais e, portanto, usam menos a estratégia padrão.

Gráfico 6.4 - Probabilidade de ocorrência de relativa padrão por faixa etária - SP



O segundo fator extralingüístico mais importante destes dados é a profissão do falante, com *Range* 40. Embora todos sejam cultos, isto é, altamente escolarizados, quem mais precisa da língua padrão para sobreviver é, via de regra, quem mais precisa dominar suas estruturas de prestígio.

Gráfico 6.5 - Probabilidade de ocorrência de relativa padrão de acordo com a profissão - SP



O Sexo do Informante continua atuando (*Range*: 34), com os homens usando bem mais a preposição, com a probabilidade de 0.60, do que as mulheres, com 0.36. Nestas duas amostras do Projeto NURC, as mulheres definitivamente preferem a relativa sem preposição, a vernacular. Como explicar esses resultados? Eles confirmam os dados do *corpus* básico desse projeto, que contém informantes de cinco regiões brasileiras, no qual as mulheres, mesmo nas elocuições formais, preferem a estratégia vernacular. Acontece que o fator sexo reflete os efeitos de complexa prática social; por isso, não tem efeito uniforme sobre diferentes variáveis (Eckert, 1990). Os homens desta amostra demonstram que sofreram mais a ação da escola e das forças sociais que aconselham o uso da preposição como sinal de prestígio.

Comparando os resultados de São Paulo com os das cinco cidades, podemos ver que são coerentes: não há contradição em nenhum ponto. Recordemos que São Paulo ficou em quarto lugar na escala decrescente de probabilidade de uso da preposição, depois de Recife, com 38% de relativas preposicionadas. Neste *corpus* de falantes cultos específico de São Paulo, agora bem mais amplo que o anterior, com 21 entrevistas, a incidência de preposição na relativa foi maior, de 55%. Acredito que esse aumento de estratégia padrão se deva principalmente ao fato de as Entrevistas Formais do NURC-SP terem sido feitas com professores universitários em número igual de homens e mulheres, enquanto na amostra anterior só havia mulheres, que, segundo nossos próprios resultados, têm preferido, nestes dados, a estratégia vernacular.

Conclui-se, então, que as duas tabelas de probabilidades (Tabela 6.8 e Tabela 6.10) se encaixam bem, o que traz maior credibilidade aos resultados. Da mesma forma, acredito que análises complementares com dados específicos das outras regiões, representadas pelas outras quatro cidades, são necessários. Não é possível, entretanto, ignorar a diferença de probabilidades entre Recife (0.97) e Rio de Janeiro (0.18). Deve haver uma diferença em termos regionais, pelo menos.

4. Discussão

Na seção dedicada aos escolares, vimos que os estudantes de 1.º grau até a 6.ª série usaram categoricamente a relativa sem preposição e somente aí apareceram os primeiros casos de relativa padrão. Os adultos, por sua vez, produziram apenas um tipo de relativa de sintagma preposicional, a padrão. Para reforçar a importância da função do termo relativizado, lembramos que nos dois primeiros casos desse tipo de oração a função relativizada era a de adjunto adverbial. Como vimos nas duas análises variacionistas, essa função realmente favorece o uso da preposição, em oposição a todas as outras. A explicação que damos para isso é o fato de que adjuntos adverbiais não são subcategorizados por elementos da oração relativa. Como é uma função marginal, a

recuperação do sentido nos casos de presença de elementos nulos torna-se mais difícil e a falta da preposição produz mais ambigüidade. Quando o falante aprende o movimento da relativa padrão, sempre que a função relativizada for um sintagma preposicional, ele às vezes tem de escolher entre deixar a sentença ambígua e usar a relativa vernacular, se a situação não for considerada suficientemente formal, ou usar a preposição, se a situação assim o exigir. Se for este o caso, há ainda a questão da maestria em fazer o movimento mais longo de relativização, o de dentro da relativa. Como a estratégia é aprendida na escola, muitas vezes o resultado é o surgimento de hipercorreção, de uma série de tentativas, como vimos anteriormente, ou mesmo erros na escolha da preposição ou do pronome relativo. Como o pronome relativo praticamente único da estratégia vernacular é o que, as outras formas desse pronome também têm de ser aprendidas, e realmente elas aparecem na fala culta.

Numa visão bem geral de todas os níveis de escolaridade e dos dados do NURC, podemos concluir que, no dia-a-dia, o que vemos são dois tipos de falantes: os menos escolarizados, que sempre constroem a relativa sem a preposição, e os mais escolarizados, que, por terem aprendido a estratégia padrão, apresentam uma variação nas construções, ora usando ora não usando a preposição, dependendo dos seus propósitos de se mostrar mais ou menos formal, da função a ser relativizada, da função do antecedente, e ainda dependendo do sexo do falante.

Os resultados sobre a faixa etária, juntamente com a Tipo de Entrevista, apontam para uma despreferência pela estratégia padrão das relativas por parte dos mais jovens, que também são mais informais. Com relação a esse aspecto da questão, é preciso considerar também a possibilidade de que, nas relações entre dialeto padrão e forma vernacular da língua, entra um componente ideológico forte, apenas superado quando o dominado constrói sua própria ideologia, questionando os instrumentos de ascensão social (Rossi, 1980). Pode estar acontecendo que, a “invisibilidade” da preposição, segundo o ponto de vista de Mollica (1995), esteja se expandindo entre os mais jovens dos escolarizados, que o estigma contra a construção vernacular esteja diminuindo, com o advento de uma consciência do português do Brasil diferente do europeu. A 500 anos do Descobrimento do Brasil, os brasileiros ligados às letras, como J. Guimarães Rosa,

estão defendendo uma língua brasileira que tem “a vantagem de que seu desenvolvimento ainda não se deteve (...) e, apesar disso, já é incalculável o enriquecimento do português do Brasil, por razões etnológicas e antropológicas” (Rosa, 1994).

O fator **Sexo** revelou que as mulheres da amostra tiveram uma preferência pela estratégia vernacular. Como esse fator está sempre ligado aos fatores de ordem social e como, segundo Eckert (1990), sexo deve ser enquadrado na categoria mais ampla de gênero, uma explicação para esse resultado estaria nas atividades exercidas pelas mulheres das amostras. Ao cruzarmos as tabelas de sexo e profissão, podemos notar que as atividades das mulheres estão distribuídas pelos três tipos de profissão (1= 25%, 2= 40% e 3= 38%) no sentido de preencher mais os dois últimos, menos exigentes quanto ao emprego da norma prescritiva. Quanto aos homens, exercem principalmente as profissões dos tipos 1 e 2 (1= 65%, 2= 62% e 3= 25%). Isso talvez explique por que os homens são mais formais na fala.

Podemos também buscar uma explicação em Labov (1991), embora, digo de antemão, estejamos aqui defendendo a idéia de que ambas as estratégias de relativização pertencem à mesma gramática. Uma análise multivariada de dados do Projeto de Filadélfia em Mudança Lingüística e Variação (*Philadelphia Project on Linguistic Change and Variation*) indica que, em todas as classes sociais, o aprendizado da linguagem leva a uma aceleração inicial de mudanças das mulheres dominadas e a um retardamento das mudanças dos homens dominados. As informantes do Projeto NURC, de classe social média ou alta, juntamente com os mais jovens, como mostram os dados de faixa etária, devem estar viabilizando uma alteração no uso da estratégia padrão, no sentido de reduzir os ambientes em que ela pode ocorrer.

Quanto ao fator Profissão, pode-se, com estes dados, afirmar que o “mercado lingüístico” determina bastante o destino da estratégia aprendida na escola ou, em outras palavras, se o indivíduo precisa dela para ter sucesso no trabalho, é bem provável que vai usá-la. Nas profissões em que a atividade econômica do falante não a exige, vigora a forma vernacular.

Apesar de estes falantes terem, no mínimo, quinze anos de escolaridade, há uma dificuldade de domínio da técnica para quem está aprendendo a usar a preposição nas

relativas: aprender a usar essa partícula preposicionada, que não pertence à língua vernacular, não é algo tão simples como pode parecer. Não se trata apenas de colocar ou não a preposição, como se vê nos exemplos (6.5.) abaixo, em que o falante realmente coloca a preposição, mas manifesta hipóteses falhas quanto ao que deveria estar fazendo:

- (6.5.) (a) ...valorizar...o espetáculo que está do qual ele está participando
(b)...trouxe um cineasta de Cataguazes...Humberto Mauro...ahn que cujo nome estava...ahn ficando muito conhecido
(c)...essa é a nossa preocupação...hoje...[tosse] razões ou motivo pelas quais as pessoas...éh::demandam...moeda
(d)...é a principal razão...pelos quais...todos nós agora temos um certo montante de dinheiro no bolso...certo?
(e)...temos um padrão de (=em) que:: os indivíduos ... éh::baixo ansiosos...realizam as continhas sempre no mesmo sentido

Em (a-b), presenciamos uma flagrante troca de estratégia: o falante inicia a relativa apenas com que e depois, consciente agora da situação, recomeça do jeito que considerou mais adequado: com preposição, em (a), e com cujo, em (b). A forma espontânea como isso acontece demonstra quão natural para o falante brasileiro é a relativa de PP sem preposição e apenas com o relativo que.

Em (c-d), o problema está na concordância: o qual está sujeito à concordância em gênero e número com o antecedente, mas este falante ainda não se havia dado conta disso e repetiu o erro várias vezes e não foi o único a fazer isso na amostra.

Em (e), devido talvez à distância entre a posição relativizada e o pronome relativo, o falante perdeu o controle de qual preposição deveria usar e colocou de onde deveria colocar em.

Na verdade, os falantes, pelo menos os adultos cultos, sabem perfeitamente usar as preposições nas sentenças comuns. A dificuldade, nas relativas, parece estar no movimento para Comp, que tem de ser aprendido, consciente.

CAPÍTULO 7

RELATIVAS DE SUJEITO E DE OBJETO

1. Relativa de sujeito

1.1. Propostas de representação

A representação das relativas de sujeito e OD constitui um autêntico problema quando se quer propor uma estrutura para as relativas do português falado no Brasil. Quando se relativiza um termo preposicionado, a presença da preposição à esquerda do pronome relativo é a marca visível da ocorrência de estratégia padrão. Sua ausência em contexto de PP, por outro lado, caracteriza uma estratégia vernacular. Tanto os estudos teóricos como os empíricos podem girar em torno da preposição. Quando ela não está prevista, a sentença se apresenta inexoravelmente ambígua entre as duas estratégias. Tarallo (1983/86) assume para essas relativas (“gap leaving”) a mesma análise proposta para a sua relativa cortadora, isto é, são ambas introduzidas pelo complementizador que e apresentam um vazio (“gap”) internamente. Parece-nos que essa questão deve ser olhada mais de perto e, para isso, vamos nos reportar, antes, a Soriano (1989).

Soriano (1989) mostra que a presença de pronomes fortes como argumentos externos do verbo em línguas de sujeito nulo é um caso de duplicação de pronome. Adotando uma versão do Princípio “Evite Pronome”, defende a idéia de que pro é obrigatório quando licenciado por Agr (e pelo clítico, no caso do objeto) e plenamente identificado inclusive por outros elementos da sentença e do discurso. Segundo ela, se é possível haver, ao lado das sentenças (a), as sentenças (b), abaixo, em línguas como o espanhol e o italiano, o que temos não é alternância pro/pronome forte, mas uma duplicação em (b):

- (7.1) a. — estudia (esp.)
— studia (it.) (op. cit., exs. (1.a-b))

b. él/ella estudia (esp.)

Lui/lei studia (it.) (op. cit., exs. (2.a-b))

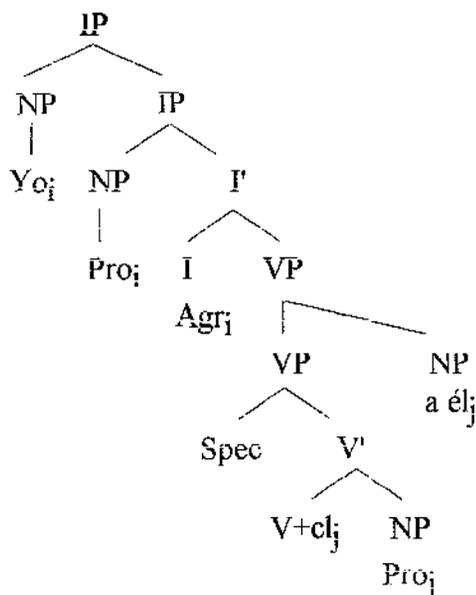
Essa afirmação é defendida da seguinte maneira: como pro é obrigatório nessas línguas, ao contrário do que ocorre em línguas como inglês e francês, o pronome forte reduplica o sujeito em posição periférica e não tem a mesma descrição dos pronomes plenos que aparecem em (7.2.):

(7.2.) He studies (ingl.)

Il étudie (fr.)

A estrutura que ela propõe para as orações das línguas pro-drop mostra que o comportamento desses pronomes fortes nessas línguas é similar ao dos elementos ‘deslocados’:

(7.3.)



Os pronomes fortes e os NPs não recebem (ou não checam) traços de pessoa, número e caso de Agr porque já têm seus próprios traços. Em inglês, por exemplo, Agr é fraco e não pode licenciar pro. Se Agr é forte, ele licencia não um NP ou um pronome

forte, que não podem ser duplamente licenciados, mas sim um pro, já que Agr forte tem de descarregar seus traços obrigatoriamente.

A partir desse ponto de vista de Soriano, Kato (1994) mostra que o Caso do pronome forte é uma característica interessante do PB. Enquanto no francês esse tópico aparece no dativo e no inglês, no oblíquo, o PB apresenta um pronome com o Caso reto, ou homófono ao nominativo, como nos exemplos (88) de Kato et alii (op.cit.), repetidos aqui como (7.4.):

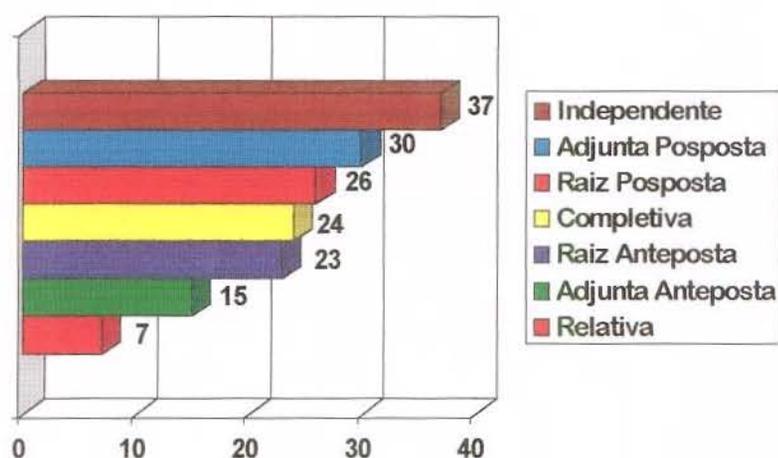
- (7.4.) a. Ele, el(e) se esqueceu de mim.
b. Moi, je pense partir toute suite.
c. Me, I don't think I can do it.

O pronome forte é quase homófono ao pronome fraco nominativo que está substituindo o pro, devido a um enfraquecimento de Agr (Duarte, 1995).

Dentro dessa perspectiva, a tese de Duarte defende a idéia de que no PB o princípio “Evite Pronome” se perdeu. De um modo geral, o sujeito nulo, que em 1845 era a forma usual do argumento externo do verbo (80%), veio sendo progressivamente preenchido, chegando à baixa percentagem de 26% em 1992. Segundo a autora, o enfraquecimento de Agr está levando ao preenchimento da posição antes ocupada por um pro.

Seus dados sobre sujeito nulo nas relativas, apenas 7 ocorrências, foram considerados insuficientes para comprovar a hipótese de que, nesse tipo de oração, o enfraquecimento de Agr também está levando ao preenchimento do sujeito pronominal. De todo modo, a quase totalidade das relativas já apresenta o sujeito pleno. Seu Gráfico que examina o sujeito nulo segundo o tipo sintático da oração, abaixo, mostra que a relativa é o tipo de oração em que a posição de sujeito é a mais preenchida (apenas 7% de sujeitos nulos), enquanto nos outros tipos a percentagem de sujeitos nulos é mais alta.

Sujeito Nulo segundo o tipo sintático da oração (%)
Duarte (1995)



(Reprodução de Duarte (1995), Gráfico 3.4.)

Isso mostra que a relativa é um tipo de oração que aceita a inserção de pronome resumptivo, estando aí o processo de preenchimento do sujeito mais adiantado. Ressaltamos que, na análise de Duarte, levou-se em consideração o tipo de oração. Ao aprofundarmos o estudo das relativas apenas, veremos que os resultados mudam conforme a função relativizada e que essas percentagens vão se distribuir de forma heterogênea: apenas nas relativas de sujeito e de OD o resumptivo quase não aparece.

Nesta análise, que se preocupa especificamente com as relativas, apóio-me em Soriano, através de Kato, e uma relativa como

(7.5.) O menino que esteve aqui (cf. (3.a.) em Preliminares)

poderá *grosso modo* ser representada como (5.6.a) ou como (5.6.b):

(7.6.) a. o menino [CP que_i [IP (t)_i esteve aqui]]

b. o menino [CP que_i [Top (t)_i [IP pro_i esteve aqui]]]

A estrutura proposta em (7.6.b) assume, então, que o elemento deslocado à esquerda, representado como um vestígio de Top, tem a mesma estrutura da reduplicação pronominal de Soriano e harmoniza-se perfeitamente com a sentença de base do PB proposta por E. Pontes (1987), que contém, além das posições canônicas, a do tópico discursivo (ou LD, segundo Ross).

1.2. Dados empíricos

Este estudo, focalizando apenas as relativas, ratifica os dados de Duarte quando diz que a relativa é um contexto favorável de preenchimento do sujeito, mas apenas quando o termo relativizado não é o sujeito (cf. Tabela 7.1.). Se for, a posição do sujeito provavelmente permanecerá vazia.

A questão que agora se coloca diz respeito ao estatuto dessa categoria vazia (ou seria mais de uma?) à esquerda do verbo, comumente chamada de sujeito nulo.

Vejam os dados empíricos que têm a mostrar sobre as relativas de sujeito. Consideremos o que nos mostram 615 relativas coletadas em entrevistas com um total de 20 informantes cultos de 5 cidades brasileiras⁴⁸, quanto ao preenchimento do sujeito. O arranjo dos dados, na Tabela 7.1, mostra a proporção de sujeitos preenchidos e não-preenchidos nos casos em que o termo relativizado não é o sujeito, como em (7.7), em contraste com os casos de relativa de sujeito, como em (7.8):

(7.7) O professor_i que_j pro/eu_j vi_j Ø/ele_j ontem

(7.8) um rapaz_i que_j Ø/ele_j é_i de Itauçu

48. Este corpus é o mesmo do Cap. 6.1.

Tabela 7.1: Tipos de sujeito em orações relativas - NURC

Elemento relativizado	Tipos de sujeito - %	
	sujeito = cv	pronome lexical
Sujeito	98	2
Outros	7	93

O que se nota imediatamente nesta tabela é a oposição entre os resultados das relativas de sujeito e o das relativas de todas as outras funções. Quando não é o sujeito o termo relativizado, a percentagem de categorias vazias na posição de sujeito é surpreendentemente idêntica à de Duarte: 7%, isto é, o sujeito da relativa é quase categoricamente preenchido. Como, então, se explicam os 98% de posição não preenchida quando se relativiza o sujeito? A resposta está na ambigüidade da categoria vazia que precede o verbo dessas relativas. A ausência de material fonológico pode levar três explicações, de acordo com as possibilidades teóricas de que dispomos aqui:

1) pode-se argumentar, coerentemente com a descrição tradicional das relativas, que a categoria vazia é uma variável deixada pela relativização do sujeito. Dois problemas inviabilizam essa proposta: ficam sem explicação os casos em que essa posição aparece ocupada por um pronome resumptivo quando deveria permanecer vazia e estaríamos estipulando um tipo de estratégia de uso categórico para a relativização do sujeito para todos os falantes, mesmo para aqueles que nunca se utilizam dessa estratégia para nenhuma das outras funções porque, ao que parece, não a conhecem.

2) a ausência de material fônico pode significar que à esquerda do verbo da relativa há um pro em alternância com um pronome fraco, com um reduplicador em posição de Top (Kato, 1994; Duarte, op.cit. e Soriano, op. cit.). Nesse caso, relativiza-se o pronome forte em Top e duas categorias vazias devem estar colocadas à esquerda do verbo: uma variável e um pro. Vista a situação por esse prisma, quando se diz que o sujeito da relativa foi relativizado, o que acontece, na realidade, é a relativização do pronome forte em posição de Top. Assim, para uma relativa como

(7.9) eu tenho um rapaz (...) que ele é de Itauçu.

cabe a representação

(7.9') ...um rapaz_i [CP que_i [Top (t)_i [pro/ele_i é de Itauçu
↑
└──────────┘

Dentro da relativa, o sujeito sintático continua presente, como pro ou como pronome fraco, sempre possível. A oração que deu origem à relativa é, pois,

(7.10) O rapaz/Ele, pro/ele é de Itauçu.

Essa explicação, no entanto, não é suficiente para todas as ocorrências de relativa de sujeito. Como dizer que nas relativas de sujeito do PB há 98% de sujeitos nulos (pro), enquanto em todas as outras relativas há apenas 7% e em todos os outros tipos de oração no máximo 37% (Duarte, op. cit.)?

Diante da ambigüidade inerente a desse tipo de relativa, uma explicação, sugerida por Kato (1981) e que parece bastante viável, considera que as sentenças básicas de (7.11.a-c) produziriam relativas como as de (7.12.a-c):

- (7.11) a. O menino, [_{IP} ele esteve aqui.]
b. O menino, [_{IP} pro esteve aqui.]
c. [_{IP} O menino esteve aqui.]

(7.12) a. O menino [que [_{Top} t [_{IP} ele esteve aqui]]]
↑
└──────────┘

b. O menino [que [_{Top} t [_{IP} pro esteve aqui]]]
↑
└──────────┘

c. O menino [que [_{IP} t esteve aqui]]
↑
└──────────┘

Esse comportamento já havia sido notado por Tarallo (1983). Analisando suas tabelas 4.11⁴⁹ e 4.12., ele conclui:

"Thus, up to this point in the analysis, we have seen that the lower syntactic positions favor the use of resumptive pronouns while subjects and direct objects inhibit their application." (p.80)⁵⁰

O mesmo pode ser dito sobre o grau de encaixamento da posição relativizada. Se estiver em complemento sentencial, a probabilidade de ocorrência do pronome lexical é de 0.67, enquanto nas não-encaixadas é de 0.45 (cf. op. cit., p. 84).

Pela baixíssima ocorrência de pronomes lexicais em função de sujeito, nos dados em estudo, parece que, no que se refere a esses pronomes, as relativas mostram as mesmas condições que as interrogativas:

Embora não seja nosso objetivo aprofundar a questão dos resumptivos lexicais, os dados sob estudo apontam para um fato interessante sobre esse pronome que merece uma palavra: parece haver uma restrição, no PB, ao pronome resumptivo lexical quando próximo ao relativo.

- (7.15). a. * Que menino [ele esteve aqui]?
- b. ? O menino [que ele esteve aqui]
- c. Que menino [você disse [que ele esteve aqui]]?
- d. O menino [que você disse [que ele esteve aqui]]

Essa condição é o que Contreras (1990) chamou de condição de anti-subjacência: para o resumptivo lexical, quanto mais distante de seu correferente melhor. Isso parece contribuir também para que, nas relativas de sujeito do PB não haja sujeito preenchido.

49. Tabela 4.11 (parte):

suj. - 0.34

OD - 0.20

OI - 0.62

obl. - 0.50

genit. - 0.83

50 Trad.: Assim, até este ponto na análise vimos que as posições sintáticas mais baixas favorecem o uso do pronome resumptivo, enquanto sujeitos e ODs inibem sua aplicação.

Neste caso, a relativização padrão para o sujeito é uma explicação também defensável dentro do quadro teórico proposto para o trabalho. A presença da variável explica o alto índice de sujeitos nulos dentro da relativa. Se considerarmos que o falante não sabe relativizar PPs a partir de posições internas da relativa, uma operação custosa, que carrega além do elemento Q- a preposição, podemos, em contrapartida argumentar que, como a posição do sujeito é a mais próxima possível da posição do relativo e não envolve preposição, o movimento (curto) de relativização a partir daí dar-se-ia sem problemas.

2. Relativas de objeto

Nos itens acima o enfoque foi sobre esse pronome em função de sujeito, mas, se tomarmos o OD, o fato permanece: não há pronome. Todavia, daremos para o objeto uma outra explicação.

Entre 701 orações relativas no CB do Nurc, 390 eram de sujeito (56%), 177 eram relativas de OD (25%) e o restante de outras funções.

Um fato que chamou a atenção, ao procurar qual dessas relativas trazia pronome resumptivo, foi que, embora esses elementos se mostrassem extremamente raros neste *corpus* (apenas 10), com a relativa de OD não ocorreu nem um único caso. Dentre os dez, 6 eram sujeitos e 4 funções oblíquas variadas.

Ressalte-se ainda que a relativa de OD foi a que apresentou os exemplos mais encaixados, com até dois nódulos de distância do pronome:

- (7.16) a. “pão é uma coisa que [eu não tenho o hábito [de comer [ø]”
b. “aprender a fazer coisas que [em casa a mãe às vezes não tem condições [de ensinar [ø]”
c. “não preenchia tudo o que [eu gostaria [que preenchesse [ø]”
d. “foi uma dessas peças que [mais achei [que o público aplaudiu [ø]”

e. “implica... obrigatoriamente... em despesas... as mais elevadas...despesas essas que os associados não têm realmente condições... de... conseguir um meio ou uma maneira... digamos assim...de levar [ø] adiante

Dos 22 casos de adjetiva não contígua ao pronome relativo, 18 eram de OD e 4 de sujeito. As outras funções estavam sempre em oração adjetiva que seguia o pronome. Isso significa que nem a distância favoreceu o uso de resumptivo. Resultado semelhante foi notado Tarallo (1983). Por que as relativas de OD sempre aparecem com uma categoria vazia?

Poder-se-ia argumentar que isso acontece porque o pronome resumptivo é muito estigmatizado, mas essa explicação fica difícil de se sustentar se considerarmos que nos dados do projeto Nurc não ocorreu um único caso de relativa de OD com resumptivo. Mesmo que disséssemos que a relativa cortadora é menos estigmatizada do que a estratégia resumptiva, ainda assim em nenhum dos 177 casos de relativa de OD, ao contrário das demais funções, ocorreu o preenchimento da posição relativizada, mesmo por uma expressão nominal referencial. Fica ainda mais difícil sustentar-se essa explicação se considerarmos os dados colhidos entre trabalhadores por Tarallo (1993), em que o pronome pleno ocorre bastante com relativas de outras funções mas não na posição do OD. Vejamos a parte inicial da sua tabela sobre a distribuição das relativas com resumptivo, a parte que traz a distribuição por função, com a probabilidade de uso do resumptivo de apenas 0.18, a mais baixa, para o OD:

Table 4.4. Distribution of relatives in the data with percentage and probability of resumptive pronoun usage.

Relative	Application	Total	%	Probability
subject	103	992	10.4	0.37
direct object	10	384	2.6	0.18
indirect object	16	76	21.1	0.65
oblique	24	231	10.4	0.41
genitive	9	17	52.9	0.81

(Tarallo (1983), p. 71)

Na verdade, essa ocorrência categórica de relativas de OD, sempre com uma categoria vazia, encontra uma explicação não em fatores extralinguísticos, como a estigmatização do pronome pleno ou a utilização categórica de relativa cortadora por todos os falantes em todos os níveis de escolaridade. A explicação está no sistema de clíticos do PB, que contém o clítico nulo de terceira pessoa. Kato (1994) retoma estudos empíricos, entre os quais o de Duarte (1986) e o de Cyrino (1990), que atestam a existência de perda no sistema de clíticos no PB. Cyrino (1990) constatou que a essa perda afeta a terceira pessoa muito mais do que as outras. Com base nesse estudo, Kato (1994) propõe as seguintes fases para o sistema de clíticos no PB, em sua Tabela 3:

Table 3: Change in BP clitic system

Phase I		Phase II		Phase III	
eu	me-	eu	me-	eu	---
tu	te-	você	te-/o-	você	---
ele	lo-/o-	ele	ø-	ele	---

(Apud Kato (1994a), p. 131)

De acordo com Cyrino, o PB está agora entre as fases II e III. No século XIX, o clítico deixa de mover-se para a esquerda e começa a se comportar como um prefixo do verbo principal. Assim, até o século XVIII encontravam-se formas como (a-c), abaixo, e no século XX, o que a autora encontrou foi a forma (d):

(7.17) a. João queria falar-lhe.

b. João queria-lhe falar.

c. João lhe queria falar.

d. João queria lhe falar.

(Exs. de Kato, 1994b, p. 219)

O clítico nulo, como o pronome lexical, pode ter um correferente fora de seu domínio sintático, sua oração, mas, diferentemente deste, aquele só pode ter um

correferente que não o c-comande, como é o caso, entre outros, dos elementos em LD, que nos interessam no momento, com núcleo nulo, como em

(7.18) (\emptyset (o bolo)), o Pedro \emptyset -comeu.

(Ex. de Kato (1994a, p. 133))

Se uma frase como essa servir de base para a relativização do objeto, relativiza-se o elemento em LD e fica na relativa um resumptivo que é um clítico nulo e que exerce o papel de núcleo da categoria funcional AGRO (Object Agreement).

Pode haver uma duplicação na posição do Especificador dessa categoria. É a descrição que Kato (1994b) faz de frases como (a), abaixo, formalmente representada em (b):

(7.19) a. Eu vi ele.

b. Eu \emptyset -vi ele.

Acontece que, nas relativas de objeto, esse pronome forte, associado ao clítico nulo quase não aparece, o que de forma alguma contraria nossos dados ou os de Tarallo (1983). Também para esse autor a relativa resumptiva é mais freqüente com as posições mais baixas, preposicionadas.

Se a frase que servir de base para a relativização contiver um clítico lexical, como em

(7.20) Eu o vi.

com o OD padrão, a estratégia também será padrão: relativiza-se o clítico, que vai para Comp e deixa em seu lugar uma variável, isto é, um lugar que não pode mais ser preenchido.

Em outras palavras, qualquer que seja a estratégia, a posição do OD, na relativa, tende a ficar vazia.

CAPÍTULO 8 CONCLUSÕES

O estudo variacionista comprova o pressuposto inicial de que no PB não existe homogeneidade quando se trata de orações relativas: existem estratégias vernaculares de relativização para os que não freqüentaram a escola e uma estratégia aprendida através da educação formal. Além disso, os dados também mostraram que entre os informantes escolarizados as duas estratégias estão em variação. Não se pode afirmar categoricamente que os não-escolarizados não usem a relativa padrão, porque os dados sobre eles, neste estudo, são poucos.

Esta amostra trabalhou com apenas 5 informantes não-escolarizados, apenas como ponto de comparação com os escolares, mas lembramos aqui os trabalhos de Tarallo (1983) e Lemle (1978), que disseram não ter encontrado em seus dados a relativa padrão, por terem apenas informantes da classe popular. Os adultos não-escolarizados deste estudo estão no mesmo patamar que os alunos de 1.º Grau. O emprego da relativa padrão entre eles, caso ocorra, não deve ser produtivo.

Esses dois tipos de informantes, escolares e não-escolarizados, produzem, de preferência, relativas de sujeito e de objeto, como

- (8.1.) a. acharam falta do...do...do ra/ do indivíduo que tava sentado lá. (não-esc.)
b. mais na carteira que o rapaz tinha tirado para pagá a conta... (não-esc.)
c. daí a mulher que tava sentada na mesa do lado dele pegô ficou apavorada (oral-1ª.)
d. Numa mesa sentou um sujeito que nigem comlhecía (red.-2ª.)
e. A moça que tinha pegado o dinheiro, estava pedindo carona (red.-6ª.)
f. ...e lembram-se da mulher que estava perto delas (red.-7ª.)
g. ... e embrulhou no jornal que estava lendo (red.-8ª.)

As relativas com outras funções, como as abaixo, são menos freqüentes.

(8.2.)

- a. ...na hora que ela foi abri a bolsa pra tirá o dinheiro...ela descuidô e os cara pegô. (não-esc.)
- b. ...e por ultimo [chegou] um rapaz (bandido), que o garçom deixou a carteira encima da mesa (red.-4ª.)
- c. Um certo sábado duas estagiárias vinha vindo de uma escola que estavam estudando (red.-6ª.)
- d. a garçonete perguntou para elas se tinha alguém que ela desconfiava por perto. (red.-7ª.)

Nessas faixas de informantes, o relativo usado estava sempre sem preposição. Esses dados de escolares somam-se aos de Lemle (1972) e Tarallo (1983), que mostraram como alguns setores da população não usam a relativa de prestígio. Entre eles, não há variação nas relativas.

Note-se que um fato importantíssimo pôde ser observado nos dados de não-escolarizados e de alunos do 1º. grau: não houve um único caso de erro de desempenho. Todas as relativas, independentemente do termo dessa oração que foi relativizado, eram perfeitos exemplos de relativa vernacular, produzidas sem hesitação, sem autocorreção. Pode-se dizer que, até aí, para a grande maioria desses informantes pelo menos, a relativa padrão não existia ainda, depois de oito anos de escolaridade obrigatória. Embora estejamos conscientes de que esse *corpus* constitui apenas uma pequena amostra do que acontece nas escolas brasileiras, esse achado aponta para a irrelevante presença da relativa preposicionada na vida desses falantes.

Diante do uso categórico da relativas sem preposição nos dados de escolares e não-escolarizados, antes de falar em mudança lingüística, podemos lembrar, por um lado, que a estratégia padrão deve estar ocorrendo nas relativas de sujeito, que quase nunca

apresentam o pronome lembrete. Também é preciso dizer que os escolares investigados pertencem à rede pública de ensino, muitos filhos de pais de baixa escolaridade e com pouco contato com livros. Dados com crianças de escolas particulares, filhos de pais que usam mais a linguagem padrão, devem estar também produzir relativas com preposição. O que temos aqui é um caso de variação inerente à língua, por apresentar uma forma padrão e outra não-padrão usadas pela população de acordo com as possibilidades e necessidades de cada falante. Por outro lado, o que acontece no PB é que há uma tendência a reduzir o uso da preposição (não só) nas relativas a ambientes bem característicos, como mostraram os dados, e em situações de mais formalidade. Lembramos ainda que a resistência ao uso da preposição não se restringe às construções relativas nem exclusivamente à língua vernacular. Mesmo a gramática prescritiva aceita variantes não preposicionadas com orações completivas, como em “ele está certo que/de que ...”. A Tabela 6.1. mostra bem o que falantes de nível universitário consideram como português culto: a percentagem de uso de preposição não foi categórica; pelo contrário, foi de apenas 35%. Para 65% deles a falta da preposição não é estigmatizada. Ao que parece, ambas as estratégias, a padrão e a cortadora, são bem aceitas no PB. O que falta às relativas é o mesmo reconhecimento dado às completivas pela gramática.

No 2º. grau, foi preciso levar os alunos a usar conscientemente a relativa preposicionada. E o que aconteceu? De fato, na série final, a maioria dos alunos escreveu sua redação empregando a preposição nas orações relativas de sintagma preposicional, de acordo com a prescrição gramatical. O estudo mostrou que a probabilidade de um aluno de 3ª. série, nesse *corpus*, usar a estratégia padrão era de 0.87, enquanto para os da série inicial era de apenas 0.42. Pode-se dizer que, nessas turmas, houve um significativo aprendizado.

Se os alunos praticamente aprenderam, o que nos resta dizer? Em primeiro lugar, há o tempo consumido para que o aprendizado ocorresse. Os alunos de 3ª. série do 2.º grau estiveram na escola, estudando português por no mínimo 11 anos e, mesmo premidos pelas circunstâncias, não produziram categoricamente a relativa padrão quando a oportunidade ocorria, isto é, quando eles próprios escolhiam relativizar termos que, dentro da relativa, exerciam funções preposicionadas. Temos ainda que considerar um

segundo ponto: seja por estarem se prevenindo contra um resultado indesejado, seja por rejeitarem a estratégia preposicionada por motivos que podemos imaginar mas não afirmar no momento, muitos alunos esquivaram-se das circunstâncias que os forçariam a usar a preposição. Assim fazendo, resolveram seu problema: executaram a tarefa proposta, mas sem usar a preposição. Podemos conjecturar por que fizeram isso. Talvez estivessem ocasionalmente procedendo como uma das alunas que, tendo preenchido com perfeição as lacunas — e, assim, mostrando que conhecia as regras em jogo —, escreveu sua pequena história numa linguagem simples, adequada ao tema, sem traços de oralidade e ... sem uma única relativa preposicionada.

A grande dificuldade que os alunos apresentaram para aprender a produzir uma relativa do tipo padrão deve-se, segundo este trabalho, à diferença entre as estratégias dos dois tipos de relativa. Para relativizar segundo os moldes propostos pela gramática pedagógica, é preciso aprender a passar da estratégia (A) para a (B):

(A) não-padrão:

...pessoas_i [CP que_i [Top (t)_i [JP a gente tem mais intimidade (ø)/com elas_i]]
↑ (véstígio) (resumptivo)

(B) padrão:

...pessoas_i [CP com quem_i [IP a gente tem mais intimidade (t)_i]]
↑ (véstígio)

Entre (A) e (B) existe uma diferença de estratégias, mas não de gramáticas, que pode oferecer bastante dificuldade para quem não usa (B) como uma estrutura da língua aprendida na infância. Essa diferença está na posição sintática que o termo a ser relativizado ocupa. Esse termo, na relativização, é extraído de dentro da sentença. O limite desta está marcado, em (B), pela categoria gramatical IP. Segundo Kato (1993), na estratégia vernacular a posição a ser relativizada está fora de IP, como se percebe pela flecha totalmente à esquerda dessa categoria.

Com o aprendizado da estratégia padrão, o falante amplia suas possibilidades lingüísticas, passando a ter um leque maior de opções. Quando isso acontece, passa a haver uma variação entre as estruturas.

Mesmo que alguém discorde da análise proposta para a relativa vernacular, dizendo que o que não é um pronome relativo, mas um complementizador, ou uma conjunção integrante, ainda podemos continuar afirmando que ambas as estratégias estão dentro da mesma gramática. Vimos como os fatores de ordem lingüística não afetaram a escolha pela relativa padrão no 2.º grau. Mas, passaram a ter influência quando a variação tornou-se efetiva, em dados da fala natural, com a aquisição de um nova maneira de relativizar. Houve na verdade um enriquecimento de possibilidades.

Quando a variação passa a existir, a estrutura padrão ocorre sob certas condições de ordem social e também lingüística.

Apenas quando o falante é escolarizado e preferencialmente se tiver nível alto de escolaridade, se for homem (ou se não lidar diariamente com crianças), de idade madura, se o desempenho lingüístico for condição para o desempenho profissional, se a ocasião exigir certa formalidade. Depois de alinhavado, esse perfil de falante revela um forte componente ideológico, que não tínhamos como meta atingir, ao iniciar o trabalho, mas que retrata uma realidade que se encontra, segundo Ataliba T. de Castilho⁵⁰, na América, onde o ideal lingüístico e a norma culta não coincidem.

Aos fatores de ordem social somam-se alguns de ordem lingüística. Mesmo que todas as condições extralingüísticas sejam favoráveis para que ocorra variação, esta só poderá ocorrer se estiver prevista pela gramática da língua e, num sentido mais amplo, dentro da gramática das línguas, ou Gramática Universal. No que se refere a estes *corpora* e a este fenômeno gramatical, tudo indica que, se a função a ser relativizada for um adjunto adverbial dentro da relativa e não um complemento de outros termos dessa oração, o monitoramento da fala aumenta. Se o antecedente e o termo relativizado tiverem funções diferentes, a necessidade de se refletir sobre o que se vai falar aumenta.

50. Em *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, Vol. 1. p. 3.

Se ambos os fatores lingüísticos ocorrerem simultaneamente, criam-se as condições lingüísticas mais favoráveis ao uso da relativa padrão.

Temos ainda a acrescentar que dentre os dados que compuseram essa probabilidade de 0.87 de escolha pela estratégia padrão constam como desse tipo construções que foram resultado de hesitações, correções do texto escrito. Isso aparece quando o aluno acrescenta a preposição à estrutura vernacular já escrita. Esse tipo de comportamento não ocorreu com os dados de não escolarizados e nem com os alunos do 1º. grau, o que demonstra que a prescrição lingüística desenvolve nos falantes uma consciência maior da importância social de uma construção. No caso das relativas, usar a preposição, mesmo que seja com objetos diretos, foi interpretado como fator de prestígio social. Comparo esses casos ao “dequeísmo” de que fala Mollica (1995), cujos usuários têm um perfil semelhante ao do usuário da relativa preposicionada:

“... em atividades como a de ‘professor’, ‘político’, ‘profissional liberal’, que exigem ajuste permanente à norma, há maior contingente de indivíduos dequeístas; por outro lado, atividades como ‘pintor de parede’, ‘surfista’, que não requerem necessariamente desempenho lingüístico ajustado à norma de prestígio, reúnem poucos falantes dequeístas”. (op. cit., p. 63).

Deformar o que o falante antes falava perfeitamente e não ensinar o que se considera o português culto não devem ser objetivos de uma escola que preza seu aluno, que, como diz, quer prepará-lo para a vida. Esses são efeitos colaterais indesejados de uma política educacional equivocada e que, infelizmente, é a que está ainda em vigor. Trata-se de uma política que peca inicialmente ao adotar um conceito de variante padrão que exclui as outras variedades lingüísticas e, ao fazê-lo, coloca em desvantagem, depreciados, prejudicados, os falantes dessas outras variedades. Isso inclui também os professores que tenham como língua da infância uma variedade não-padrão, isto é, muitos deles. Enfim, a escola brasileira é um lugar em que o contraste lingüístico assume as maiores proporções, um foco de equívocos que humilham o aluno, quando deveria ser um espaço de valorização das formas em variação e de enriquecimento lingüístico.

As diferenças entre o que se fala e o que se escreve têm levado pesquisadores a classificar as variantes ora como pertencentes a gramáticas diferentes ora como pertencentes a uma única gramática. Estudos recentes e em andamento não só sobre o português do Brasil mas também sobre outras línguas têm procurado determinar se as diferenças entre as variantes lingüísticas de prestígio e as vernaculares são apenas dialetais ou se constituem aspectos de línguas diferentes.

Summary

In Brazilian Portuguese there is not homogeneity in the use of relative clauses: there are vernacular relativization strategies for some functions used by speakers that never attended school and a standard construction, with a preposition, learned through formal education and used together with the strategy without the preposition, for educated people.

Considering that variation can only occur if previewed in the language grammar and, in a broader sense, in language grammars, whenever variation takes place with prepositional phrases, our particular data indicate that, if the function to be relativized is an adverbial adjunct (not a complement) to other syntactic term inside the sentence, self speech monitoring increases. If the antecedent and the relativized element have different syntactic functions, the need of personal awareness on the part of the speaker also increases. If both linguistic factors co-occur, better conditions to produce the standard construction will be noticed.

To linguistic factors we add factors of social order: the standard structure occurs under certain conditions: when the speaker is learned, and preferentially when he is highly learned; if the speaker is a man, in his 40s or over, if his linguistic performance is essential to his professional activities, and finally if the situation demands formality.

Empirical data show that only after many years the student fully acquires the standard strategy. The use of this kind of relative is very scarce even among those who attended school. High school students, induced to use the standard relative, tended to reject it, either replacing it by other syntactic arrangements, such as coordination, or changing the sentence verb. They also produced hypercorrections and made mistakes, showing an imperfect learning of the strategy.

The students demonstrated a great resistance in producing the standard relative and the fact that they come do it practically only in the adult age is due, according to this study, to differences in the own strategies of relativization. This difference remains in the syntactic position occupied by the element to be relativized. This element, in the standard strategy, moves from inside the clause, while, in the vernacular, it is outside the relative sentence, in such a position that the process proves to be more accessible to the speaker, leaving out the preposition. The difference between both structures is in the interface between strict syntax and discourse.

The speaker profile, traced with the delineation of the conditioning factors for relative variants, has some implications of methodological order for the teaching of Brazilian Portuguese, to the extend that it reveals a reality in which linguistic ideal and standard norm do not match.

Key-words: Sociolinguistics, Brazilian Portuguese: syntax, language: learning and teaching, language acquisition.

Referências Bibliográficas

- A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Vol. I - Elocuções Formais* (1986). A. T. de Castilho & D. Preti (org.). São Paulo: T.A. Queirós.
- A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Vol. II - Diálogos entre Dois Informantes* (1987). A. T. de Castilho & D. Preti (org.). São Paulo: T.A. Queirós/FAPESP.
- A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Vol. III - Entrevistas* (19887). D. Preti & H. Urbano (org.). São Paulo: T. A. Queirós/FAPESP.
- Almeida, N. M. de (1965) *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (1984) Problemas de Comunicação Interdialetal. In *Tempo Brasileiro* 78/79. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda./CNPq - FINEP, pp. 9-32.
- Bouchard, D. (1982a) Les constructions relatives en français vernaculaire et en français standard: étude d'un parametre. In C. Lefebvre (ed.), *Langues et sociétés. La syntaxe comparé du français standard et populaire: approches formelle et fonctionelle*, Tome 1, Québec, Editeur officiel du Québec.
- Bouchard, D. (1982b) An Alternative to WH-Movement in French Relative Clauses. In W.W. Cressey & D. J. Napoli (ed.), *Linguistic Symposium on Romance Languages*: 9.
- Braga, M. L. (1987) Esta dupla manifestação do sujeito, ela é condicionada lingüísticamente. In *Estudos Lingüísticos XIV-Anais de Seminários do GEL*. Campinas: Unicamp/Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo.
- Brito, A. M. B. de (1991) *A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Chomsky, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press.
- _____ (1977) On Wh-Movement. In P. Culicover and T. Wason (eds), *Formal Syntax*. New York: Academic Press.

- Cohen, M.A. (1986/89) *Syntactic Change in Portuguese Relative Clauses and the Adjective in the Noun Phrase*. Unicamp, tese de doutorado.
- Contreras, H. (1990). On Resumptive pronouns. In H.Campos & F. Martinez-Gil (orgs), *Current Studies in Spanish Linguistics*. Washington: Georgetown University Press.
- Corrêa, V.R. (1991) *O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil*. Tese de Mestrado, Campinas, Unicamp.
- _____ (1995) "Relative clauses: what is known and what is acquired in Brazilian Portuguese". In Päivi Koskinen (ed), *Proceedings of the 1995 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association*. Toronto: Toronto Working Papers in Linguistics, pp. 73-84.
- Cyrino, S. M. L. (1990) *O Objeto Nulo no Português do Brasil*. Unicamp, Campinas.
- Coutinho, I. de L. (1972) *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Dean, J. (1967) *Determiners and Relative Clauses*. Massachusetts Institute of Technology.
- Duarte, M. E. L. (1986) *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUCSP.
- _____ (1995) *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp.
- Eckert, P. (1990) "The whole woman: sex and gender differences in variation". In *Language Variation and Change*. 1 (1989), p. 245-267, Cambridge University Press.
- Frei, H. (1929) *La grammaire des fautes*. Paris: Geuthner.
- Fukui, N. & M. Speas (1986). Specifiers and Projections. In MIT Working Papers in Linguistics 8: 128-172.
- Giles, H. & Powesland, P. M. (1975) Speech style and perceived status: some conceptual distinctions. In H. Giles & P. M. Powesland, *Speech style and social psychology*. London: Academic Press, pp. 9-22.
- Guiraud, P. (1966). Le système du relatif en français populaire. In *Languages*, 3: 40-8.
- Guy, G. (1981). *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the phonology, syntax, and language history*. University of Pennsylvania: PhD. dissertation.

- Houaiss, Antonio (1960). Sugestões para uma política do idioma. Rio de Janeiro, INL.
- Kato, M.A. (1981). Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In *Estudos linguísticos*, V, pp.1-16.
- _____ (1993). Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica". In I. Roberts & M. Kato (orgs), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____ (1994a) A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar. In Tracy, R. & E. Lattey (eds), *How Tolerant is Universal Grammar?* Tübingen: Editora Niemeyer, pp. 125-153.
- _____ (1994b) Português Brasileiro Falado: aquisição em contexto de mudança linguística. In Duarte, I. & I. Leiria (orgs), *Actas do Congresso Internacional sobre o Português - Volume II*. Lisboa: Universidade de Lisboa, pp. 209-237.
- _____ (1996) The morpho-phonology of strong and weak pronouns and the pro-drop parameter. Trabalho apresentado na USC, Los Angeles.
- _____ (1997) Teoria Sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. In *D.E.L.T.A.*, Vol. 13, nº. 2, p.p. 275-89.
- Kato, M. A.; Braga, M. L.; Corrêa, V. R.; Lopes Rossi, M. A.; Sikansi, N. S. (1996). “As Construções Q- no Português Brasileiro Falado: Perguntas, Clivadas e Relativas.” In Koch, I. G. V. (org) *Gramática do Português Falado. Vol. VI. Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Kato, M. A. & Nunes, J. (em preparação) *Determiners as relativizers*.
- Kayne, R. *The Antisymmetry of Syntax*. MIT Ph.D. Dissertation.
- Keenan, E. & Comrie, B. (1977). Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. In *Linguistic Inquiry* 8, 1: 63-100.
- Koch, I. G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- Kroch, A. (1978) Toward a theory of social dialect variation. In *Language in Society*. 7:17-36.
- _____ (1994) Morphosyntactic Variation. To appear in K. Beals et al. (eds.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*. University of Pennsylvania.

- Labov, W. 1972. The Isolation of Contextual Styles. In W. Labov (ed), *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 122-142.
- _____ 1972. *Language in the Inner City*. Oxford: Blackwell.
- _____ (1991) The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, 2 (1990), 205-254.
- Lavandera, B. (1978) Where does sociolinguistic variable stop. In *Language in Society*. 7(2): 171-183.
- Lefebvre, C. & Fournier, R. (1978) Les relatives en français de Montréal. In *Syntaxe et sémantique du français*, Syntaxe et sémantique du français, *Cahier de Linguistic* 8. Montréal: Les Presses de l'Université du Québec, pp. 273-295.
- Lefebvre, C. (1982) À propos de la fille dont que je sors avec ou l'acquisition des constructions relatives avec WH?. In *Langues et Sociétés. La syntaxe comparée du français standard et populaire: approches formelle et fonctionnelle*, Tome 2, Québec, Gouvernement du Québec, Office de la langue française.
- Lemle, M. (1978). Heterogeneidade Dialetal: um apelo à pesquisa. In *Linguística e Ensino do Vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo.
- Poplack, S. (1980) The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In W. Labov (ed.), *Locating Language in Time and Space*. Philadelphia: University of Pennsylvania, pp. 55-68.
- _____ (1992) The inherent variability of the French subjunctive. In C. Laeufer & T. A. Morgan (Eds.), *Current Issues in Linguistic Theory-74: Theoretical Analyses in Romance Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 235-263.
- Li, C.N. & Thompson, S. (1976) Subject and topic: a new typology of languages. In C.N. Li (org), *Subject and Topic*. New York: Academic Press.
- Mattos e Silva, R. V. (1992) Português Brasileiro - Raízes e Trajetórias. *Ciência Hoje*. Revista da SBPC, Volume 15. Número 86: 76-81.
- Mesthrie, R. & Dunne, T. T. (1990) Syntactic variation in language shift: The relative Clause in South African Indian English. *Language Variation and Change*, 2: 31-56. Cambridge University Press

- Mollica, M. C. (1977) *Estudo da Cópia nas construções relativas em português*. PUC-Rio de Janeiro, tese de mestrado.
- _____ (1991) (De) Queísmo: variação em conexões intersentenciais. *Organon - A Variação no português do Brasil*. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 18(5): 37-51.
- _____ (1992) Processing and morpho-semantic effects in complementation in Brazilian Portuguese. *Language variation and Change*. Cambridge University Press, 3(1991): 265-274.
- _____ (1995) *(De) Que Falamos?*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - Departamento de Linguística e Filologia - UFRJ.
- Nyrop, K. (1930). *Grammaire historique de la langue française*. Copenhague: Glyden Dolpke Borghandel Noedish Forlag.
- Perroni, M. C. (1997) *Primeiras orações Relativas na Gramática da Criança*. Campinas, Unicamp.
- Pontes, E. (1987). *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Editora Pontes.
- Poplack, S. (1991) *Linguistic variation and language in contact*. Department of Linguistics, University of Ottawa, Canada.
- Rand, D. & Sankoff, D. (1990) *GoldVarb. A variable rule application for the Macintosh*. Montreal, Canada: Centre de recherches mathématiques, Université de Montréal.
- Roeper, T. & E. Williams (eds) (1987) *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel.
- Rosa, J. G. (1994) João Guimarães Rosa - Ficção Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. I, p. 45.
- Ross, J.R. (1967). *Constraints on Variables in Syntax*. MIT, Ph.D. dissertation.
- Rossi, N. (1980) A realidade lingüística brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Vol. 22.
- Sandfeld, K. (1965). *Syntaxe du français contemporain*. Paris: Champion.
- Sankoff, D. (1988) Sociolinguistics and syntactic variation. In F. J. Newmeyer (ed) *Language: The Socio-cultural Context*. Cambridge: Cambridge University Press, pp 140-61.

- Sankoff, D. (1988) Variable Rules. In U. Ammon, N. Dittmar & K. J. Mattheier (eds), *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 140-61.
- Sankoff, D. & Laberge, S. (1978). The linguistic market and the statistical explanation of variability. In D. Sankoff (ed), *Linguistic variation: Models and Methods*. New York: Academic Press, pp.239-250.
- Sankoff, G. (1973) Above and beyond phonology in variable rules. In C.-J. Bailey N. & R.W. Shuy (ed) *New Ways of Analysing Variation in English*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 44-62.
- Sankoff, G. (1990) *Topicalization and Focus in Tok Pisin*. University of Pennsylvania.
- Smith, C. (1964) Determiners and relative clauses in a Generative Grammar of English. In *Language*, 40.
- Souza e Silva, M.C.P. (1981). *Orações Relativas: dificuldades na produção escrita*. PUC-SP: dissertação de mestrado.
- Tarallo, F. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania, Ph.D. dissertation.
- Tarallo, F. (1993) Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In I. Roberts & M.A. Kato (orgs), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, pp.35-68.
- Tarallo, F & M. A. Kato (1989). Harmonia Trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. In *Preedição 5*. Campinas, Unicamp, pp. 315-353.
- Vergnaud, J. R. (1974) *French Relative Causes*. MIT Ph.D. Dissertation.
- Weiner, J. & Labov, W. (1977/83) Constraints on agentless passive. In *Journal of Linguistics*. 19(1): 29-58.
- Wexler, Ken & Manzini, Rita (1987) Parameters and Learnability in Binding Theory. In T. Roeper & E. Williams (eds.), *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel, pp. 41-76.
- Wheeler, D. (1982) Portuguese pseudo clefts: evidence for free relatives. In *CLS* 18.